

PALÁCIO BARRIGA-VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO LVII

FLORIANÓPOLIS, 09 DE MAIO DE 2007

NÚMERO 5.720

16ª Legislatura  
1ª Sessão Legislativa

**MESA**

Julio Cesar Garcia

**PRESIDENTE**

Clésio Salvaro

**1º VICE-PRESIDENTE**

Ana Paula Lima

**2º VICE-PRESIDENTE**

Rogério Mendonça

**1º SECRETÁRIO**

Valmir Comin

**2º SECRETÁRIO**

Dagomar Carneiro

**3º SECRETÁRIO**

Antônio Aguiar

**4º SECRETÁRIO**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

João Henrique Blasi

**PARTIDOS POLÍTICOS**

(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**

Líder: Kennedy Nunes

**PARTIDO DO MOVIMENTO**

**DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**

Líder: Manoel Mota

**DEMOCRATAS**

Líder: Gelson Merísio

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Líder: Padre Pedro Baldissera

**PARTIDO DA SOCIAL**

**DEMOCRACIA BRASILEIRA**

Líder: Marcos Vieira

**PARTIDO TRABALHISTA**

**BRASILEIRO**

Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO REPUBLICANO**

**BRASILEIRO**

Líder: Odete de Jesus

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**

Líder: Professor Grandó

**PARTIDO DEMOCRÁTICO**

**TRABALHISTA**

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente

Marcos Vieira - Vice Presidente

Darci de Matos

Cesar Souza Júnior.

Pedro Uczai

Pe. Pedro Baldissera

Narcizo Parisotto

Joares Ponticelli

João Henrique Blasi

Terças-feiras, às 9:00 horas

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO**

Reno Caramori - Presidente

Décio Góes - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Serafim Venzon

Manoel Mota

Renato Hinnig

Onofre Santo Agostini

Terças-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**

Jailson Lima da Silva - Presidente

Odete de Jesus - Vice Presidente

Darci de Matos

Herneus de Nadal

Jandir Bellini

Jorginho Mello

Genésio Goulart

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL**

Moacir Sopelsa - Presidente

Reno Caramori - Vice Presidente

Sargento Amauri Soares

Dirceu Dresch

Marcos Vieira

Gelson Merísio

Romildo Titon

Quartas-feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO**

Onofre Santo Agostini - Presidente

Joares Ponticelli - Vice Presidente

Dirceu Dresch

José Natal Pereira

Renato Hinnig

João Henrique Blasi

Professor Grandó

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

Jorginho Mello - Presidente

Gelson Merísio - Vice Presidente

Décio Góes

José Natal Pereira

Jandir Bellini

Manoel Mota

Renato Hinnig

Odete de Jesus

Silvio Dreveck

Quartas-feiras, às 09:00 horas

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Dirceu Dresch - Presidente

Sargento Amauri Soares - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Herneus de Nadal

Kennedy Nunes

Nilson Gonçalves

Quartas-feiras às 11:00 horas

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E MINAS E ENERGIA**

Silvio Dreveck - Presidente

Renato Hinnig - Vice Presidente

Ada de Luca

Elizeu Mattos

Marcos Vieira

Pedro Uczai

Professor Grandó

Quartas-feiras às 18:00 horas

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE**

Décio Góes - Presidente

José Natal Pereira - Vice Presidente

Cesar Souza Júnior

Edson Piriquito

Renato Hinnig

Reno Caramori

Professor Grandó

Quartas-feiras, às 13:00 horas

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Genésio Goulart - Presidente

Jailson Lima da Silva - Vice Presidente

Edson Piriquito

Gelson Merísio

Kennedy Nunes

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Terças-feiras, às 11:00 horas

**COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Ada de Luca - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Genésio Goulart

Kennedy Nunes

Elizeu Mattos

Serafim Venzon

Odete de Jesus

Quartas-feiras às 10:00 horas

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO**

Darci de Matos - Presidente

Pedro Uczai - Vice Presidente

Ada de Luca

Manoel Mota

Jorginho Mello

Professor Grandó

Silvio Dreveck

Quartas-feiras às 08:00 horas

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL**

Nilson Gonçalves - Presidente

Narcizo Parisotto - Vice Presidente

Ada de Luca

Jandir Bellini

Elizeu Mattos

Moacir Sopelsa

Jailson Lima da Silva

Terças-Feiras, às 18:00 horas

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

Odete de Jesus - Presidente

Kennedy Nunes - Vice Presidente

Jailson Lima da Silva

Moacir Sopelsa

Joares Ponticelli

Nilson Gonçalves

Onofre Santo Agostini

Romildo Titon

João Henrique Blasi

**DIRETORIA  
LEGISLATIVA**

**Coordenadoria de Publicação:**  
responsável pela digitação e/ou  
revisão dos Atos da Mesa Diretora e  
Publicações Diversas, diagramação,  
editoração, montagem e distribuição.  
Coordenador: Eder de Quadra  
Salgado

**Coordenadoria de Taquigrafia:**  
responsável pela digitação e revisão  
das Atas das Sessões.  
Coordenadora: Lenita Wendhausen  
Cavallazzi

**Coordenadoria de Divulgação e  
Serviços Gráficos:**  
responsável pela impressão.  
Coordenador: Claudir José Martins

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA  
EXPEDIENTE**

**Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina**  
**Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves**  
**Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC**  
**CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500**  
**Internet: www.alesc.sc.gov.br**

**IMPRESSÃO PRÓPRIA**  
**ANO XV - NÚMERO 1738**  
**1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES**  
**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**ÍNDICE****Plenário**

Ata da 033ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 02/05/2007.....2  
Ata da 034ª Sessão Ordinária da  
16ª realizada em 03/05/2007...18

**Publicações Diversas**

Mensagem Governamental.....  
.....30  
Ofícios.....32  
Projeto de Lei .....32

**PLENÁRIO**

# ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 02 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Cesar Souza Júnior - Décio Góes - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Joares Ponticelli - Jorginho Mello - José Natal - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Marcos Vieira - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Onofre Santo Agostini - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck.

**SUMÁRIO****Breves Comunicações**

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** - Elogia o CTG Os Praianos pela realização do belíssimo rodeio; tece comentários sobre a audiência pública que tratará da criação de jardim botânico no bairro Itacorubi, em Florianópolis; informa que representará a Alesc no congresso da Unataq e presta homenagem às taquígrafas do Poder Legislativo de Santa Catarina.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** - Registra a presença do presidente da igreja do município de Santa Terezinha; reporta-se à história da cidade de Canoinhas e homenageia os municípios do planalto norte.

**DEPUTADO ROMILDO TITON** - Discorre sobre a visita que fez à Fast Indústria e Comércio, instalada em Capinzal.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** - Apela pela solução dos problemas dos produtores de maçã em municípios do norte do estado; refere-se às péssimas condições de escola no município de Capinzal.

**Partidos Políticos**

**DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR** - Pronuncia-se acerca da audiência pública a ser realizada para tratar da criação de jardim botânico em Florianópolis.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** (aparte) - Aprova a iniciativa do deputado César Souza Júnior e incorpora-se à luta pela criação de jardim botânico na capital.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Afirma que a bancada do PT lutará pela construção do jardim botânico.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Parabeniza o deputado Cesar Souza Júnior por haver abraçado a causa da criação do jardim botânico na capital.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSERA** - Tece comentários sobre a concessão de liminar na ação que pede o não-pagamento de subsídios vitalícios ao ex-governador Eduardo Pinho Moreira e sobre a intenção de entrar com ação de improbidade administrativa contra o governador Luiz Henrique.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Parabeniza o deputado Pedro Baldissera pela ação contra os subsídios vitalícios do ex-governador Eduardo Pinho Moreira.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Discorre sobre a ilegalidade do Decreto n. 76, do governo do estado, que legalizou as máquinas caça-níqueis.

**DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI** (aparte) - Coloca sua posição quanto aos jogos de azar no país.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Agradece à secretaria da Segurança pelo adiamento dos editais dos cursos de aperfeiçoamento dos praças da Polícia Militar; critica a posição da secretaria da Educação na questão da indicação do diretor do IEE.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Reclama por não ter participado da comissão que negociou a crise do IEE com o secretário da Educação; discorre sobre o trabalho que está realizando na comissão de Ética.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra a presença do prefeito de São Joaquim, Newton Stélio Fontanella.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Lembra o aniversário da Têxtil Renaux, de Brusque.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** - Externa sua posição no sentido de que a situação no IEE volte rapidamente à normalidade; tece considerações sobre a concessão de liminar suspendendo o pagamento dos subsídios vitalícios do ex-governador Eduardo Pinho Moreira; externa as razões de compra de imóvel pelo governo em Joinville.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Crítica o discurso do deputado Pedro Baldissera acerca da pensão do ex-governador Eduardo Pinho Moreira; avalia que todas as loterias agem negativamente sobre as camadas mais pobres da população; discorre sobre visita às obras da BR-101, trecho sul.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Afirma que a BR-101, trecho norte, tem imperfeições nos projetos de engenharia que causam acidentes.

Ordem do Dia

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Reporta-se à Indicação n. 0255/2007, de sua autoria, que se refere à solicitação de novas viaturas para as Polícias Civil e Militar de Joinville.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Solicita autorização para subscrever a Indicação n. 0255/2007, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Manifesta-se sobre a Indicação n. 0256/2007, de sua autoria, referente à solicitação ao governador de encaminhamento de PL instituindo a eleição direta para diretores das escolas públicas estaduais.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Pede autorização do deputado Pedro Uczai para subscrever moção de sua autoria, a ser enviada a várias autoridades federais, pedindo a realização de um debate nacional, com a aprovação de uma nova legislação aos meios de comunicação de massa.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Solicita licença ao deputado Décio Góes para subscrever pedido de informação de sua autoria, a ser encaminhado ao governador do estado, pedindo esclarecimentos de diversas ações das secretarias de Desenvolvimento Regional de: Laguna, Criciúma, Tubarão e Araranguá.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Registra a presença do vereador Marlon, de Itapoá.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (pela ordem) - Registra a posse na prefeitura de Araquari do vice-prefeito Paulinho Travassos, primeiro cidadão da raça negra a ocupar uma prefeitura do norte do estado.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (pela ordem) - Expressa seu desejo de assinar o requerimento que pede a suspensão da sessão para oitiva do professor Elói Girardi.

Explicação Pessoal

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Aborda a crise que afeta o Instituto Estadual de Educação e a situação da educação no estado de Santa Catarina.

**DEPUTADO PEDRO BALDISSEIRA** - Crítica os gastos com subsídios vitalícios dos ex-governadores e a falta de recursos para atender os pleitos das prefeituras municipais.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Manifesta-se acerca do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Doenças e de Acidentes de Trabalho; parabeniza o ex-deputado federal Mauro Passos pela instalação do Instituto Ideal; marca a posição da bancada do PT a favor da criação do jardim botânico no bairro Itacorubi.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Convida para a audiência pública sobre a criação do jardim botânico no bairro Itacorubi.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (aparte) - Manifesta-se contra a venda, pelo governo do estado, do terreno no bairro Itacorubi.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Dirige-se à população catarinense defendendo a escolha indireta dos diretores de escola.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** - Defende o direito do ex-governador Eduardo Pinho Moreira de receber subsídio vitalício; comenta pesquisa do MEC que avaliou muito bem o ensino médio em Santa Catarina.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** (aparte) - Crítica o fato de Eduardo Pinho Moreira ter ficado apenas oito meses no governo e receber pensão vitalícia.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI** (aparte) - Reforça a análise da pesquisa do MEC, publicada pelos jornais nacionais e locais, na qual Santa Catarina aparece muito bem posicionada no ensino médio.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Enaltece o Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal; pleiteia mais recursos para ampliar o Cefet de Joinville.

**DEPUTADO SILVIO DREVECK** (aparte) - Opina pela otimização dos espaços escolares para formar mais jovens em cursos profissionalizantes.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Fornece informações prestadas pela diretora do Cefet de Joinville sobre a expansão daquela escola.

**DEPUTADO ELIZE MATTOS** (aparte) - Concorde com a otimização dos recursos estaduais e federais para melhorar a educação profissional do país.

**DEPUTADO DÉCIO GÓES** - Convida para o anúncio, na Amrec, da criação do Cefet de Criciúma; convida para audiência pública sobre a Via Rápida; reporta-se às obras da BR-101/sul, que estão em andamento graças ao presidente Lula.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Elogia o ensino técnico como excelente alternativa para o desenvolvimento do país.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Comenta o lançamento de um Cefet em Videira com extensão em Caçador.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDO** (aparte) - Sugere iniciar uma luta pela instalação de um Cefet em Imbituba.

**DEPUTADO MANOEL MOTA** (aparte) - Reconhece que o presidente Lula é um homem de palavra porque prometeu que construiria a BR-101/sul e está cumprindo a promessa.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Chama a atenção dos catarinenses para a mudança da cobrança da telefonia fixa de pulsos para minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Onofre Santo Agostini, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, imprensa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, funcionários que nos assistem neste momento, dois assuntos nos trazem à tribuna: o primeiro é sobre o rodeio promovido pelo CTG Os Praianos, no município de São José. Realmente, vale a pena, deputado Genésio Goulart, se v.exa. ainda não teve oportunidade ir, vá, comparecer porque a organização do CTG é de causar inveja. Como dizem no nosso futebol, é *show* de bola. A organização, o rodeio, as atrações, é tudo muito bonito.

O jornal *ANCAPITAL* traz uma matéria longa sobre o que está acontecendo no rodeio, o que nos deixa muito feliz, e tive oportunidade de ouvir comentários de algumas pessoas vindas de outros estados, principalmente oriundas do Rio Grande do Sul, tecendo elogios sobre o que está acontecendo no CTG Os Praianos. Elas até comentaram que está mais bonito do que o famoso rodeio de Vacaria pela organização, pelo capricho, pelos eventos, pela atração.

Enfim, está de parabéns toda a equipe do CTG Os Praianos e também o município de São José, por estarem realizando esse rodeio que deixa Santa Catarina muito feliz. E tiveram muita sorte porque aproveitaram o feriado prolongado e muitas pessoas, muitos turistas que vieram para Santa Catarina passar o feriado, tiveram a oportunidade de assistir e ficaram encantados com o que está acontecendo no CTG Os Praianos.

Por isso faço este registro, cumprimentando daqui a direção, a presidência, a equipe do CTG Os Praianos e também o povo de São José, por esse evento que leva o nome da nossa terra, o nome de Santa Catarina para todos os rincões deste país. Leva e eleva o nosso nome, mostra ao Brasil a competência que temos; mostra que não temos apenas praias bonitas, maravilhosas mesmo, que temos também outras atrações. Assim, ficamos muito felizes quando ouvimos esses comentários elogiosos para a nossa querida São José. Sabemos que o rodeio de Vacaria é famoso porque é internacional. Vem gente da Argentina, do Paraguai, do Uruguai, etc. Mas o nosso rodeio também é muito bem organizado e por isso ficamos muito felizes.

Srs. deputados, hoje, na Assembleia Legislativa, às 19h, vai haver uma audiência pública em que será debatido um assunto que nós reputamos de muita importância. Inteligente, sábio e competente, foi o nosso querido amigo, da nossa bancada, Cesar Souza Júnior, o qual nós carinhosamente chamamos de Cesinha, quem propôs a realização dessa audiência pública para discutirmos um assunto que reputamos da maior importância: a criação de um jardim botânico no bairro Itacorubi.

Naquele bairro, o estado tem uma área de terra grande, com 323.700m<sup>2</sup>, que é de propriedade da Epagri. Nós, na reforma, votamos a autorização da possibilidade de venda dessa área de terra para que os recursos oriundos dela pudessem ser aplicados em melhorias na capital do estado. O deputado Cesar Souza Júnior nos orientou e sugeriu o seguinte: "Por que não usarmos essa área de terra, que já é patrimônio do estado, para ali construirmos um jardim botânico na capital?" E não existe investimento maior, deputado Genésio Goulart! V.Exa., que já foi prefeito, sabe da importância disso. Realmente, por que não criarmos ali o jardim botânico, já que o estado tem o patrimônio?"

E ele resolveu fazer essa audiência hoje, às 19h, para discutirmos isso e depois levarmos ao governo do estado, através das suas lideranças e mesmo através do nosso querido deputado Cesinha, essa idéia que entendo feliz.

Veja bem, deputado, que nós, deputados mais antigos desta Casa, não despertamos para isso. Então, chego à conclusão de que realmente esses deputados mais jovens têm uma mentalidade aberta, com muito mais competência. E eu prestei atenção esses dias quando alguém comentou que o homem público que não se modernizar, vai ficar na poeira, como diz o caboclo. E é verdade! Hoje, o político tem que estar modernizado porque é só apertar um botão e terá contato com o Japão neste exato momento.

Deputado Antônio Aguiar, na minha opinião, o maior invento humano dos últimos tempos é o *fax*. Eu acho que o *fax* é um dos inventos humanos mais inteligentes, porque se aperta um botão e passa-se um documento original para o Japão no mesmo instante - e falo no Japão porque é do outro lado do mundo. Mas isso é feito para qualquer parte do mundo. Hoje pela manhã precisei de um documento, liguei lá para Macieira, uma cidade no cantão do estado, e pedi o documento. Em alguns minutos eu estava recebendo, por *fax*, aquele documento original lá da cidade de Macieira.

Então, a evolução é muito rápida, a tecnologia é muito rápida. Hoje eu posso ter o computador mais moderno, mas daqui a dois minutos ele já não será mais moderno, pela competência e pela inteligência do ser humano.

Portanto, nós precisamos modernizar-nos e precisamos saber das coisas. E aí o deputado Cesar Souza Júnior, o Cesinha, deu uma grande demonstração de sabedoria e de inteligência. É um moço jovem, mas é inteligente, competente e possui uma visão extraordinária. Ele levantou o assunto na bancada. Vejam v.exas. que é um moço humilde e não quis só para ele os méritos da possibilidade de criação do jardim botânico. Assim, ele reuniu a bancada e disse que poderia falar com todos os deputados, mas que preferia, através de uma audiência pública, levantar essa hipótese, essa idéia de ser criado, em Florianópolis, esse jardim botânico. E discutiu isso na bancada.

Veja v.exa., deputado Sargento Amauri Soares, como nós, parlamentares, precisamos-nos modernizar e andar ligeiro. Acabou-se o tempo de amarrar língua! Hoje, ou a pessoa se moderniza ou o trem passa por cima; ou a pessoa se moderniza ou fica marcando passo na história.

Por isso a nossa alegria de poder discutir, hoje, com o deputado Cesinha, nessa audiência pública, esse projeto que nós reputamos ser de muita importância.

Srs. deputados, nem amanhã, infelizmente, nem depois de amanhã poderei estar presente à sessão porque, por determinação do ilustre presidente, vou representar este Poder lá na Assembléia Legislativa de Belo Horizonte. Vejam, sras. taquígrafas, que estarei lá em Minas Gerais participando do seminário, já que coube a este deputado, quando presidente, fazer a abertura do I Encontro das Taquígrafas em Porto Alegre, em nível de América do Sul.

Então, estarei lá representando este Poder, por designação do presidente, e farei isso com muito orgulho e muita honra. Será bom, pois poderei discutir com as taquígrafas do Brasil inteiro o Dia Nacional das Taquígrafas e também outros assuntos que dizem respeito a essa profissão que eu designo como sendo de muita importância.

É claro que precisamos-nos modernizar, mas também há profissões das quais não podemos abrir mão. Temos algumas coisas das quais não podemos abrir mão e as taquígrafas são um desses casos porque são elas que, com competência e inteligência, fazem rapidamente aqueles riscos que não entendemos nada e transmitem tudo aquilo que nós queremos. E depois passam para o papel tudo o que nós falamos.

Tanto isso é verdade que, recentemente, o Tribunal de Justiça, que não possui taquígrafas, pediu que o sr. presidente permitisse que as nossas taquígrafas colocassem no papel aquilo que foi discutido e gravado por eles, através das fitas.

Por isso às taquígrafas aqui da Assembléia Legislativa a nossa homenagem e o nosso respeito! Amanhã não estarei aqui, mas estarei lá em Belo Horizonte defendendo a profissão das ilustres taquígrafas do estado e do Brasil inteiro. Então, que recebam o nosso respeito e a nossa homenagem as taquígrafas aqui da Assembléia Legislativa, pelo extraordinário trabalho que fazem em favor de Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Antônio Aguiar, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e nobres deputados, eu gostaria de registrar a presença do sr. David, presidente da igreja do município de Santa Terezinha. Desejamos as boas-vindas à nossa Casa e que se sinta à vontade!

Gostaríamos de nos reportar, hoje, à história de Canoinhas, uma vez que amanhã, 3 de maio, será o Dia de Santa Cruz de Canoinhas, um calendário religioso quando realmente se comemora a história da nossa terra.

Quero agradecer ao professor Fernando Tokarski, que é o historiador de Canoinhas. E tenho a honra de fazer minhas as palavras dele, neste momento histórico do nosso município.

(Passa a ler.)

"O início da efetiva ocupação do antigo território de Canoinhas, na região do Contestado, remonta à construção do Caminho das Tropas no primeiro quartel do século XIII e às explorações de bandeirantes curitibanos produzidas pelas navegações feitas pelos rios Iguaçu, Negro, Timbó, Canoinhas e Paciência, a partir de 1768. Paulatinamente, o seu espaço geográfico foi sendo ocupado principalmente por posseiros originários do Paraná, lembrando que nesse período a região de Canoinhas compreendia o chamado Sertão de Curitiba. Por isso é plenamente certo e lícito afirmar que a efetiva ocupação e colonização do território de Canoinhas é fruto da expansão colonial paranaense.

O nome Canoinhas tem origem toponímica e refere-se ao rio homônimo que das escarpas da serra do Espigão cruza vasta porção territorial, até desaguar no Negro. O vocábulo Canoinhas diferencia esse rio do Canoas, mais caudaloso, situado ao sul, na região dos Campos Gerais, nas proximidades de Lages. Ambos eram atravessados por tropeiros e antigos mapas indicam o Canoinhas como *Canoges Mirim*, que na linguagem hispano-indígena literalmente significa *Canoas Pequeno*, isto é, Canoinhas.

A erva-mate e a colonização

Nas últimas décadas do século XIX, a crescente importância econômica da erva-mate ampliou a ocupação e colonização do vasto território de Canoinhas, ainda dominado pela presença dos índios xokleng. As cidades e vilas paranaenses da Lapa, Rio Negro, Palmeira e União da Vitória foram as primeiras aglomerações urbanas a fomentar com maior intensidade a presença humana na região de Canoinhas. Posteriormente e com mais vagar, os núcleos catarinenses de Curitiba, Joinville e São Bento do Sul também contribuíram na formação populacional canoinhense. Contudo, é correto que a partir de 1850 o sertão de Canoinhas encontrava-se povoado por ervateiros e pequenos criadores e lavradores de subsistência.

A fundação da vila e os imigrantes

De acordo com a tradição, o povoado de Santa Cruz de Canoinhas foi fundado em 3 de maio de 1888 pelo lavrador paranaense Francisco de Paula Pereira, egresso de São Bento do sul. A contar de 1890, quando sucessivas levadas de imigrantes eslavos chegaram ao Paraná, logo atingiram o território de Canoinhas, promovendo a diversidade étnica e drástica mudança cultural. Mas foi em 3 de maio de 1895, na presença do monge João Maria de Jesus, o santo do Contestado; do fundador Chico Pereira; de Antônio Pereira de Camargo; de Joaquim Branco e de outros precursores da colonização da vila de Canoinhas que no lugar então conhecido por Boa Vista ergueu-se uma cruz dando origem à primeira capela do povoado. Dessa humilde capela é que, a partir de 1913, originou-se a primeira igreja matriz de Canoinhas, sob os cuidados do frei Menandro Kamps, de origem germânica, e que na paróquia permaneceu até 1923. Por isso o dia 3 de maio, que no calendário católico é dedicado à Santa Cruz, é feriado em Canoinhas, numa homenagem àquela data de suma importância no contexto histórico-social do município."

O ciclo madeireiro

Igualmente nesse período foi que o primeiro ciclo da extração da madeira ganhou extrema importância. A presença da Southern Brazil Lumber & Colonization Company, na vila de Três Barras, e a construção do ramal ferroviário União da Vitória/São Francisco do Sul, acelerou as atividades extrativistas locais.

A criação do município

Pouco antes da eclosão da Guerra do Contestado e fazendo frente aos interesses paranaenses na região, em 12 de setembro de 1911 o governo de Santa Catarina criou o município de Santa Cruz de Canoinhas, sediado numa diminuta vila com menos de 60 casas e desprovido de infraestrutura urbana. Antes, ainda em 1902, um povoado ainda mais irrisório fora promovido à categoria de distrito, integrando o município de Curitiba.

A Guerra do Contestado

Na Guerra do Contestado, Canoinhas foi um dos principais cenários, embora alguns historiadores e outros menos informados insistam em ignorar a importância que o município teve no conflito que em sua vastidão territorial explodiu notadamente no decorrer de 1914."

Como o nosso tempo é curto, eu gostaria de saudar, especialmente, hoje: o nosso município de Canoinhas, Santa Cruz de Canoinhas; o prefeito Leoberto Weinert; em nome do presidente da Câmara Municipal de Canoinhas, Tarciso Ribeiro De Lima, saudar todos os vereadores; em nome de Rafael Miranda, saudar a Associação Comercial de Canoinhas; o Rotary Club; o Lions Club; os sindicatos, os clubes de serviços, as associações de moradores, enfim, toda a comunidade de Canoinhas.

Esta saudação nossa é uma homenagem a Canoinhas. E com o desenvolvimento do planalto norte, hoje temos vários municípios desmembrados, como o mais recente, Bela Vista do Toldo, que comemorou o seu aniversário na semana anterior.

A nossa Santa Cruz de Canoinhas recebeu do nosso governo do estado vários incentivos. Por exemplo, o aparelho de ressonância magnética, que será inaugurado no mês vindouro, e, principalmente, o asfalto que liga a universidade à cidade de Canoinhas, mais precisamente ao distrito de Marcílio Dias. Ainda salientamos o asfalto de Bela Vista do Toldo, reivindicado e prometido por governos anteriores e não cumprido. Temos ainda o desvio da Mille, que se está realizando no município de Três Barras.

São vários os grandes investimentos no planalto norte. Nós temos que realmente dizer que nos municípios de Canoinhas, Três Barras e Papanduva os indianos estão fazendo a sua prospecção territorial, no sentido de que a jazida de xisto betuminoso, que é o grande patrimônio do planalto norte, seja avaliada com carinho para, aí sim, partirmos para desenvolver a refinaria, que será uma obra, sem dúvida nenhuma, que vai trazer a redenção ao planalto norte. Vai-se falar em duas etapas distintas: uma antes da refinaria e outra depois da refinaria.

Esta é a nossa homenagem ao planalto norte, desde Porto União até Campo Alegre. E fazemos questão de citar os municípios de: Rio Negrinho, São Bento do Sul, Mafra, Monte Castelo, Papanduva, Santa Terezinha, Itaiópolis, Canoinhas, Bela Vista do Toldo, Major Vieira, Três Barras, Irineópolis e Porto União.

Era isto o que tínhamos a dizer, sr. presidente!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Romildo Titon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero trazer um assunto ao Plenário hoje que é de vital importância para Santa Catarina e que certamente, em breve, será o centro das atenções no nosso estado, do Brasil e, mais especificamente, do município de Capinzal.

(Passa a ler.)

"Os catarinenses nos surpreendem constantemente.

Tivemos a oportunidade, na semana que passou, de conhecer mais um investimento da produção catarinense. Na última segunda-feira, acompanhado por autoridades dos municípios de Ouro e Capinzal, entre elas o prefeito, o vice-prefeito e vereadores, visitamos a Fast Indústria e Comércio, instalada em Capinzal num belo parque industrial. A empresa Fast é administrada pelo empresário e engenheiro Marius Juliano Farina, um homem de muita visão e arrojo - filho do saudoso ex-prefeito de Capinzal Celso Farina, com quem tivemos laços de amizade muito grandes.

Celso Farina foi um homem público que visualizou o município de Capinzal de um modo diferente. Na administração do município soube tratar a coisa pública alicerçando a base para a iniciativa privada e dela desfrutar. Hoje, além da pujante agroindústria, agropecuária, comércio e serviços, despontam a produção de ponta no setor metal-mecânico. Dentre estes destaques de produção em Capinzal está a Fast, mais uma surpresa para Santa Catarina.

Pudemos conhecer um pouco da recente trajetória da Fast e faço questão de registrar neste momento. Iniciou suas atividades em 1995, produzindo pinos e buchas para a indústria automotiva. Em uma segunda etapa, através de seus serviços passou a auxiliar as indústrias frigoríficas, produzindo peças para máquinas, a grande maioria importadas, que quebrassem ou apresentassem problemas. A Fast, a partir daí, iniciou o desenvolvimento de equipamentos inéditos para auxílio de produção em agroindústrias. Pela qualidade e agilidade na solução dos problemas, a marca Fast ganhou credibilidade no mercado.

Em uma terceira etapa de contínua expansão, a Fast introduz no mercado mais um equipamento inédito no Brasil, o Decâter Centrifugo, equipamento de alta complexidade, que veio suprir a necessidade de tratamento de efluentes industriais e sanitários. Com um serviço diferenciado, a Fast ganhou o mercado nacional e sul-americano. Recentemente - e este foi o motivo da visita -, a Fast surpreendeu novamente e anunciou a produção de uma inédita usina de biodiesel.

As imagens que vamos ver são da usina construída pela empresa em Capinzal.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Esta é a usina para transesterificação, ou seja, que transforma óleo ou gordura animal em biodiesel.

Este é um equipamento totalmente diferenciado para a produção de biodiesel. Não há similar. É projeto da Fast, catarinense e brasileiro. O diferencial da usina da Fast entre outros equipamentos que podem gerar biodiesel é que é um equipamento de processo contínuo e não por batelada; não consome vapor para ativar o equipamento; é elétrico, portanto não queima lenha, mas as usinas poderão ser auto-suficientes em energia (sem gastar a elétrica), consumindo pequena parte do biodiesel que elas produzirão, para então acionarem geradores que operarão com 100% de biodiesel. Não usa água para lavagem, enquanto os outros equipamentos usam água, e nessa água ficam partículas altamente poluentes que comprometem o meio ambiente; não queima combustível, portanto não libera gases e não gera resíduos - efluentes. Portanto, trata-se de uma usina ecologicamente correta.

Todos os veículos automotores que consomem diesel derivado do petróleo poderão substituir em 100% por biodiesel, sem necessidade de qualquer alteração nos motores. Essa tecnologia, já patenteada, inédita, é direcionada ao setor agroindustrial e às empresas que atuam no setor de óleos vegetais. A empresa pretende construir e colocar no mercado de 30 a 50 usinas/ano.

A Fast tem capacidade para construir equipamentos com capacidade de gerar de 250 litros/hora até 15 mil litros/hora, com tecnologia que permite a usina trabalhar até 24 horas por dia."

Então, srs. deputados, trago para os v.exas. a novidade de que hoje está instalada no município de Capinzal uma empresa que já está sendo assediada pela Petrobras, uma vez que essa empresa importou da Itália equipamentos similares com um custo muito elevado. E esse equipamento produzido aqui no município de Capinzal, além de uma redução sensível de custos, tem também uma qualidade de produção que oferece ao consumidor garantia de até um ano do produto feito com o diesel. E outras empresas não têm condições de dar essa garantia.

Certamente logo, logo estaremos sendo o centro das atenções nessa área, pois os olhos do país estarão voltados para o município de Capinzal, que tem essa empresa que além de produzir e comercializar essa usina de biodiesel, também estará produzindo o próprio biodiesel. A empresa está colocando a sua máquina no município de Capinzal, onde vai produzir o biodiesel para comercializar, logicamente com a autorização da Petrobras, que logo estará visitando-a.

Começa, então, a despertar em toda região a preocupação com a produção da matéria-prima para abastecer essa usina do município de Capinzal. Os primeiros experimentos já estão sendo feitos desde o ano passado, com a produção de girassol, de pinhão manso, além da gordura animal que é a grande matéria-prima produzida nas agroindústrias de Capinzal, de Videira, de Concórdia e de tantos outros municípios do estado.

Então, faço este registro, no dia de hoje, porque é importante para Santa Catarina e este Parlamento tem o dever de incentivar, de divulgar todas as empresas que estão indo em busca de novas tecnologias, indo em busca de novas oportunidades de emprego, de geração de renda e saindo na frente num dos temas mais discutidos nos dias de hoje no Brasil inteiro, que é o biodiesel.

Certamente, Capinzal sai na frente e essa empresa eminentemente catarinense orgulhará não só o meio-oeste catarinense, mas o estado de Santa Catarina e o nosso país, por ser pioneira na área. Não há similar no Brasil em termos de qualidade e com uma tecnologia bastante avançada, que certamente vai dar a Santa Catarina destaque no cenário brasileiro na produção de biodiesel.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o deputado Silvio Dreveck, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, estava ouvindo o pronunciamento do deputado Romildo Titon e rendo a minha homenagem por essa importante notícia sobre o município de Capinzal, que poderá prosperar ao contar com uma usina de biodiesel.

Ao mesmo tempo, sr. presidente, nós, da região norte catarinense, e v.exas., deputado Antônio Aguiar, que é do planalto norte também, sabe o que está acontecendo com relação à nossa economia que, ao longo dos anos, teve o seu potencial referenciado na agricultura, no extrativismo, na erva-mate, na madeira e, infelizmente, nos últimos anos, vem passando por muitas dificuldades.

De nossa região industrial, formada por São Bento do Sul, Campo Alegre, Rio Negrinho, Mafra, Canoinhas, Porto União e, ao redor, dos grandes municípios agrícolas, como Itaiópolis, Papanduva, Monte Castelo, Major Vieira, Bela Vista do Toldo, Três Barras e Timbó Grande, todos os dias recebemos jovens procurando um local para trabalhar. Não pedem esmola, querem trabalhar. E nós temos que dizer não, porque não existe oferta de trabalho, não existe o emprego que a nossa juventude precisa, principalmente o primeiro emprego.

Ontem, comemoramos o Dia do Trabalho fazendo uma reflexão sobre a região norte catarinense. Existem algumas alternativas e, por isso, quero pedir a sua ajuda, deputado Antônio Aguiar, que neste momento preside esta sessão. Nós sabemos que em nossa região já foi realizado um estudo e que há pelo menos uma alternativa, que é a fumicultura ou o cultivo da maçã. O clima e o solo são favoráveis e isso ajudaria, pelo menos, a amenizar um pouco o problema do emprego para o nosso agricultor e para o nosso jovem.

Mas há um apelo da região, em especial de Monte Castelo, de Papanduva e de Três Barras, sendo que a liderança desse processo está em Monte Castelo, onde já foi criada uma cooperativa para fazer a exploração da maçã, já foi testada e deu certo. No entanto, a venda do produto ainda tem que ser deslocada para Fraiburgo.

O que precisamos fazer para ajudar os nossos agricultores, deputado Padre Pedro Baldissera? V.Exa. conhece bem a dificuldade, principalmente, das famílias que mais necessitam. Precisamos apoiar essa iniciativa através da cooperativa e das prefeituras, que é o melhor meio de descentralização; precisamos apoiar esse projeto, dando condições dessa cooperativa obter recursos para adquirir uma classificadora e uma câmara fria para fazer o armazenamento. Com isso, obviamente, o resultado para os agricultores será bem melhor, porque o preço do produto será bom com a redução do custo do transporte e do armazenamento em Fraiburgo.

Então, penso e acredito que esta é uma bandeira, entre outras, que precisamos, junto com os nobres deputados desta Casa, junto com os governos estadual e federal, empunhar; precisamos apoiar essa cooperativa e ajudar os nossos agricultores a permanecerem na agricultura e dar uma oportunidade ao jovem que tanto procura um local para trabalhar.

Um outro assunto que me traz a esta tribuna e sobre o qual já me pronunciei há dias é a educação. Fiquei surpreso porque li uma matéria há poucos dias dando conta de que Santa Catarina está entre os quatro estados com melhor educação. Há poucos dias também tivemos uma notícia não muito boa: que o estado de Santa Catarina é o penúltimo colocado em evasão escolar. Evasão escolar foi uma notícia, qualidade na educação foi outra notícia.

Srs. deputados, quero destacar que os nossos professores têm sido verdadeiros heróis porque diante da calamidade em que encontramos as nossas escolas, não sabemos como conseguimos ensinar, como é o caso de Porto União. E fiz referência há poucos dias, deputada Odete de Jesus, e v.exas. esteve lá com o nosso secretário, mas, lamentavelmente, o governo ainda não autorizou a reforma daquela escola.

E hoje me deparo com uma situação de outra escola, no município de Capinzal. E a nota diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Colégio põe a saúde dos alunos em risco

Paredes descascadas, rachadas e com saliências, banheiros insuficientes, úmidos e sem portas, fiação exposta. Sistemas hidráulico, elétrico e de escoamento de água pluviais antigos e ineficientes. A Escola Belisário Pena pede socorro.

A escola estadual fica no centro de Capinzal, no meio-oeste. Nos 58 anos de história, a escola nunca passou por uma reforma. Apenas pequenos reparos foram feitos na estrutura. Uma vistoria feita em janeiro pela Vigilância Sanitária resultou em um relatório alarmante. São 22 itens bastante problemáticos que podem até mesmo comprometer a saúde dos alunos, como o forro dos banheiros, que, conforme o relatório, em alguns pontos está podre e oferece risco de desabamento.

O *Diário Catarinense* mostrou a situação da escola em setembro passado. Segundo a Vigilância Sanitária, a precariedade da estrutura física da escola só piorou desde a vistoria anterior, feita um ano e oito meses antes, pelo uso e pelo tempo.

Conforme o diretor Neivo Ceigol, a interdição só não foi feita porque as outras escolas do município não conseguiriam absorver os 460 alunos que estudam na Belisário Pena. 'Minha vontade é interditar a escola, mas não dá para deixar os alunos sem aula. Se me perguntar da situação da escola, já respondo: hoje pior do que ontem' - ressalta Ceigol.

Os problemas são de conhecimento das autoridades, já que várias reuniões com o secretário de Desenvolvimento Regional de Joaçaba, Jorge Dresch, foram feitas. Dresch e a gerente de Educação Marisete Ramussen foram procurados pelo DC, mas não foram encontrados."[sic]

Eu, como disse no início, recebi uma boa notícia do deputado Romildo Tilton, que ao mesmo tempo não é boa para a educação.

Sr. presidente, para concluir a minha fala, quero aqui render a minha homenagem aos professores porque mesmo diante de uma situação de tantas escolas do estado estarem em precárias condições, eles conseguem fazer um trabalho que não podemos desconsiderar. Agora nós, parlamentares, precisamos convencer o governo de que é uma prioridade a educação, pois sem ela não vamos ter evolução, não vamos ter emprego, não vamos ter produtividade na indústria, no comércio e na prestação de serviços.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são reservados ao partido Democratas.

Com a palavra o sr. deputado Cesar Souza Júnior, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Sr. presidente, srs. deputados, funcionários desta Casa, cidadãos que nos escutam e nos assistem pela Rádio Alesc Digital e pela TVAL, hoje será realizada, na Assembléia Legislativa, a partir das 19h, no plenarinho, no âmbito da comissão de Meio Ambiente e Turismo, uma audiência pública que tratará do jardim botânico de Florianópolis. A iniciativa dessa audiência pública partiu deste parlamentar e será presidida pelo deputado Décio Góes.

Quero dizer aos deputados que o que nos motiva a fazer essa audiência pública é o fato de que iremos ouvir a comunidade. O projeto do jardim botânico de Florianópolis vem sendo trabalhado pela Epagri, pela Fapesc, pela Floram e pela Universidade Federal de Santa Catarina há mais de nove meses e hoje é uma preocupação muito grande, principalmente quando nós, nesta Casa, acabamos por aprovar uma emenda que permite a alienação de parte daquela área.

Então, a audiência pública se destina, hoje, em primeiro lugar, a apresentar à comunidade, ao Ministério Público Estadual e ao Ministério Público Federal o projeto. É um belo projeto paisagístico, numa área central, limítrofe ao mangue, uma área que seria fantástica se bem aproveitada como espaço público.

Santa Catarina não tem nenhum jardim com essas características. No Brasil, eles são relativamente comuns e há em torno de 26 jardins botânicos. No mundo há mais de 1.700. O jardim botânico do Rio de Janeiro, que é uma autarquia federal, é o mais conhecido de todos. Nós temos também em Curitiba, em São Paulo, em Brasília, em João Pessoa, em Porto Alegre, em Belo Horizonte, ou seja, várias outras capitais do país contam com um jardim botânico.

Então, o objetivo dessa audiência pública, deputado Professor Grandó, é primeiramente ouvir as comunidades do entorno, a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias, para saber o que querem para a cidade: mais espigões, mais prédios ou uma área pública de fundamental importância para toda aquela região.

Assim sendo, convido todos os deputados que nos escutam e os demais parlamentares desta Casa para participarem dessa audiência que vai tratar de uma questão que é fundamental não só para Florianópolis como também para Santa Catarina, que é a construção do primeiro jardim botânico do nosso estado. Há um projeto com conchas acústicas, com produção de mudas, uma área de convivência, de lazer, de educação.

Hoje, no mundo moderno, em especial em Florianópolis, as crianças estão cada vez mais distanciadas da natureza. Seria um espaço fundamental para reaproximar o cidadão da natureza para fazer educação ambiental. O projeto não é barato, seu custo remonta aproximadamente R\$ 7 milhões em estudos preliminares. Mas, segundo o presidente da Epagri, existe a possibilidade, deputado Professor Grandó, de se buscar recurso em nível federal e até em nível internacional, e v.exa. conhece bem essa área como ex-prefeito da capital e como ex-presidente da Fatma.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Este assunto foi discutido hoje na comissão de Meio Ambiente e Turismo e foi aprovado. Mas quero dizer a v.exa. que vamos participar dessa audiência e queremos fazer parte desse comitê de parlamentares a favor da construção do jardim botânico. Eu só quero lembrar que ali perto, graças à nossa iniciativa, que se concretizou depois, há um parque florestal bem pequeno, que é o do Córrego Grande, que é muito frequentado. Essa região é ideal para as universidades, para a Fapesc, enfim, para toda a comunidade, pois aquela região se transformará em uma área de aprendizagem para o público e para as futuras gerações.

Então, vamos ver, com certeza, que o próprio governador Luiz Henrique poderá decidir politicamente essa questão. A própria Epagri quer e o custo não é tão alto, diante da magnitude da obra de que poderemos dispor. Realmente, seria o equipamento ideal para as futuras gerações. Essa iniciativa louvável tem o nosso total apoio.

V.Exa. está de parabéns e vamos continuar a luta.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Deputado Professor Grandó, é com prazer que espero vê-lo ao nosso lado nessa luta, que é de todos nós, catarinenses, e não apenas dos florianopolitanos. O Parque Florestal do Córrego Grande, que é muito menor, recebe muitas pessoas, o que demonstra que pessoas de todas as classes sociais são carentes de áreas públicas de lazer, de áreas públicas de contato com a natureza.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado Cesar Souza Júnior, v.exa. teve uma visão brilhante ao levantar este tema do meio ambiente, transformando essa área da Epagri num jardim botânico. E esta Casa cometeu um grande equívoco quando votou pela venda daquela área por dois votos de diferença.

A sociedade catarinense, principalmente a florianopolitana, já se está manifestando. Eu recebi uma série de e-mails da população contestando a venda daquela área para transformar, com toda certeza, em mais um espaço de especulação imobiliária. Aquele espaço que existe ali, além de servir para uma área coletiva, do ponto de vista de conscientização, mostra claramente o viés que a nossa sociedade tem que dar para a recuperação ambiental.

Parabéns e tenha absoluta convicção de que a bancada do PT está com v.exa. nessa luta de transformar aquela área em jardim botânico.

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado.

Quero apenas colocar aqui que o governo do estado, o próprio governador e também o secretário Ivo Carminati já sinalizaram positivamente quanto à construção desse jardim botânico. E eu tenho certeza de que o governo do estado será parceiro nesse grande presente que esta geração dará não para este momento da cidade, mas, principalmente, para as futuras gerações, porque esse espaço de convivência existe nas principais capitais do mundo. Em Paris, temos o Jardim de Luxemburgo, temos o Central Park, em Nova Iorque, temos o Parque Birigui, em Curitiba, enfim, todas as grandes cidades contam com uma grande área de convivência, de lazer e, principalmente, de aproximação com o meio ambiente. Esse tema é fundamental e palpante e é hora de fazermos algo de prático e não ficarmos apenas no discurso.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado.

Eu pedi o aparte justamente para saudar a iniciativa de v.exa. Nós também votamos pela não-alienação daquele terreno, no destaque que podemos pela diferença de dois votos ou de um.

Mas quero parabenizar v.exa. pela iniciativa e fazer de público esse elogio pelo respaldo que está recebendo da sociedade.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR - Muito obrigado, deputado.

Para finalizar, quero apenas dizer que hoje é a oportunidade para ouvirmos a comunidade e quem quiser se fazer presente nessa audiência, as portas estarão abertas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o deputado Pedro Baldissera, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente e srs. deputados, trago à tribuna, na tarde de hoje, um assunto que tem sido divulgado nas colunas de vários jornais referente à questão da aquisição, à compra de um veículo blindado por parte da Celesc.

Na verdade, não poderia ser muito diferente esse anúncio, principalmente por vir do próprio presidente da Celesc, o ex-governador Eduardo Pinho Moreira, depois que a Justiça concedeu uma liminar suspendendo imediatamente o pagamento do subsídio vitalício daquele que governou o estado de Santa Catarina por apenas oito meses.

Eu acho que é importante a sociedade de Santa Catarina refletir a respeito desse assunto porque é inaceitável que uma pessoa elevada ao cargo de governador, que tenha governado o seu estado por apenas oito meses, possa receber definitivamente, para o resto da vida, um subsídio de R\$ 22.111,25. Isso é inaceitável! O povo catarinense, os trabalhadores, as trabalhadoras do nosso estado não podem aceitar isso! Porque o nosso agricultor, a nossa agricultora, por exemplo, lá da roça, que é pai de família, que é mãe de família, tem de trabalhar não apenas por oito horas diárias, mas por 12, 15 horas no sol, na chuva e depois de 50, 55 anos de trabalho duro na roça, quando irá se aposentar, muitas vezes tem que brigar na Justiça para poder aposentar-se com apenas um salário mínimo, hoje, de R\$ 380,00.

No entanto, o ex-governador, que foi elevado ao cargo através do voto, da confiança de tantos cidadãos e cidadãs, depois de governar o estado por oito meses, passa a receber para o resto da vida o equivalente ao salário do desembargador, que hoje corresponde a R\$ 22.111,25.

Isso é uma afronta, é um assalto a qualquer pessoa de bem, a qualquer trabalhador, trabalhadora da nossa sociedade. Não podemos admitir isso, deputado Silvio Dreveck! Não podemos aceitar essa tamanha injustiça que se está cometendo com o povo brasileiro!

Por isso nós ganhamos a liminar suspendendo o pagamento ao ex-governador. Mas o que mais me admira é que o estado de Santa Catarina não tem uma legislação própria para efetuar tal pagamento! Não tem nenhuma lei! Ele se baseia, inspira-se na legislação do Tribunal de Justiça. É um outro equívoco. Aliás, por estarmos estudando, agora, a Lei de Improbidade Administrativa, pedimos o afastamento do sr. governador do estado, Luiz Henrique da Silveira, por improbidade administrativa.

Nós não temos nenhuma lei que garanta a sustentação desse pagamento feito ao ex-governador. Portanto, é um pagamento totalmente indevido, equivocado, porque não tem amparo legal na Constituição e não tem nenhuma legislação que o ampare. Nós estamos agora, neste momento, fazendo todo um estudo e vamos encaminhar, pedindo, sim, o afastamento do governador do estado de Santa Catarina por improbidade administrativa, juntamente com o secretário da Fazenda.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Pois não!

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Obrigado, deputado Pedro Baldissera.

Eu gostaria de cumprimentá-lo e parabenizá-lo por ser o autor dessa iniciativa que, como v.exa. colocou com muita propriedade, corrige uma injustiça se comparada com o nosso agricultor, com aquele que não tem nem a quem recorrer e na maioria das vezes não tem o dinheiro para comprar o seu açúcar, o seu café, quanto mais para contribuir, para ter uma aposentadoria digna. Se ainda fosse proporcional, não seria tão absurdo, mas, pior do que isso, não tem nem amparo legal, como v.exa. acabou de dizer. Mesmo que através de liminar, a população catarinense certamente agradecerá essa sua atitude, essa sua iniciativa.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Obrigado, deputado!

Nessa mesma linha, foram inúmeras as manifestações em defesa dessa iniciativa. E como v.exa. colocou, existe um apelo e uma sensibilidade muito grande por parte do nosso povo: uma sensibilidade e um apelo muito fortes diante de tão grande injustiça. O estado de Santa Catarina paga por ano em torno de R\$ 2,5 milhões em subsídios vitalícios aos ex-governadores.

Este é um momento profundo e sério e, inclusive, nessa mesma linha, a ministra Carmem Lúcia já proferiu parecer favorável à Ação Direta de Inconstitucionalidade, no Supremo Tribunal, para acabar de uma vez por todas com o subsídio vitalício.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Progressista, PP.

Com a palavra o sr. deputado Kennedy Nunes, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, público que nos acompanha pela Rádio AleSc Digital e pela TVAL, companheiros e colegas da imprensa, funcionários desta Casa, aproveitei o feriado para refletir sobre algumas questões que foram discutidas na última sessão que houve aqui, na quarta-feira, com relação ao Decreto n. 76, assinado pelo governador de Santa Catarina legalizando as máquinas caça-níqueis neste estado.

O eminente deputado João Henrique Blasi e alguns outros deputados que ocuparam esta tribuna disseram que naquele momento este deputado e o deputado Décio Góes estavam-se anorando fora das suas competências para dizer se aquele decreto era ou não constitucional. O deputado João Henrique Blasi disse, naquele momento, que existe uma esfera dentro do contexto brasileiro que diz, deputada Ana Paula Lima, se é ou não é constitucional e não éramos nós que deveríamos dizer. E o deputado se referia à Justiça, que teria, sim, bagagem e competência para dizer se o decreto era legal ou não.

O que me chamou a atenção foi que enquanto estávamos aqui discutindo isso, se era ou não ilegal, deputado Edson Piriquito, lá em Joinville, na Justiça Federal, o eminente juiz da 1ª Vara Cível da Justiça Federal, estava julgando uma ação dizendo que o decreto é ilegal. Portanto, a partir de agora não é mais o deputado Kennedy Nunes ou os deputados da Oposição que estão dizendo que o Decreto n. 76 é ilegal, é inconstitucional, diz respeito à decisão do Supremo Tribunal Federal, a uma lei aprovada por este Parlamento que legaliza as máquinas caça-níqueis aqui, desrespeitando, inclusive, a Constituição Federal. Agora quem está dizendo, deputado Onofre Santo Agostini, não sou mais eu, é o juiz da 1ª Vara Cível da Justiça Federal de Joinville, que determinou o fechamento de todas as empresas que fazem esse tipo de jogo naquele município.

O jornal do Rio Grande do Sul, *Zero Hora*, traz uma matéria completa de como inicia esse processo das máquinas caça-níqueis até o final, quando está programado para 90% do valor que é jogado ficar para o dono da máquina e apenas 10% ir para as pessoas que jogam. E na matéria do jornal *Zero Hora* está dizendo que a China é quem produz esse *chip* e quem faz esse controle. É produzido pela China, vem para o Brasil, às vezes de forma ilegal, e em virtude disso há um empresário de Joinville que nesta semana terá que depor no Ministério Público e na Justiça do Rio Grande do Sul, porque está

sendo investigado pelo contrabando desse *chip*. Esse *chip* vem, a carcaça é montada em empresas brasileiras. E as maiores empresas, diz a matéria do jornal *Zero Hora*, estão em Joinville e no ABC paulista, onde esses *chips* são programados para dar apenas 10% de prêmio aos jogadores e 90% ficar para o dono da máquina.

Agora o governo coloca no Decreto n. 76 que está liberado o jogo em Santa Catarina. Eu quero fazer uma pergunta para os eminentes deputados da base governista. A partir de hoje, nas vezes em que eu ocupar esta tribuna, deputado Reno Caramori, vou fazer uma pergunta, e quero crer que os deputados da base governista poderão responder: quem foi que levou esse decreto para o governador Luiz Henrique da Silveira assinar? Quem foi? Foi o secretário de Articulação Política? O secretário de Economia, da Fazenda, da Segurança Pública, o presidente da Codesc? Quem foi? Alguém levou esse decreto para o governador assinar? Alguém deu 171 no governador!

O governador, pela sua inteligência - e eu o conheço como alguém que entende do Legislativo, do Executivo, da Constituição -, o governador, que foi constituinte, foi enganado, deputado José Natal! Quem levou esse decreto para o governador, enganou-o! Apoderou-se de uma lei de 1966 que dizia que funcionariam somente as loterias coordenadas e vistoriadas pela Codesc, mas através de bilhetes. Não havia, naquele ano, as máquinas caça-níqueis. Apoderaram-se dessa lei de 1966 para dizer ao governador para assinar o decreto.

Eu quero mandar um recado ao governador e vou aproveitar a presença do nobre colega, o jornalista Gaioso que está aqui e pedir-lhe que leve um recado para ele: enganaram o governador nesse decreto! Enganaram o governador!

Eu quero perguntar para os líderes dos partidos e também à liderança do governo, por favor, respondam para Santa Catarina: quem foi que levou esse decreto para o governador assinar? Um decreto imoral, ilegal, inconstitucional e que deixa Santa Catarina na berlinda da ação de pessoas escusas aos negócios reais e legais neste país.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. está-nos cobrando e vamos, evidentemente, responder. Penso que o deputado Décio Góes fez o certo, o correto, entrou com um pedido de revogação do decreto nesta Casa, que será apreciado na comissão de Constituição e Justiça, pedido que irá verificar a legalidade ou não do decreto para torná-lo sem eficácia, se assim entender aquela comissão.

Eu acho que isso é o correto, porque senão eu poderia fazer uma indagação a v.exa., pedindo que responda também quem é que legalizou a loteria esportiva, quem legalizou a loteria federal, que, na minha opinião, é tão imoral quanto os caça-níqueis. Por que lá pode e aqui não?

Eu sou favorável à legalização do jogo. Penso que se deve legalizar porque evita muitas coisas sobre as quais v.exa. levanta dúvidas e sobre as quais eu também tenho alguns pontos de interrogação. Se legalizar, não haverá problema nenhum, o pior é o jogo do bicho, que não é nem legalizado e nós sabemos que muita coisa por trás acontece. Então, a legalização do jogo é a melhor forma para evitar qualquer dúvida de v.exa. e minha também.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Deputado Onofre Santo Agostini, a nossa bancada foi à Promotoria Pública, à Polícia Federal e vamos ao Supremo Tribunal Federal para entrar com uma adin também. Parabéns ao deputado Décio Góes, que também entrou com esse procedimento, com mais essa ferramenta, para nós acabarmos com essa vergonha instituída em Santa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, servidores desta Assembléia Legislativa, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, pessoas que nos acompanham nesta sessão, especialmente os estudantes do Instituto Estadual de Educação, os professores e professoras, pais de alunos daquela escola que estão acompanhando a sessão nesta tarde.

Gostaria de começar este pronunciamento cumprimentando e agradecendo ao secretário estadual da Segurança Pública, deputado Ronaldo Benedet; ao diretor-geral da secretaria, coronel da reserva, Dejar Vicente Pinto; ao comandante da Polícia Militar, coronel Eliésio Rodrigues; ao comando da diretoria de Instrução e Ensino, coronel Buering e coronel Celso, por terem acatado a nossa solicitação de fazer uma emenda aos editais dos cursos de cabo, terceiro-sargento e de aperfeiçoamento de sargento, que devem começar no próximo dia 29 deste mês de maio. Serão 279 vagas para curso de praças. Os cursos começam no dia 29 de maio de 2007, por isso a importância daquela emenda que está tramitando nesta Casa, para garantir que companheiros do interior do estado, de todo o estado, companheiros com mais de 20 anos de serviço tenham condições de vir fazer o curso.

Quero aproveitar para avisar aos companheiros que o edital foi mudado, que as vagas serão regulares, que o teste físico não será eliminatório e que as escalas de serviços operacionais realizadas durante o curso aqui na Grande Florianópolis serão remuneradas conforme a lei da hora extra. E ao término do curso todos voltarão para suas unidades de origem e, se possível, para a mesma cidade. Então, conclamo os companheiros porque os editais mudaram e agora vale a pena vir auferir este importante direito pelo qual temos lutado tanto nesses últimos anos.

Neste tempo que me resta, quero voltar à questão do Instituto Estadual de Educação. Já debatemos muito neste Parlamento, inclusive nesta tribuna, a questão da eleição direta para diretores de escola. Temos posicionamentos dos mais diferenciados entre favoráveis e contrários; nossa posição, evidentemente, é favorável. Acompanhamos esse processo desde o ano passado no Instituto Estadual de Educação, até porque sou pai de uma aluna daquele colégio, mas não só por isso, porque defendo a democracia na escola e a participação da comunidade escolar no processo de escolha dos dirigentes.

Esse processo que vem sendo discutido desde o ano passado - não vou querer fazer mais um discurso inflamado a esse respeito até pela falta de tempo - tem piorado porque ao invés de nomear a direção eleita do Instituto Estadual de Educação, o secretário indicou uma pessoa completamente estranha ao colégio, um professor que ninguém nunca viu dentro daquela instituição para ser o diretor.

Foi aberta uma negociação com a participação dos deputados João Henrique Blasi, Professor Grando e Marcos Vieira, tivemos uma reunião como o secretário Paulo Bauer na semana passada, aguardava-se uma posição da secretaria para dois dias depois e estamos há uma semana aguardando para saber qual é a posição.

Para piorar a situação, na última sexta-feira, deputado João Henrique Blasi, o secretário da Educação - lamento ter que dizer isto, mas não há como não dizer, não anunciar - mandou dizer ao sindicato que no mês que vem não vai haver mais o repasse da contribuição sindical dos filiados se até o dia 10 desde mês, ou seja, na semana que vem, não houver o recadastramento de todos os filiados com firma reconhecida em cartório, alegando questões jurídicas, legislação, etc.

Sabemos que isso é uma retaliação! Não é possível que isso possa acontecer! Estamos defendendo que o professor Elói, que está presente, possa manifestar-se para que esse Parlamento veja que ele não é um bandido, que não um arruaceiro, que não é um diretor de presidio, que os estudantes não são presos e a comunidade escolar não é presidiária e pode, sim, eleger o seu diretor. Estou dizendo isso, porque também o secretário está dizendo que seria a mesma coisa os presos elegerem o diretor!

Então, estamos aqui manifestando, defendendo o direito do professor Elói Girardi se manifestar neste Parlamento, na tarde de hoje, para que nós, deputados deste Poder Legislativo, possamos saber da idoneidade desse grupo de pessoas, desse professor em particular, para que aquilo que tem sido divulgado na imprensa não passe como uma grande verdade, ou seja, a criminalização de um movimento legítimo.

Parabéns para vocês pela luta! Parabéns, juventude, pelo trabalho e pela perseverança de vocês!

Muito obrigado!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PRB.

Com a palavra a deputada Odete de Jesus, por até cinco minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, sr. presidente, srs. integrantes da mesa, sras. deputadas, srs. deputados, amigos que nos assistem, imprensa falada, escrita e televisada.

Eu gostaria só de complementar o brilhante pronunciamento do deputado Sargento Amauri Soares, e dizer que esta deputada é uma profissional da área da educação e há aqui outros professores, o deputado Joares Ponticelli é professor, e nós não fomos convidados para integrar essa comitiva de parlamentares que foi até o secretário da Educação, dr. Paulo Bauer.

Quando li a matéria no jornal, pensei: mas que discriminação! Nós deveríamos acompanhar, afinal de contas somos profissionais da área, entendemos de educação, somos deputados experientes. Já atuei do pré-primário até a 8ª série, fui secretária de 2º grau e assim por diante e não fomos convidada! Gostaria de ser uma das integrantes para poder ajudar, contribuir, afinal de contas entrei hoje com um requerimento pedindo ao governador do estado - porque foi promessa de campanha - que venha atender o pleito desta deputada e mande um projeto para esta Casa, para que tenhamos eleições para diretores das escolas. Daqui a pouco o presidente vai ler, na Ordem do Dia, o requerimento desta deputada.

Mas, srs. deputados, hoje pela manhã nós tivemos muitas reuniões de comissões. Às 8h, a comissão de Constituição e Justiça já estava reunida. Às 9h esta deputada, presidente da comissão de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa, também se reuniu com alguns parlamentares integrantes dessa comissão; depois tivemos reunião da comissão de Finanças e Tributação e assim por diante. Então, hoje esta Casa esteve, como sempre está, muito movimentada para podermos concluir os nossos trabalhos.

A nossa comissão apresentou hoje, srs. deputados, um planejamento de trabalho, porque de acordo com o nosso Regimento Interno, compete a essa comissão zelar pelo funcionamento harmonioso e pela imagem do Poder Legislativo, atuando no sentido da preservação, pelos deputados, da dignidade do mandato parlamentar.

Então, deputado Reno Caramori, futuro prefeito de Caçador, quero dizer que esta deputada não vai agüentar ficar só abrindo a reunião quando houver processo de alguns parlamentares. Não! Resolvemos reunir a nossa assessoria - graças a Deus, temos uma assessoria muito competente -, fizemos um planejamento de trabalho, ligamos para Brasília, consultamos também a assessoria da comissão de Ética e Decoro Parlamentar, entramos em contato com as Assembléias Legislativas do Rio Grande do Sul e do Paraná e elaboramos um projeto para desenvolver no ano de 2007.

Os srs. deputados sabem que quando nós dizemos para alguém que somos deputados, as pessoas até viram o rosto, não acreditam em nós? Então, esta será uma maneira de mostrar para o estado de Santa Catarina que esta Assembléia Legislativa trabalha, que os deputados são limpos e honrados e estão aqui prontos para trabalhar em função de toda a população.

Então, estou aqui há muito tempo e tenho visto que os colegas parlamentares têm uma vida limpa, honrada e estão preocupados. Aqui não há sigla; aqui nós nos misturamos e atendemos os anseios da população catarinense. Portanto, é uma maneira de valorizar os mandatos dos srs. deputados.

Numa outra oportunidade, sr. presidente, queremos passar o nosso planejamento de trabalho. Nós vamos estar...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Gostaria de registrar a presença do prefeito da fria e bela São Joaquim, Newton Stélio Fontanella. Boas-vindas!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Boas-vindas ao prefeito de São Joaquim, Newton Stélio Fontanella.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Serafim Venzon, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, srs. convidados, prefeitos, vereadores, prefeito Newton Stélio Fontanella, neste momento do PSDB, quero lembrar o aniversário de uma empresa de Brusque, a Têxtil Renaux, que no dia 27 de abril completou 82 anos de atividades, ocasião em que reuniu naquele estabelecimento industrial representantes da empresa que trabalham em



Santa Catarina e em todos os estados do Brasil. Ela reuniu funcionários e ex-funcionários e também diversos empresários da área de moda, de confecção, para presenciar, através de uma palestra, o grande desenvolvimento que, hoje, a Têxtil Renaux recobra, depois de alguns anos que traziam certa preocupação à população de Brusque e à população de Santa Catarina por ver aquela empresa, que foi pujante no estado de Santa Catarina, passar por dificuldades.

Com muita alegria, no último fim de semana, vimos, através de uma palestra, o crescimento que aquela empresa teve nos últimos dois anos, sendo que hoje ela possui um complexo industrial com mais de 47.377m<sup>2</sup>, um parque têxtil de última geração que soma já 82 anos de tradição e qualidade.

Contando com o trabalho de quase 700 funcionários, a empresa produz anualmente 12.300 toneladas de fio, enquanto a produção de tecidos passa dos 10 milhões de metros lineares. Para que possamos imaginar, esses 10 milhões de metros ultrapassariam a distância que existe entre o Brasil e a Alemanha.

A empresa, atenta às transformações impostas por um mundo cada vez mais plano, cada vez mais perto, cada vez mais globalizado, inicia sua nona década de existência com uma nova estrutura acionária e executiva, contratando pessoas novas, com uma visão diferente, com uma visão global. E essa visão está sendo colocada para dentro da automação dos seus teares para trazer o progresso.

Em janeiro de 2006, contratou o empresário Armando Hess de Souza - e, aliás, também é ex-secretário de governo e ex-presidente da Dudalina - que juntamente com Márcio L. Bertoldi, advogado tributarista, assumiu o comando da empresa, iniciando a construção de um novo modelo de gestão. O reposicionamento da empresa se volta para novos mercados, com foco em moda, e começa pelo resgate da *expertise* em fio tinto.

Certamente, no mundo existem centenas e centenas de empresas que produzem tecidos planos, devem existir milhões e milhões de teares que fazem o tecido plano, mas apenas 15, 20 ou, no máximo, 30 grandes empresas dominam a tecelagem de fio tinto. E a Têxtil Renaux está colocada entre as dez melhores empresas do mundo que têm o domínio sobre o fio tinto. E justamente essa recobrada da empresa tem uma importância muito grande para a secretaria de Desenvolvimento Regional de Brusque, bem como para todo o estado de Santa Catarina.

(Passa a ler.)

"Com o reposicionamento estratégico, são definidas duas coisas importantes: a visão e a missão da empresa. Quanto à visão: ser a referência em moda de tecidos de fio tinto no Brasil, que já é uma das dez maiores do mundo e, naturalmente, aqui no Brasil já é destaque. Quanto à missão: oferecer inovação ao mercado de moda, transformando tendências em soluções.

Seguindo a nova missão, a empresa sela parcerias com estilistas de renome nacional e foca suas ações em soluções para o mercado de moda feminina, masculina e infantil. Além destes segmentos, a empresa começa a oferecer também soluções em *homewear* (moda para casa).

Quando a Têxtil Renaux iniciou formalmente suas atividades, em 27 de abril de 1925 - e por isso está completando agora 82 anos -, o Brasil era um país eminentemente agrícola, com uma população inferior a 50 milhões de pessoas.

O telefone era raridade e a televisão ainda não havia sido inventada. Santa Catarina contava com menos de 10% dos atuais estabelecimentos industriais e a travessia para a Ilha de Santa Catarina, sede da capital do estado, era feita somente por barcos. Na conjuntura externa, a crise europeia do entre-guerras - as guerras de 17, de 35 e de 45 - forçava o Brasil a buscar alternativas para importações cada vez mais difíceis.

É nesse contexto que Carlos Renaux obtém sua nomeação pelo presidente do Brasil, Epitácio Pessoa, a cônsul do Brasil em Baden-Baden, na Alemanha, sua terra natal, conseguindo a transferência para Brusque de técnicos alemães, que muito contribuíram para a tradição de excelência dos fios e dos tecidos da marca Renaux.

Com a ajuda de Carlos Renaux, seu filho Otto Renaux se associa ao alemão Otto Neitsch para dar início às Indústrias Têxteis Renaux S.A., em Brusque, para a produção de tecidos de decoração.

A empresa iniciou suas atividades em 1924 e é oficialmente fundada em 27 de abril de 1925, com 18 colaboradores. Nas primeiras três décadas, a empresa abasteceu o mercado nacional com *gobelins* e madras. A partir da década de 60, passa a produzir tecidos para vestuário." E hoje, a Têxtil Renaux, que já foi grande destaque em Santa Catarina, recupera o seu conceito. Os nossos parabéns aos seus diretores!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o deputado João Henrique Blasi, por até 18 minutos.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sr. presidente, sras. deputadas e sr.s. deputados, registro, desde logo, que o tempo do PMDB será compartilhado com o deputado Manoel Mota.

Desejo, em primeiro lugar, atento à manifestação feita há pouco desta tribuna pelo deputado Sargento Amauri Soares, dizer que de fato estivemos na semana passada, eu, s.exa., o deputado Marcos Vieira, e o deputado Professor Grando, participando de uma audiência na sede da secretaria do estado de Educação, Ciência e Tecnologia, presente também a comissão de professores, alunos e pais de alunos do Instituto Estadual de Educação e também a representação sindical, oportunidade em que debatemos longamente, em três horas de conversa, a situação do impasse, hoje, vivido no maior colégio público do nosso estado. E manifestamos claramente a nossa posição de que mais do que na hora está de buscarmos uma solução que venha a repor a normalidade no âmbito do Instituto Estadual de Educação.

Esta é a nossa intenção, este é o nosso desejo. E a nossa mediação foi exatamente neste sentido. De sorte que eu imagino que nós possamos, e devamos, avançar nas conversações ao longo desta semana, amanhã, hoje e quem sabe sexta-feira, se necessário, para que, encontrada a alternativa consensual entre o estado, a direção e a comunidade do próprio colégio, nós possamos, quem sabe, a partir da semana que vem, fazer com que a situação de normalidade volte a estar presente no cotidiano da maior escola pública de Santa Catarina.

Também gostaria de fazer uma manifestação com relação ao pronunciamento do deputado Pedro Baldissera, quando, da tribuna, noticiou a liminar concedida no âmbito da Vara da Fazenda Pública da comarca da capital, determinando a suspensão do pagamento da pensão de ex-governador ao dr. Eduardo Pinho Moreira.

Quero dizer, em primeiro lugar, e reiterar o que falei em sessões passadas, que a pensão de ex-governador está positivada no direito estadual, através da Constituição promulgada em 1989, cujo art. 159 é taxativo, claro e peremptório ao dizer que o governador, que houver exercido com definitividade o cargo, fará jus a uma pensão equivalente aos subsídios do desembargador do Tribunal de Justiça.

Portanto, esta norma vigora desde 1989, com a promulgação, por esta Casa parlamentar, da nova Constituição do Estado de Santa Catarina. Não sei os fundamentos da ação, não sei os fundamentos da decisão, e decisão judicial se acata, e quando dela se diverge, recorre-se, da mesma forma como outros ex-governadores, que tiveram idêntico pronunciamento na mesma esfera monocrática, recorreram pela via de agravo de instrumento e obtiveram, no Tribunal de Justiça, uma decisão dizendo que era possível a percepção daquele valor.

Mas, a meu ver, a questão vai ficar circunscrita a um único ponto, que é a possibilidade da equiparação, da paridade remuneratória entre a pensão de um ex-governador, que é do Poder Executivo, com os subsídios dos desembargadores, que são de um outro poder, do Poder Judiciário.

No meu entendimento, reside aí unicamente a discussão da inconstitucionalidade, porque se for fixado um outro valor, deixando de fora o parâmetro do Poder Judiciário, se não fizer essa vinculação, a meu ver, na condição de advogado, desaparece qualquer eiva de inconstitucionalidade na discussão dessa matéria.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Moacir Solpesa - Muito obrigado, meu líder, deputado João Henrique Blasi, mas eu gostaria que fosse esclarecido aqui que todos os ex-governadores recebem esse pró-labore. Parece que o dr. Eduardo Pinho Moreira é o único governador que está recebendo, mas todos os ex-governadores recebem esse pró-labore.

Então, se há uma injustiça referente à percepção pelo dr. Eduardo Pinho Moreira, também há contra os outros ex-governadores. Na mesma linha e na mesma esteira de v.exa., afirmo que esta Casa foi quem deu esse direito aos ex-governadores. Se há uma inconstitucionalidade, nós devemos ir buscá-la para se esclarecer de fato isso, mas que não pareça que é apenas o ex-governador Eduardo Pinho Moreira que está sendo beneficiado com esse pró-labore.

Muito obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - De fato, tem razão v.exa. e todos os ex-governadores vivos, repito, todos os ex-governadores vivos, como o dr. Antônio Carlos Konder Reis, o dr. Colombo Salles, o dr. Ivo Silveira, o dr. Henrique Córdova, o dr. Jorge Bornhausen, o dr. Esperidião Amin, o dr. Paulo Afonso Vieira e o dr. Casildo Maldaner, fazem jus ao que determina essa disposição. O único ex-governador que não percebe é o governador Luiz Henrique da Silveira porque está no exercício do mandato.

Então, trata-se de uma questão que vai ser solvida no âmbito competente, que é o Poder Judiciário, e tenho certeza de que rapidamente haverá de se pronunciar de forma definitiva a respeito dessa matéria.

Mas, aproveitando ainda o tempo que me sobeja, eu quero fazer uma rápida referência a uma matéria que foi veiculada pela imprensa. O título da matéria é o seguinte: "Escritório do Governador na Cidade de Joinville".

Então, foi noticiado com um espaço generoso, sobretudo na imprensa escrita, o fato de que o governador do estado passará a contar com um escritório para despachar na cidade de Joinville. É preciso esclarecer os fatos para que nenhuma dúvida pairasse com relação a essa situação.

Na verdade, já em 2005, uma comissão de empresários da Associação Comercial e Industrial de Joinville, a Acij, que estava empenhada na construção de uma sede própria para a sua associação, cujo presidente da comissão era o empresário Moacir Thomazi, diretor do jornal *A Notícia*, procurou o governador e fez um pedido da ordem de R\$ 1 milhão para que o governo aportasse esse recurso, ajudando a entidade a ter a sua sede própria.

As conversações evoluíram e acabaram no entendimento de que o governo comprou dois andares do Edifício Manchester, na rua do Príncipe, bem no centro da cidade de Joinville, que pertencia à Associação Comercial e Industrial de Joinville, e pagou R\$ 800 mil pela aquisição desses dois andares. E o que vai funcionar nesses dois andares do prédio do Edifício Manchester, na rua do Príncipe? A representação regional da secretaria da Fazenda, que hoje está num imóvel alugado na rua Dona Francisca, com a locação de R\$ 12 mil por mês.

Então, toda a regional da Fazenda vai ser alocada no novo prédio graciosamente, exceto a parte de atendimento ao público, que vai ficar no prédio onde hoje está, reduzindo, então, a alocação de R\$ 12 mil para algo em torno de R\$ 3 mil por mês.

Também nesse mesmo prédio onde funcionará a regional da Fazenda estará a Junta Comercial, com suas atividades extremamente ampliadas, dentro do contexto da descentralização e da desconcentração dos órgãos públicos. Portanto, teremos ali a regional da Fazenda, a Junta Comercial e um escritório para despacho do sr. governador, quando, evidentemente, presente na cidade de Joinville.

Eu faço questão de esclarecer esses fatos para deixar transparente a forma procedimental com que obrou o estado de Santa Catarina, para que nenhuma dúvida haja a respeito e para a importância e economia que o estado está fazendo, uma vez que vai colocar em prédio próprio algo que em grande parte funcionava numa área alugada, com despesas mensais que serão agora grandemente reduzidas.

Agradeço, sr. presidente, e passo o restante do tempo ao sr. deputado Manoel Mota.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário do PMDB, os próximos minutos serão ocupados pelo deputado Manoel Mota, a quem concedo a palavra.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero falar um pouquinho sobre o trabalho que fez uma comissão na fiscalização das ações da obra da BR-101. Mas antes quero, rapidamente, dizer ao deputado Pedro Baldissera que seus discursos contundentes, marcados diariamente nesta Casa, precisam de avaliação, porque para Santa Catarina não servem, mas para Mato Grosso do Sul servem, pois o ex-governador do PT foi à Justiça pedir pensão vitalícia. É complicado. Só quero deixar marcado aqui para que possamos fazer o contraponto daquilo que é real.

Quero falar ao eminente líder da bancada do PP sobre a questão dos caça-níqueis. S.Exa. fez um discurso inflamado. Nós precisamos rever a loteria federal, a loto, a megasena e a loteca. Tudo isso, para este deputado, não tem diferença, pois põem a mão no bolso do contribuinte. Não vamos fazer carnaval apenas em cima de uma coisa. Nós precisamos atacar tudo, pois todos os tipos de loteria põem a mão no bolso das pessoas mais pobres, aquelas que têm esperança de ganhar mais e acabam gastando seus últimos trocados, às vezes necessários para sua sobrevivência ou para as compras da casa. São todas iguais e considero todas farinha do mesmo saco.

Quero dizer que sexta-feira da semana passada foi um dia marcante, memorável, para este deputado porque uma comissão de vereadores, que representava 24 Câmaras Municipais, através do presidente da Câmara Municipal de Içara, pastor Caetano, convidou muitas pessoas - e nós também estávamos lá - para fazer a avaliação das obras da BR-101, de Osório até Palhoça.

(Procede-se à exibição de fotos.)

Srs. deputados, conseguimos constatar questões ainda tremendamente problemáticas. É só olharmos o telão e veremos todo o trabalho que a comissão fez. Um trabalho coerente, responsável e um trabalho bonito, que teve início em Osório.

Olhem que coisa linda a participação do povo! Nós visitamos Osório e chegamos a Maquiné. Há dois túneis que já estão com mil metros de cada lado prontos, mas ainda faltam 800 metros em cada um deles. Fomos à Terra da Areia e a Três Cachoeiras. E em todos esses locais tivemos uma bela recepção.

Vimos que há muita coisa para ser feita, mas o problema mais grave está em Santa Catarina. O próprio DNIT disse que nós fizemos a coisa certa, na hora certa, ao levantar essas questões.

E quero aqui agradecer à Mesa Diretora desta Casa por permitir a participação da TVAL, da Rádio Alecs Digital, enfim, quero agradecer a toda a equipe que participou desde a parte da manhã até a noite. E estamos agradecendo também em nome de todas as Câmaras Municipais de toda a região. Foram sete Câmaras Municipais do Rio Grande do Sul e 17 de Santa Catarina. E o nosso pessoal deu total cobertura. Participaram também a RBS e os jornais *Diário Catarinense*, *A Notícia*, além de jornais e rádios da região. Foi um negócio fantástico!

Mas a preocupação é muito grande. Em primeiro lugar, com relação àquele trecho referente ao km 29, de Araranguá a Sombrio, que ainda não teve início. Está atrasadíssimo!

Depois estivemos reunidos em Tubarão e, em seguida, naquele trecho de Araranguá, onde a obra não foi iniciada. Segundo fomos informados, as obras serão iniciadas agora, com quase dois anos de atraso. O Morro do Formigão, certamente, será um gargalo; os veículos virão pela BR-101 duplicada e quando chegarem em Tubarão, no Morro do Formigão, acabará a duplicação porque não existe projeto nem licitação. Portanto, ali ficará um gargalo, com uma fila de aproximadamente dez quilômetros. E isso, evidentemente, trará problemas.

Saindo do Morro do Formigão, vem a ponte da Cabeçada. Para esta ponte não existe projeto de engenharia. Então, saímos de um gargalo, o do Morro do Formigão, e caímos noutra, da ponte da Cabeçada. Conosco esteve um engenheiro fazendo um levantamento para realizar o projeto, já que se trata, como dissemos, de outro gargalo.

Depois que saímos da ponte da Cabeçada, em Laguna, chegamos ao Morro dos Cavalos, que será um dos maiores gargalos de toda a BR-101 porque não há uma decisão a respeito, não há projeto.

Por isso, foi realizada uma audiência pública no sábado, pela manhã, quando vários deputados e prefeitos participaram - e entre eles estava o deputado Décio Góes - para elaborarmos um documento que mostrará todos esses gargalos, todos esses problemas e todas essas etapas que estão com atraso. Será marcada uma visita a Brasília, mas antes dessa visita ao ministro dos Transportes e ao DNIT, queremos marcar um encontro dessa comissão com o Fórum Parlamentar Catarinense, pois acho fundamental irmos reforçados. E queremos mais, pretendemos reunir-nos também com o Fórum Parlamentar do Rio Grande do Sul, para que possamos, aí sim, reforçar o pleito para ter sucesso absoluto.

O objetivo dos trabalhos das Câmaras Municipais, que foi coordenado pelo presidente da Câmara Municipal de Içara, pastor Caetano Pedro Costa, e pelo ex-presidente, que ajudou a coordenar todo esse trabalho, Wagner Pizzetti, é conseguir uma obra de qualidade. Nós entendemos que a duplicação do trecho norte foi importante e fundamental porque desafogou o tráfego, mas não pode chover porque existem erros técnicos: as muretas centrais trancam a água e os acidentes acontecem. E nós queremos uma duplicação de qualidade, um investimento de qualidade, uma obra que orgulhe todo o sul do Brasil.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - É muito interessante o que v.exa. está dizendo porque nós, na região norte, estamos sofrendo com a aquaplanagem, pois a engenharia errou e carros e mais carros estão rodando devido a água parada na pista, ocasionando mortes de famílias inteiras. Portanto, é muito importante a sua preocupação.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Então, na verdade, nós temos uma comissão permanente que vai trabalhar no início, meio e fim porque queremos uma obra de qualidade. E os fiscais serão os vereadores das 24 Câmaras Municipais, que irão atuar, quer dizer, mandar parar onde estiver errado e corrigir para termos uma obra que orgulhe não só o governo federal, mas toda a nossa região e o sul...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que serão encaminhadas aos destinatários as Indicações nºs: 0244/2007, de autoria do sr. deputado Pedro Uczai; 0245/2007, de autoria do deputado Jorginho Mello; 0246/2007, 0247/2007, 0248/2007, 0249/2007, 0250/2007, 0251/2007, 0252/2007, 0253/2007 e 0254/2007, de autoria do deputado Serafim Venzon, 0255/2007, de autoria Nilson Gonçalves...

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, é só para justificar o seguinte pedido: estamos acompanhando em Joinville o trabalho das Polícias Militar e Civil, especialmente da Polícia Militar, e temos notado nesses últimos tempos um grande número de viaturas vai para oficinas mecânicas em decorrência dessa burocracia infernal que é o serviço público. E esses carros acabam ficando no conserto por muito tempo. Temos dezenas de viaturas em oficinas mecânicas e o estado das viaturas que estão transitando também é precário.

Por isso, estou fazendo essa solicitação ao sr. governador, no sentido de recebermos novas viaturas, quer dizer, viaturas zero, para substituir aquelas que estão rodando e que também já estão ultrapassadas no município de Joinville, porque esses carros por qualquer problema vão parar nas oficinas, lá ficam por um bom tempo e a nossa segurança cada vez mais difícil de ser conduzida.

Por isso, faço esse apelo ao sr. governador. Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Eu só quero pedir a aquiescência do deputado Nilson Gonçalves, para que possa co-assinar esse pedido, até porque é uma necessidade.

Eu estava conversando com policiais militares por esses dias e na zona sul da cidade, que tem mais de 280 mil habitantes, há apenas uma viatura para atender desde o Ademir Garcia até o Utinga. Por quê? Porque faltam viaturas e as que estão em uso - e eu parei numa viatura e o número da placa era interessante, eu até gravei o número que era 1311 -, estão com os pneus completamente carecas, colocando em risco a vida dos policiais militares que fazem a segurança daquela área.

(O deputado Nilson Gonçalves aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Indicação n. 0255/2007 será também subscrita pelo deputado Kennedy Nunes.

A Presidência comunica ainda que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0256/2007, de autoria da sra. deputada Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, é um drama que todo o estado está sofrendo. Os diretores foram eleitos e não podem tomar posse. Tenho certeza de que o governo do estado vai acatar a solicitação desta deputada. E estamos oficializando esse pedido, pois tenho certeza de que o governador mandará para esta Casa o projeto de lei que regulará a eleição para diretores em toda a rede pública estadual.

Muito obrigada, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - A Presidência comunica também que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s.: 0257/2007, de autoria do deputado Professor Grando e 0258/2007, de autoria da deputada Ada De Luca, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do sr. deputado Joares Ponticelli, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao sr. Valmor Jung, cumprimentando-o pela posse na presidência do CDL de Tubarão.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Serafim Venzon, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente do Tribunal de Justiça, agradecendo por destacar os juizes Erminio Amarildo Dalarol e Paulo Henrique Moritz Martins para mediarem as negociações entre o Sincraesc e a Acav.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nilson Gonçalves, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria, aos professores e aos servidores da Faculdade de Direito de Joinville, cumprimentando-os pela passagem do 27º aniversário de fundação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à delegada Sonea Maria Ventura Neves, cumprimentando-a pela posse na presidência da Associação dos Delegados de Polícia de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Câmara Catarinense do Livro, cumprimentando a entidade pela abertura da VI Feira de Rua do Livro de Florianópolis.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica aos prefeitos e aos presidentes das Câmaras Municipais de Corrêa Pinto, Ibicaré Otacílio Costa, Santa Rosa de Lima e São Joaquim, cumprimentando-os pelo aniversário dos municípios.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria da sra. deputada Odete de Jesus, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, cumprimentando-a pela celebração dos 172 anos de fundação da corporação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao comandante-geral da Polícia Militar do estado, cumprimentando-a pela passagem dos 172 anos de fundação da corporação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica à irmã Sandra Judite Roaris, cumprimentando-a pela posse como presidente da Associação de Hospitais do Estado de Santa Catarina.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor presidente da Associação Comercial e Industrial de Chapecó, cumprimentando-o pela passagem do sexagésimo aniversário daquela associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Narcizo Parisotto, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao presidente da Associação Chapecoense de Futebol, cumprimentando-o pela passagem do aniversário de fundação daquela associação.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do sr. deputado Elizeu Mattos, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Brasil Telecom, pedindo a instalação de uma rede de telefonia fixa nas localidades de Linha Consulta e Linha Alto Veloso, no município de Salto Veloso.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção de autoria do deputado Pedro Uczai, a ser enviada ao ministro das Comunicações e à secretaria da Comunicação Social, ao governador do estado, aos presidentes da Câmara Federal e do Senado Federal e à bancada catarinense no Congresso Nacional, pedindo a realização de um debate nacional, com a aprovação de uma nova legislação aos meios de comunicação de massa.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, eu só quero pedir ao deputado Pedro Uczai para subscrever esta moção porque entendo que é importante realizarmos esse debate a respeito da democratização dos meios de comunicação no Brasil.

(O autor aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do autor, deputado Pedro Uczai, passa a subscrever a moção o deputado sargento Amauri Soares.

Moção de autoria do deputado Onofre Santo Agostini, a ser enviada ao governador do estado e à bancada catarinense no Senado Federal, pedindo a intercessão junto aos órgãos governamentais em favor da instalação do Redex-Recinto especial para despacho aduaneiro de exportação, no município de São Cristóvão do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado ao governador do estado, solicitando esclarecimentos referentes ao subsídio vitalício dos ex-governadores do estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria do deputado Décio Góes, a ser enviado ao governador do estado, pedindo esclarecimentos sobre a relação dos contratos de obras em execução e a executar; a relação dos convênios vigentes celebrados com prefeituras e com entidades privadas; a relação de subvenções sociais concedidas nos exercícios de 2006 e 2007 a entidades privadas; a relação dos processos licitatórios que já tenham sido deflagrados; a relação dos contratos de parceria público-privada celebrados sob a égide da Lei nº 12.930, de 2004, e a relação dos empenhos anulados/cancelados no encerramento do exercício de 2006, relacionados com as secretarias de estado de Desenvolvimento Regional de: Laguna, Tubarão, Criciúma e Araranguá.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, peço ao deputado Décio Góes para subscrever o seu pedido de informação.

(O deputado Décio Góes aquiesce.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a aquiescência do deputado Décio Góes, o pedido de informação de sua autoria é assinado também pelo deputado Joares Ponticelli.

Pedido de informação de autoria do deputado Pedro Baldissera, a ser enviado aos secretários da Fazenda e da Agricultura, solicitando informações referentes ao crédito do ICMS aos agricultores no município de Palmitos.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação de autoria da deputada Ada De Luca, a ser enviado ao diretor-geral do Hemosc, solicitando informações sobre o número de doadores cadastrados no estado, especificando-os por região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, só quero deixar registrada a presença do vereador Marlon, de Itapoá, futuro candidato a prefeito, que está visitando o nosso Parlamento.

Seja bem-vindo a este Poder Legislativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Seja muito bem-vindo, vereador.

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Nilson Gonçalves.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, nós, no norte do estado, mais precisamente no município de Araquari, daqui a pouco, às 17h, estaremos vivenciando um momento histórico em Santa Catarina. Tomará posse na prefeitura de Araquari o vice-prefeito Paulinho Travassos. Portanto, será o primeiro elemento da raça negra que tomará posse em uma prefeitura do norte do estado. Este é um momento histórico para a raça negra e para todos os amigos de Paulinho Travassos.

Sinto-me orgulhoso, satisfeito e feliz em saber que o amigo irá assumir a prefeitura de Araquari, às 17h de hoje e gostaria que ficasse gravado nos anais desta Casa esse momento histórico para o norte do estado, em que assumirá a prefeitura de um município uma pessoa da raça negra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O registro de v.exa. constará dos anais da Assembléia Legislativa.

Sobre a mesa requerimento de autoria de diversos líderes, que solicitam, nos termos do art. 65, inciso I, letra "i", do Regimento Interno da Alesc, a suspensão da sessão ordinária para a oitiva do servidor estadual eleito coordenador-geral do Instituto Estadual de Educação, o professor Elói Girardi, que vai tratar do processo de instabilidade funcional e precarização dos serviços docentes, em razão da substituição da dirigência do referido educandário.

(Palmas das galerias)

A Presidência consulta os srs. líderes para saber se acatam o requerimento que pretende suspender a sessão por dez minutos, para ouvirmos o professor Elói Girardi falar em nome dos alunos, dos docentes e discentes do Instituto Estadual de Educação.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu peço a v.exa., por gentileza, que leia o nome dos srs. deputados que assinaram este requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - V.Exa. me desafia para uma missão impossível. As assinaturas estão ilegíveis.

A Presidência consultará cada um dos srs. líderes para saber se concordam: deputado Kennedy Nunes, líder do Partido Progressista; deputado Manoel Mota, líder do PMDB; deputado Antônio Aguiar, líder do PMDB; deputado Pedro Baldissera, do Partido dos Trabalhadores, e o deputado Marcos Vieira, líder do PSDB.

(Os líderes aquiescem.)

Todos concordam com o requerimento.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, eu fiz esta pergunta a v.exa. porque eu não fui consultada e gostaria também de subscrever o requerimento.

Obrigada, presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Pela manifestação de v.exa., deputada, a sua assinatura já está também incluída no requerimento.

Pergunto ao deputado Professor Grandó se concorda com o requerimento.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sr. presidente, já subscrevi o requerimento e estou de acordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - O sr. deputado Sargento Amauri Soares, do PDT, também aquiesce.

Todos os líderes aqui presentes aceitam que a sessão seja suspensa.

A Presidência suspende a sessão por até dez minutos e nesse período passa a palavra para o professor Elói Girardi, que falará em nome da comunidade escolar do Instituto Estadual de Educação.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia)(Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Agradecemos ao professor Elói Girardi e registramos a visita, nesta Casa, dos alunos do oitavo semestre do curso de Direito da Univali, do município de Itajaí.

Sejam bem-vindos à Assembléia Legislativa.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Odete de Jesus.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sr. presidente, gostaria de parabenizar o professor Elói Girardi pela coragem, pela bravura em expor uma situação que não é novidade para ninguém, e de me colocar à disposição de todos. E eu pedi àquela comissão para que também nos incluísse, eu e o deputado Joares Ponticelli, uma comissão suprapartidária, porque, afinal de contas, somos habilitados, somos professores já em final de carreira e conhecedores dos assuntos referentes à educação.

Então, sr. presidente, gostaríamos de ser incluídos nessa comissão suprapartidária para levar esses problemas ao governador do estado.

Muito obrigada, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Julio Garcia) - Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Joares Ponticelli, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, catarinenses que nos acompanham participando da nossa sessão, senhores e senhoras que nos assistem pela TVAL e ouvem-nos pela Rádio Alesc Digital, como professor de carreira que sou há quase 25 anos, assim como v.exa., deputada Odete de Jesus, e outros parlamentares, eu fiquei profundamente indignado ao ouvir a manifestação tão lúcida, tão profunda e tão tocante na sede do Parlamento catarinense.

Professor Elói Girardi, o senhor tem, ao longo desse período, nos ensinado muito. Tivemos a oportunidade de conversar com o senhor na nossa bancada, em outras bancadas também; sabemos da repercussão extremamente positiva disso; sabemos da sua equipe, do quadro docente, discente, administrativo e técnico, através desses bravos alunos que, diferentemente do que tem sido dito aqui, por alguns, não têm sido usados como massa de manobra, não, porque são crianças, adolescentes e jovens conscientes, que participaram de um processo na expectativa gerada pelo próprio governo de que seriam nomeados os diretores eleitos.

Afinal de contas, deputado Kennedy Nunes, foram quatro anos de enganação do governo prometendo ao Sinte e ao Magistério que encaminharia o projeto de eleição de diretores, mas não o fez e agora nomeou alguns dos eleitos e o professor Elói não pôde ser nomeado porque para ele não há lei.

Está clara a perseguição político-partidária, a má vontade e o desmonte. Quase 70 dias sem aula, deputado Jailson Lima, na maior instituição de ensino público da América Latina, na capital dos catarinenses! Isso não combina com Santa Catarina. Para onde caminha a nossa educação?!

Há poucos dias aparecemos numa pesquisa nacional como o segundo pior estado em evasão escolar do país, só perdendo para o Acre. Isso não é da nossa tradição, não é da nossa história. Não foi isso que os nossos colegas professores construíram, deputada Odete de Jesus, ao longo da história. Não foi isso que vários governos fizeram. Em quatro anos, houve um verdadeiro desmonte da educação pública catarinense.

Outro dia recebemos aqui a direção do Colégio Dom Joaquim, de Braço do Norte, deputado Sílvio Dreveck, v.exa. não estava na comissão, que veio pedir para o atual governo devolver a descentralização verdadeira que existia na educação, que era o dinheirinho na escola, todo mês, que desde 2004 eles tiraram da escola para passar para a secretaria de Desenvolvimento Regional, para o secretário candidato fazer política! Eles tiraram o dinheiro da escola, da manutenção da escola.

Tenho aqui, em mãos, uma notícia triste, do *Jornal de Santa Catarina* de hoje, que relata que 600 crianças da rede estadual de ensino de Benedito Novo estão sem aulas porque o governo do estado não paga a conta do transporte escolar. E alguns municípios vão suspender o transporte escolar, como Rio dos Cedros. E outros municípios da sua região, deputada Ana Paula Lima, vão suspender as aulas porque o governo do estado não repassa mais o dinheiro do transporte escolar.

Eu ouvi, no dia 1º de maio, no município de Jaguaruna, o depoimento dramático de uma mãe, que é acadêmica da Unisul, que teve que trancar a matrícula porque o governo ainda não pagou a conta do art. 170 do ano passado!

É a falência da educação em Santa Catarina! E para complicar ainda mais, o secretário Paulo Bauer está brigando com a bancada do governo porque os deputados querem indicar somente com a ficha partidária e ele quer um mínimo de competência para a direção das escolas e diz que a bancada não aceita. Não sei quem está com a razão, mas enquanto isso a educação está afundando, falindo. Quanto tempo vai-se levar para recuperar tudo isso?!

Estamos no dia 2 de maio, já se passaram 122 dias de um governo que, como diz o jornalista Moacir Pereira na sua coluna de hoje, não começou, está paralisado. A coluna do articulista Moacir Pereira de hoje é o resumo, o extrato do que estamos dizendo há 122 dias. E não se justifica, porque é o governo da mesma gente, é o mesmo time.

Eduardo Pinho Moreira, ex-governador do estado, que se aposentou com oito meses de trabalho e que agora, graças a Deus, a Justiça catarinense acabou com essa vergonha, cuidou mal do estado. Ficou oito meses no cargo em troca de uma aposentadoria de R\$ 22 mil por mês e deixou o estado nessa condição. Mas saiu dizendo que estava tudo em dia, que havia dinheiro em caixa. Se havia dinheiro em caixa, botem a educação para funcionar novamente, botem o governo a funcionar!

Governador Luiz Henrique da Silveira, sei que v.exa. tem, neste momento, 53 cargos comissionados e bem pagos para nos assistir. Vocês que nos assistem pagos pelo erário, peçam ao governador para nomear de uma vez esses funcionários, se é que o problema é esse, tirem no palitinho, na bola de gude, se não chegarem a um consenso, quem vai ser o candidato a prefeito nos municípios "a", "b" ou "c", mas nomeiem para que se possa começar este governo.

São só desculpas até agora, como o Moacir Pereira bem diz. Antes era a reforma administrativa, agora são as viagens intermináveis do governador que não produzem nada, deputado Reno Caramori. Leiam a *Folha de S. Paulo* do dia de hoje, página 2, artigo do jornalista Fernando Rodrigues, sobre a viagem do governador a New York. Sabem qual é o título do artigo? *Macaquices*, falando da festa que foram fazer em New York, sem nenhum resultado para nós. Enquanto isso o Instituto Estadual de Educação está parado, falta merenda, as escolas estão caindo, como vimos em Capinzal onde o forro de uma escola desabou.

A educação pública de Santa Catarina está na falência, o estado está parado e nós só aparecemos em um ranking nacional em primeiro lugar na seguinte condição: *G1 - O Portal de Notícias da Globo* - no ranking de secretarias no Brasil inteiro, adivinhem qual estado está na liderança absoluta? O nosso!

Recomendo aos que nos assistem agora, aqueles que são pagos para nos assistir, que mandem o governador Luiz Henrique ouvir o governador Teotônio Vilela Filho, do PSDB, que reduziu a estrutura de Alagoas de 46 para 19 secretarias; mandem-no ouvir o governador Cid Gomes, do PSB do Ceará, que reduziu de 26 para 21 secretarias; mandem-no ouvir, bancada do PFL, o governador José Roberto Arruda, de Brasília, que diminuiu de 36 para 16 secretarias; mandem-no ouvir, deputado Sargento Amauri Soares, o governador Jackson Lago, do PDT do Maranhão, que reduziu de 53 para 33 as secretarias no seu estado. E por aí vai. E o nosso aumentou mais meia dúzia, enquanto as escolas quebram, ficam paralisadas, a saúde fecha hospitais e a "ambulancioterapia" aumenta.

Governador Luiz Henrique da Silveira, não é má vontade da nossa parte, mas não nos podemos conformar ao ouvir desabaços como ouvimos aqui hoje!

Professor Elói, esse seu desabaço aqui hoje, esse seu protesto, é o protesto da educação pública de Santa Catarina. Infelizmente, essa quebra e essa falência, professor, já não são mais privilégios do IEE, elas já se estendem, sim, lamentavelmente, por toda Santa Catarina. Lamentavelmente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar em Explicação Pessoal o sr. deputado Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados e sra. deputada, volto à tribuna em Explicação Pessoal no sentido de retomar ainda o assunto da liminar que suspendeu o subsídio vitalício do ex-governador Eduardo Pinho Moreira, do PMDB.

Digo isto porque nós já temos, em Brasília, o relato da ministra Carmen Lúcia sobre o subsídio vitalício do ex-governador Zeca do PT, de Mato Grosso do Sul, assunto acerca do qual encaminhamos uma moção, através de iniciativa do deputado Jailson Lima, repudiando o encaminhamento dado pelo então governador.

Não sei se o deputado Manoel Mota estava ou não presente no dia do encaminhamento da moção, mas a verdade é que nós temos uma postura, uma posição clara, nitida: somos contra exatamente por afrontar a Constituição Federal no seu art. 37, inciso XIII, que trata da equiparação dos vencimentos.

Assim, srs. deputados, o art. 195 da Constituição do Estado de Santa Catarina é totalmente inconstitucional e por causa disso entrei com uma ação popular na Vara da Fazenda do Fórum da capital.

Eu não votei esse art. 195. Na época, vejam v.exas., eu não era deputado. Mas a Constituição Federal é de 1988 e a Constituição Estadual é de 1989, portanto, um ano depois. No mínimo, a Constituição de Santa Catarina deveria ter observado o que reza o art. 37, inciso XIII, da Constituição Federal. No entanto, na época não observou o preceito.

Agora, o pior de tudo é que os ex-governadores do estado de Santa Catarina estão recebendo os subsídios vitalícios sustentados numa lei do Tribunal de Justiça, porque o estado de Santa Catarina não tem nenhuma lei que garanta o pagamento, ou seja, não existe nenhuma regulamentação do art. 195 da Constituição Estadual que, aliás, é totalmente inconstitucional. Portanto, o juiz Domingos Paludo deferiu a liminar, suspendendo o pagamento.

Sr. presidente e srs. deputados, o que eu dizia recentemente no horário do meu partido é que estamos elaborando uma ação no sentido de pedir o afastamento do governador Luiz Henrique da Silveira por improbidade administrativa, uma vez que está efetuando o pagamento dos subsídios dos ex-governadores sem ter a devida sustentação legal. E nós vamos entrar com essa ação!

Por outro lado, nós aguardamos que todos os ministros do Supremo Tribunal - já temos três votos a favor da adin - acabem de uma vez por todas com essa festa, com essa imoralidade a que temos assistido em muitos estados. Não é só no estado de Santa Catarina, não! Não é só o Zeca do PT, não! É em muitos outros estados. Santa Catarina gasta, hoje, em torno de R\$ 2,5 milhões por ano só em subsídios vitalícios. Enquanto isso não há dinheiro para repassar para três prefeituras, cujas solicitações estão na secretaria de Educação desde julho de 2006, num total R\$ 3.780 milhões. São os municípios de Bocaina do Sul, Imaruí e Guaraciaba, que estão aguardando os recursos para informatizar as escolas do estado e do município, para a compra de material para que os alunos possam estudar.

Alem disso, dois centros de múltiplo uso estão aguardando recursos! O prefeito do município de Guaraciaba já deve ter feito 20 viagens até a secretaria de Desenvolvimento Regional e, no entanto, ninguém diz nada, ninguém fala nada. Dizem que não é com eles, que o problema é lá em cima, é o governo que não quer repassar.

Então, para que serve essa descentralização? Descentralizaram o governo para ficar mais próximo do povo. O povo busca o governo, mas não é atendido. Dizem que o problema não é com eles. Dizem que está centralizado, que a solução é lá em cima, é na secretaria, é o secretário que não quer repassar o recurso, é a secretaria da Fazenda que não repassa.

Então, nós procuramos quem? Vai completar um ano que o dinheiro está aqui, no governo do estado, na secretaria da Educação, mas não repassam um centavo sequer. Dizem que o estado está bem, que as contas estão em dia! Mas como, se não podem honrar um convênio, um compromisso que o governo federal repassou aos cofres do governo do estado, que não repassa alegando que não tem 10% de contrapartida. Não tem dinheiro, não tem 10% de contrapartida, mas tem R\$ 2,5 milhões para pagar subsídios vitalícios.

Realmente, não dá para entender essas contradições! A sociedade tem que perceber tudo isso e nós não podemos mais conviver com essa forma de trabalhar em nosso estado. Inúmeras vezes fomos até a secretaria da Educação com os prefeitos, sentamos com a secretária anterior, que nos atendeu muito bem, foi muito franca e disse que o problema não era aqui.

Vejam o ofício que encaminhei à secretaria da Fazenda, ao sr. governador, para que liberasse esse dinheiro porque era um recurso da União destinado aos municípios. No entanto, praticamente dez meses se passaram, os prefeitos fizeram viagens para cá e para lá, fizeram gastos com telefonemas, gastos com papelada, mas o dinheiro para atender a população, essa mesma população que sustenta os cofres públicos, paga impostos, paga tributos, recolhe aos cofres públicos, não chegou. Mas o ex-governador, que trabalhou oito meses, saiu recebendo R\$ 22.111,25. Agora, para atender aquilo que é básico e fundamental para o nosso povo não há dinheiro. Onde está o estado? Onde está o trabalho do estado? Infelizmente, nós temos que fazer mudanças profundas, pensar num governo que de fato governe, porque uns dizem uma coisa, outros dizem outra e o povo fica pagando. Quem perde com isso é o nosso querido povo, paga impostos, sofre, trabalha, mas o retorno muitas vezes é bastante distante. Nós temos que mudar isso!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o sr. deputado Jailson Lima, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar o sr. deputado Antônio Aguiar, que preside esta sessão, os telespectadores da TVAL, os nobres deputados presentes e especialmente o sr. deputado Pedro Baldissera pela eloquência na defesa nítida da moralidade pública.

Na sua clarividência no trabalho do dia-a-dia tem demonstrado, como parlamentar e como padre, quem é, porque defende a questão da imoralidade desse artigo da Constituição catarinense, referente aos subsídios dos ex-governadores deste estado.



Mas também assomo a esta tribuna porque no dia 28 de abril ocorreu em Florianópolis um dos eventos mais magníficos a que assisti e de que participei. Estou falando do Dia Internacional em Memória das Vítimas de Doenças e de Acidentes de Trabalho, promovido pelo Movida, que é uma entidade que trabalha em defesa da saúde do trabalhador. Várias entidades e trabalhadores do estado catarinense estiveram presentes em Florianópolis, às 9h, em frente à Fiesc e à tarde em frente ao INSS.

Sou médico e como tal, deputado Antônio Aguiar, sei o que significam, nos dias de hoje, os acidentes e as doenças ocupacionais. Assim, quero parabenizar o dr. Alcântaro Corrêa, que esteve presente juntamente com o Marcatto, de Jaraguá do Sul por essa luta para a recuperação e por condições mais justas de trabalho, para que o estado brasileiro deixe de pagar, por ano, o equivalente a R\$ 30 bilhões em indenizações previdenciárias de brasileiros que adoecem nas linhas de montagem.

Nós sabemos que no mundo globalizado tem que haver competitividade, mas não é simplesmente aumentando a velocidade da máquina que vamos humanizar o trabalho do operário que produz a riqueza deste país. É por isso que a Organização Internacional do Trabalho, em nível mundial, declarou 28 de abril como o Dia Internacional em Memória das Vítimas de Doenças e de Acidentes de Trabalho.

Como médico, estivemos lá presente acompanhando esse movimento e queremos parabenizar as entidades que promoveram esse evento e a Fiesc por participar e por parabenizar essas entidades. Como parlamentar, vamos promover nesta Assembléia uma audiência pública para debater a saúde do trabalhador e, principalmente, o que ela representa nesse quadro.

Ao mesmo tempo, também queremos parabenizar aqui o ex-deputado federal Mauro Passos, porque no dia 27, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi instalado o Instituto Ideal, que é o instituto para o desenvolvimento de energias alternativas na América Latina. Vejam que 17 universidades da América Latina se fizeram presentes, e a Universidade Federal de Catarina, capitaneando esse instituto e tendo à frente o ex-deputado Mauro Passos, estará propondo debates e pesquisas de energias alternativas para o estado, para o país, para a América e para o mundo, mostrando que é possível, em parceria e com debates nítidos, procurar alternativas tão bem vistas no filme do ex-vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore, *Uma Verdade Inconveniente*. E divulgamos este filme, convidando todos os cidadãos para que o assistam, porque o Instituto Ideal vai estar-nos alertando sobre a verdade inconveniente que representa ao mundo contemporâneo a falta de cuidados com a questão ambiental.

Também temos, como parlamentar, juntamente com a bancada do PT, que dizer que somos voz neste Parlamento com relação à proposta de criação de um jardim botânico na área do Itacorubi que pertence à Epagri. A nossa bancada aqui foi contra a venda, contra a proposta feita pelo deputado Marcos Vieira, do PSDB. Não adianta dizermos que podem ser feitos os dois projetos ao mesmo tempo. Sabemos que se lá houver construções, elas estarão adequando-se a condições ambientais, deputado Décio Góes - e v.exa. é arquiteto. Mas a verdade inconveniente da venda desse patrimônio é que R\$ 20 milhões pouco representam para o estado, deputado Joares Ponticelli, porque mais uma vez, em prol do desenvolvimento, irá transformar-se uma área pública num local de especulação imobiliária, onde se construirão mais prédios e apartamentos e onde só a construção civil sai ganhando.

Mas olhando o amanhã, olhando as escolas que podem ser construídas ali, um instituto pedagógico, temos que ressaltar que a venda é uma verdade inconveniente para o povo de Florianópolis, para o povo de Santa Catarina.

Quando olhamos a obra memorável do falecido padre Raulino Reitz, que foi um dos grandes botânicos do estado catarinense e do Brasil; quando olhamos a obra do dr. Fritz Müller, que foi outro grande pesquisador que, inclusive, tinha cartas trocadas com Charles Darwin, nós mostramos que o governador, vetando essa excrecência, nitidamente poderá estar mostrando uma verdade conveniente ambiental para este estado.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Foi bem lembrado e v.exa. está de parabéns pelo seu depoimento.

Eu quero aproveitar para fazer um convite a todos os deputados, a todos que visitam a Casa e a todos que estão-nos assistindo pela TVAL: hoje à noite, às 19h, aqui na Assembléia Legislativa, a comissão de Turismo e Meio Ambiente estará promovendo exatamente esse debate para evitar que uma área tão significativa seja vendida e prive a cidade de Florianópolis de um bem cultural, de um patrimônio público consolidado, que vai qualificar a vida da nossa ilha.

Então, por uma proposição do deputado Cesar Souza Júnior a comissão estará promovendo esse debate para aprofundar mais esse assunto, hoje, às 19h, aqui na Assembléia Legislativa.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Também quero associar-me à preocupação de v.exa. e cumprimentar o deputado Décio Góes pela realização da audiência pública, já na noite de hoje. E recordo-me do dia em que foi aprovada a emenda aqui, proposta por um deputado. E perdemos por dois votos apenas; foram 19 votos a 21 votos, quase conseguimos impedir. Vender aquela área é criminoso.

Aí eu não entendo, deputado Jailson Lima: aqui em Florianópolis precisa vender, lá em Joinville gastou-se uma fortuna para abrir um escritório luxuoso, porque quando o governador vai para Joinville, ele precisa ter um lugar com privacidade para despachar. Não é o governo descentralizado? É isso que não dá para compreender. Precisa de um espaço privativo em Joinville, enquanto quer vender uma área tão importante como aquela no bairro Itacorubi!

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, deputado.

Sr. presidente, deputado Antônio Aguiar, este Parlamento está aqui para lutar e mostrar a verdade conveniente. E este é o nosso papel: o de contestar a venda desse patrimônio público!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, estou aqui desde as 14h, quando começou esta sessão da Assembléia, e ouvi atentamente quando passou por esta tribuna o representante do movimento do Instituto Estadual de Educação, que busca uma solução, o mais breve possível, por parte do governo, na indicação da nova diretoria daquele estabelecimento de ensino.

Santa Catarina tem 1.324 escolas estaduais. É bem verdade que o Instituto Estadual de Educação é certamente a maior de todas. Mas temos 900 mil alunos matriculados nos colégios estaduais e são mais de 50 mil servidores, colaboradores do governo, trabalhando na educação deste estado. E por este governo considerar - e outros certamente também, mas este mais ainda - a educação como um ponto chave, até porque a própria Constituição exige, investe todos os recursos obrigados em lei, e um pouco mais do que isso, justamente para dar à nossa gente uma qualidade de vida melhor, para cada um ganhar a sua vida com as próprias pernas. Mas nós vamos oferecer o instrumento, sendo que o melhor é justamente dar-lhe a condição de lutar, de discernir e de concorrer com o seu concorrente. E a educação é o melhor instrumento.

É com essa visão que o governo investe e tem nas suas 1.324 escolas a sua preocupação, como sendo elas a extensão da nossa família. E é com esse sentimento que certamente todas as Regionais colocaram os diretores das escolas.

Apresentam aqui nesta tribuna como se a eleição direta para escolher os diretores de escolas fosse a melhor maneira. Não! O governador justamente indica, através dos representantes, através dos deputados da região, através dos vereadores, através dos políticos que representam o governo, mas não o puxa-saco do governo, aquele que faz o papel do governador lá na sua cidade. Ele não indica um diretor meramente porque pertence ao partido do governador, porque pertence ao partido do vice-governador, porque pertence ao PFL, porque deu apoio. Não! Essa é até uma condição mínima, mas o básico que ele tem que ter é a condição técnica para ser o diretor de escola!

Na Regional de Brusque, das 29 escolas estaduais que temos lá, eu indiquei pelo menos dois diretores, como representante do meu partido, o PSDB. A nossa principal preocupação, e vi que essa era a preocupação também dos representantes do PMDB, dos representantes do PDT, do deputado Dagomar Carneiro, e do PFL...

Então, estamos indicando o nome politicamente para não ocorrer algum equívoco, ou seja, que através de uma eleição direta na escola seja eleito alguém que não vá fazer tão bem à escola quanto quer o governador, quanto quer o vice-governador Leonel Pavan, quanto querem os deputados da região, pois foram justamente eles que assumiram o compromisso com as famílias da sua cidade de garantir que a escola fosse boa.

E digo mais a vocês, que nos ouvem: se a escola não funciona do jeito que o governador gostaria; se vocês acham que a escola tem que funcionar melhor; se vocês acham que o diretor da escola tem que trabalhar diferente, falem com o seu deputado, falem com o representante da região! Não precisa ser do nosso partido, não, absolutamente! Pode ser do partido contrário! Nós aceitaremos as sugestões, e esse diretor que está lá na sua escola não deve atender bem apenas o filho de um filiado a esse ou àquele partido, mas os filhos de todos!

O governador Luiz Henrique da Silveira é governador de todos os catarinenses, de 100% dos catarinenses! Votaram 52%, mas agora é governador de 100%! E Leonel Pavan é vice-governador de 100% do estado de Santa Catarina! E nós, os 40 deputados, somos representantes de 100% do estado! E a nossa preocupação é garantir que a escola seja, de fato, de boa qualidade.

Compreendemos que, infelizmente, nem todas as escolas funcionam tão bem quanto nós gostaríamos que funcionassem. E é por isso que nós queremos a colaboração da família, da mãe, do pai, de vocês, que conhecem melhor a realidade. Falem para nós, para o governo, para o secretário de Desenvolvimento Regional da sua cidade, da sua região! Reclamem para o prefeito e para o vereador, não importando de quais partidos sejam, porque eles também são responsáveis pela educação de boa qualidade lá na sua cidade, no seu colégio! Assim, mesmo que o prefeito pertença a um partido diferente do partido do governador, ele também tem a preocupação e o dever de exigir uma qualidade de ensino boa.

Certamente isso que está acontecendo no Instituto Estadual de Educação não é por vontade do governador. E a intenção dessa forma de indicação através dos partidos é, justamente, garantir que em cada cidade nós tenhamos a direção da escola de alta capacitação técnica, de alta qualidade e que também tenha um alto vínculo político com o governo, para garantir que a escola não fique fora de nenhuma oportunidade.

Eu também devo dizer que em política - e certamente vocês, que nos ouvem, e os srs. deputados conhecem bem isso - é muito comum alguém indicado para uma função importante... Se fosse indicado por uma eleição direta na escola, na intenção de atrapalhar o bom desempenho do governo, poderia fazer os alunos da escola, deputado Joares Ponticelli, perderem algumas oportunidades importantes, que não perderiam se ele tivesse também compromisso político, junto com o governo, junto com o deputado, junto com o prefeito, junto com os vereadores, de garantir que a escola seja, de fato, uma extensão na qualidade da nossa família.

Por isso, srs. deputados, e especialmente população que nos ouve distante e que conhece bem a realidade da sua escola, fique sabendo que o governador criou as 36 secretarias de Desenvolvimento Regional para estar com o olho lá na sua cidade, lá em Dionísio Cerqueira, em Caibi, no extremo sul, no extremo norte de Santa Catarina! Ele gostaria estar presente com os seus próprios olhos, mas está presente através de seus representantes. E quem está ali ocupando um cargo denominado pelo governador tem a responsabilidade direta de, em nome dele, resolver as questões que lhe cabem. E todos os entes políticos, não importa de que partido for, seja do PP, do PT, de qualquer partido de Oposição, têm a obrigação também de comunicar ao governo, que será o primeiro a buscar a solução para cada problema que houver, principalmente na escola, que consideramos o melhor instrumento para a qualificação profissional e a ascensão social.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Manoel Mota, líder do PMDB, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, às vezes, nós defendemos o indefensável, porque o deputado Pedro Baldissera voltou a explicar o inexplicável. No Brasil, eu acho que o PT é um só e não dois. Quer dizer, aquilo que acontece em Brasília e no Mato Grosso do Sul, acontece aqui. De bem ou de mal, isso é do PT. Lá em Mato Grosso do Sul, o Zeca do PT entrou na Justiça para ganhar o seu subsídio vitalício, que ele entendeu que era de direito e lá não vale. Aqui é uma coisa e lá é outra.

Então, nós só precisamos colocar o carro no devido lugar, no eixo da questão. Essas coisas acabarão daqui a pouco atrapalhando, a não ser que seja só o PT de Santa Catarina, não seja em âmbito nacional. Mas vejo alguns deputados aqui defendendo o Lula. Assim sendo, é o mesmo PT de Mato Grosso do Sul. E lá não há só o problema do governador, o vice também recebe a pensão. Sabia, deputado Marcos Vieira, que o vice também recebe a pensão em Mato Grosso do Sul? Em Mato Grosso do Sul é mais complicado do que em Santa Catarina.

Nós temos que rasgar a Constituição, pois ela não vale mais! Essa lei não pode valer só para um, ele tem que valer para todos os que estão recebendo. Há muitos e muitos anos, algumas viúvas já estão recebendo a pensão, segundo o que a Constituição determina. Na Constituição de 89 deixaram passar batido; eu acho que não existia Procuradoria aqui na Casa, porque, desculpe-me, deputado Pedro Baldissera, que fez a crítica de que passou despercebido aquele artigo. Eu acho que a Procuradoria não tinha assessoria jurídica porque deixaram passar. Essas coisas são muito complicadas e precisamos resgatar essas questões.

O Sr. Deputado Décio Góes - V.exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não!

O Sr. Deputado Décio Góes - Rapidamente, só para não passar esse assunto da aposentadoria em branco, quero dizer que mesmo que seja constitucional e tal, a comparação de Mato Grosso do Sul com outros estados, como Santa Catarina, lá o governador cumpriu um mandato inteiro e aqui é uma aposentadoria integral para um mandato de oito meses. Também é um elemento importante para ser discutido, é uma comparação que torna a nossa aposentadoria aqui uma tanto esdrúxula, estranha e questionável.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Eu queria dizer ao eminente deputado Décio Góes que a nossa grande liderança do sul, Eduardo Pinho Moreira, não pediu que o governador renunciasse para que ele assumisse o governo e se aposentasse. Evidentemente que, por questão de ética, o governador disse muito antes que não iria disputar a eleição com a caneta na mão porque criticara o ex-governador que havia disputado com ele com a caneta na mão, ao passo que ele havia renunciado à prefeitura de Joinville e era um cidadão comum.

Quer dizer, Eduardo Pinho Moreira, presidente do meu partido, não pediu, não tem culpa de que a Constituição lhe assegure esse direito. É um homem honrado, um homem de bem, um homem trabalhador. Acho que estão querendo fazer política em cima de dados que precisam ser checados na Constituição para depois vir levantá-los. Não adianta querer só bater para mostrar à sociedade enquanto a coisa tem outra direção. Nós temos uma Constituição aprovada por esta Casa. Ou se cumpre essa Constituição ou se rasga! Quer dizer, não são discursos que vão mudar uma Constituição.

Gostaria de relatar um pouquinho aqui ao deputado Joares Ponticelli o que diz a *Folha de S. Paulo*. O eminente deputado Joares Ponticelli diz que a educação de Santa Catarina está falida, está quebrada. Só que não é assim que diz o MEC. O MEC fez uma pesquisa em todo o país e posicionou Santa Catarina muito acima dos demais estados. É o primeiro estado da federação no ranking do desenvolvimento. É o primeiro estado da federação em termos de ensino médio.

Então, eu acho que é muito bonito bater, mas é preciso buscar a verdade. Não pode vir aqui só bater por bater para enganar a população. E nós precisamos resgatar a verdade! Um jornal de São Paulo, numa pesquisa do MEC, coloca Santa Catarina como sendo o primeiro estado da federação em termos de ensino médio.

Deputado João Henrique Blasi, o *Diário Catarinense* diz que estudantes de Santa Catarina estão entre os melhores do país.

(Passa a ler.)

"Santa Catarina tem os melhores estudantes das escolas públicas do país, a partir da 5ª série. É o que se pode constatar pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) divulgado ontem pelo Ministério da Educação." [sic]

Isso foi semana passada, mas o deputado Joares Ponticelli vem aqui e diz coisas bem diferentes. Por quê? Porque há alunos e ele quer ser aplaudido. Mas são coisas fora do eixo da verdade e a verdade precisa ser resgatada.

Está tudo um mar de rosas, deputado João Henrique Blasi? Não está porque não existe no país esse mar de rosas. Mas Santa Catarina tem um governo honrado, um governo que está trabalhando em prol do povo catarinense, investindo dinheiro em nome dele, e nós não vamos admitir nem concordar com essas críticas, às vezes, levianas, além do limite.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Pois não, tenho certeza de que seu aparte vem contribuir e muito com o meu pronunciamento.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Sr. deputado Manoel Mota, quando há pouco eu ouvi a referência feita por um deputado que usou essa mesma tribuna que v.exa. está ocupando agora e cujo microfone está aberto para o que nele se quiser dizer, e ele falou, lá pouco, que Santa Catarina só frequenta rankings negativos, imediatamente mandei buscar, no meu gabinete, esse jornal que v.exa. mostrou. E nele aparece um ranking que ele viu e esqueceu, ou não quis ver!

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Ele não emerge.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Mas o fato é que nessa pesquisa nacional a que v.exa. se reporta, publicada pela *Folha de S. Paulo* e trazida também pelo jornal *A Notícia* e pelo jornal *Diário Catarinense*, Santa Catarina está em primeiro lugar no ranking nacional com os alunos mais bem classificados para o ensino médio e também da 5ª a 8ª séries do primeiro grau.

Quer dizer, isto não interessa: notícia positiva, ranking positivo, resultado de ação de governo não interessa. O que interessa é o discurso pelo discurso e a crítica pela crítica.

Então, eu quero cumprimentar v.exa. que, num curto espaço de tempo, restabelece a verdade e traz, mostra e prova, com um jornal de circulação nacional, um jornal de circulação estadual, a situação positiva da educação em Santa Catarina, como aqui está atestado.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Quero cumprimentá-lo pelo aparte, eminente deputado João Henrique Blasi, líder do governo nesta Casa, incorporá-lo ao meu pronunciamento e dizer o seguinte: o deputado Joares Ponticelli, como professor, não pode fazer críticas levianas, vazias, tentando vender uma imagem que não existe.

Quer dizer, é muito complicado, é muito complicado! Daqui a pouco ele vai ser cobrado em muitas regiões. Essa postura de professor que coloca a nossa educação lá em baixo, quando o MEC publicou uma pesquisa num jornal de circulação nacional, como a *Folha de S. Paulo*, num jornal de circulação estadual, como o *Diário Catarinense*, parece-

me que o professor ou não leu ou esqueceu de ler, pois não passa aquilo que interessa à sociedade, ou seja, aquilo que interessa à sociedade não serve.

O que é interessa é só coisa ruim, é só coisa apimentada! Faz cinco anos que eu não vejo um pronunciamento produzido do deputado Joares Ponticelli, são só críticas. Acho que s.exa. não tem contribuído muito com o estado, com aqueles que o elegeram - e esse número já diminuiu bastante na última eleição. É sinal de que não está no caminho certo. Ele precisa reavaliar, arranjar uns professores e tomar algumas aulas para poder entrar no caminho certo e readquirir a credibilidade que tinha no primeiro mandato, porque no segundo ele perdeu, diminuiu os votos; é a falta de credibilidade perante a população.

Então, é nesse sentido que eu quero pedir para que ele leia...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o eminente deputado Darci de Matos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores que nos acompanham assiduamente pela TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhores e senhoras.

Eu, sr. presidente, utilizo este curto espaço de tempo para fazer uma breve reflexão sobre dois temas que julgo ser da maior importância para Joinville, para a região norte e nordeste de Santa Catarina e, sobretudo, para o estado de Santa Catarina.

Mesmo fazendo parte do grupo de oposição ao governo federal, deputado Décio Góes, não poderia deixar, por incoerência, de enaltecer o Plano de Desenvolvimento da Educação do governo federal. Fomos surpreendidos com esta boa notícia: somente para a implantação de sete escolas técnicas em Santa Catarina, parece-me que vamos receber o montante de R\$ 35 milhões.

Ora, essa é uma notícia alvissareira! Essa é uma notícia positiva, porque precisamos fazer aquilo que os países desenvolvidos vêm fazendo há décadas: investir maciçamente na formação profissional dos nossos jovens.

Mas não poderia deixar, sr. presidente, de consignar um pleito do município de Joinville, o terceiro maior pólo industrial do sul do Brasil, o maior colégio eleitoral de Santa Catarina, a Manchester catarinense: nós precisamos de mais recursos do governo federal para que possamos, sr. presidente, ampliar o Cefet que foi instalado em nosso município há dois anos.

Temos três cursos no Cefet de Joinville: Enfermagem, Manutenção Industrial e Técnico Industrial. Ora, é muito pouco para a maior cidade de Santa Catarina, e esperamos que com esse Plano de Desenvolvimento de Educação, sr. presidente, lançado pelo governo Lula, possamos carrear um pouco mais de recursos para a maior cidade de Santa Catarina, para que possamos ter uma gama maior de cursos de formação profissional para o município de Joinville.

É bem verdade, sr. presidente, que Joinville tem outras escolas. Temos o Senai, que desenvolve um trabalho interessante há décadas; temos a Escola Técnica Tupi; temos o Cedup; temos a Fundamas e temos tantas outras escolas, mas o Cefet, com seus cursos gratuitos, de qualidade, precisa ser ampliado e não só em Joinville, mas no planalto norte e no estado de Santa Catarina.

Agendamos, em conjunto com a comissão de Educação, compartilhada com a comissão de Economia, uma audiência pública que deverá ser realizada no dia 28 de maio, na Câmara Municipal de Joinville. Em conjunto com o nobre deputado Silvio Dreveck haveremos de discutir com as forças vivas daquela comunidade, mais precisamente com as lideranças educacionais, formas e meios para que possamos melhorar a qualidade do ensino da formação profissional, mas, fundamentalmente, para que possamos dar acesso aos jovens carentes à formação profissional. Porque a formação profissional, além de qualificar os jovens para adentrarem ao mercado de trabalho, para manterem-se no mercado de trabalho aqueles que já estão, gera postos de trabalho e aquece a economia.

Um técnico mecânico, um técnico em tornearia, pode buscar um financiamento, adquirir o seu torno e começar a prestar serviço para a comunidade. E após alguns anos, a exemplo do que acontece muito em Joinville e em Santa Catarina, esse técnico pode tornar-se um grande empresário, gerando milhares de postos de trabalho, como foi o exemplo, deputado Kennedy Nunes, da Athletic, em Joinville, capitaneada pelo empresário de sucesso Jaime Grasso.

Portanto, antes de ouvir os nobres deputados Silvio Dreveck e Kennedy Nunes, eu encerro as minhas palavras dizendo que nós precisamos investir pesadamente na formação profissional. Temos o exemplo da Alemanha, que há décadas investe pesadamente na educação profissional. Tem um modelo consagrado no mundo, que é o sistema dual, consorciando a escola e a empresa. Esse sistema deu certo, funciona e algumas regiões do Brasil estão copiando.

Faço esse apelo e enalteço o governo federal pelos investimentos maciços na formação profissional. Em Santa Catarina apresento o pleito para que nós possamos ampliar os custos em Joinville, mas, também, para que nós possamos ampliar os investimentos em Santa Catarina e no Brasil.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço, com muita honra, o deputado Silvio Dreveck, da comissão de Educação.

O Sr. Deputado Silvio Dreveck - Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Quero congratular-me e ao mesmo tempo parabenizar v.exa. por esta iniciativa da audiência pública que nós vamos ter em Joinville, no dia 28, em parceria com a comissão de Economia, que compreende a ciência e a tecnologia, minas e energia, e ao mesmo tempo dizer ao nobre deputado que nós, que convivemos com a população em cidades industriais, como é o caso de Joinville, de São Bento do Sul, de Jaraguá do Sul, de Rio Negrinho, de Massaranduba e de Guarimir, sentimos a necessidade de ter mais cursos técnicos, de dar mais oportunidades aos nossos jovens.

E nessa linha de pensamento, que é comum a v.exa. e CI DE MATOS - V.a pelos jornais nacionais e locais, na qual Santa Catarina aparece muito bem posicionada no ena este deputado, visando dar oportunidade para o jovem fazer cursos profissionalizantes, através do qual ele terá mais oportunidades de trabalho - é o electricista, o técnico mecânico, o torneiro mecânico, o pedreiro, o carpinteiro, etc. - penso que tanto o governo federal quanto o governo estadual poderiam, muitas vezes, em vez de construir uma escola, uma área física, através de um convênio com uma escola já existente propiciariam mais oportunidades à juventude.

Eu gostaria de parabenizar v.exa. e dizer que estamos juntos nesta nova empreitada na nossa região.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço o deputado Kennedy Nunes.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado Darci de Matos, é muito interessante essa sua colocação.

Eu, esses dias, entrevistando no meu programa de televisão a diretora do Cefet, ela deu algumas informações importantíssimas como, por exemplo, o investimento que o governo federal está fazendo em Joinville e que vai dobrar o número de alunos existentes naquela escola. Em um ou dois anos, a capacidade vai chegar a 600 alunos no ensino profissionalizante, além de aumentar o leque de cursos oferecidos.

E o que é interessante, o Cefet abre espaço para todos, os cursos são gratuitos e até o material didático é patrocinado pelo governo federal.

Por isso, é uma atitude muito interessante investir nesse tipo de aprimoramento, de aperfeiçoamento e, com certeza, quem faz um curso técnico numa dessas instituições, coloca no seu currículo uma possibilidade maior de conseguir um emprego.

Parabéns pela sua preocupação.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Darci de Matos, sobre o assunto Cefet, quero mais ou menos associar-me à linha do deputado Silvio Dreveck. Estão sendo anunciadas sete unidades, inclusive, duas para a nossa região, uma para Urupema e outra para Lages.

Nós já fizemos uma sugestão à coordenação do Cefet em Santa Catarina de que poderíamos utilizar esses recursos somando esforços do governo do estado e do governo federal. Vou dar um exemplo. O Colégio Industrial de Lages tem cursos profissionalizantes. Ao invés de gastar R\$ 5 milhões com uma nova escola, com um pouco mais de R\$ 2 milhões nós faríamos voltar o que foi no passado o Colégio Industrial, com alto grau de profissionalização em tecnologia, em equipamentos, fazendo um trabalho integrado entre o estado e o governo federal, otimizando recursos e ainda sobrando verbas.

A iniciativa dos Cefet é boa, mas acho que podemos otimizar os recursos. Essa é uma das idéias que já plantamos em Lages, vai ser discutida, mas não fomos chamado para a discussão - se não me engano a senadora Ideli Salvati estará lá - nem convidado para participar.

Para encerrar, deputado Darci de Matos, vou na mesma linha aqui defendida pelo deputado Silvio Dreveck.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Para concluir, em Joinville, deputado Décio Góes - v.exa. desejava pronunciar-se, mas não deu tempo -, o Cefet foi implementado em parceria com o governo federal e com a prefeitura, que doou uma área no valor de R\$ 500 mil.

Além disso, a idéia de criar um ProUni comprando vagas em escolas já existentes na área técnica, penso que é uma idéia muito importante para Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Décio Góes, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, pessoas que nos assistem pela TVAL, que nos ouvem pela Rádio AleSC Digital, público que está visitando esta Casa.

Em primeiro lugar, gostaria de me congratular com o deputado Darci de Matos, que falou sobre os Cefets e também convidar a população de Criciúma porque amanhã a senadora Ideli Salvatti estará anunciando na Amrec, às 10h, a criação do Cefet de Criciúma, juntamente com o ex-deputado Jorge Boeira.

Digo isso com uma satisfação muito grande porque na época em que fomos prefeito de Criciúma era um sonho que alimentamos, regamos e agora está dando frutos. É uma alegria muito grande, nós que convivemos com os programas sociais mais de perto e sabemos da necessidade de uma escola técnica desse nível para a nossa região, vemos esse sonho realizado.

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Na nossa época estudamos no chamado Ginásio Industrial do Senai, em Lages, e fizemos estágio em tornearia. Depois, quem fazia o Ginásio Industrial tinha preferência para a Escola Técnica Industrial, assim como quem fazia o Ginásio Agrícola tinha preferência na matrícula da Escola Técnica.

Então, de Lages nós viemos aqui para Florianópolis fazer a Etefesc - Escola Técnica Federal de Santa Catarina -, onde fizemos o curso de máquinas e motores e onde havia até internato, alimentação no restaurante universitário, uniforme; estudávamos pela manhã a parte técnica, à tarde, o segundo grau e três vezes por semana, à noite, fazíamos desenho técnico.

Então, gostaria de dizer que, realmente, para quem é pobre - e lá só estudam pobres e pessoas que precisam - o ensino técnico é uma alternativa para o desenvolvimento. Nós, como ex-aluno, queremos incentivar para que todos procurem fazer o ensino técnico, principalmente hoje quando a tecnologia sofreu uma revolução com a informática, com o computador, com a precisão.

Parabéns por esse início!

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado Décio Góes, é com muita satisfação também que quero anunciar - e não deixo por menos - que não teremos Cefet somente em Criciúma, pois ele será também anunciado na minha região, no município de Videira, com um apêndice para Caçador. Lá houve um acordo entre os dois municípios, no sentido de criarmos uma escola que atenderá Videira e Caçador.

Sempre fui um defensor dos cursos técnicos, tanto é que me formei técnico em segurança do trabalho, num curso esporádico que fiz, através da Escola Técnica do Senai, naqueles cursos intensivos de um ano, com período matutino, vespertino e noturno.

Por isso, os meus parabéns por sua cidade receber uma escola de tamanha importância!

O Sr. Deputado Professor Grandó - V.Exa. me concede mais um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Professor Grandó - Quero aproveitar a oportunidade para lembrar-lhe - já que v.exa. sempre que vai ao sul passa por ela - que Imbituba, município importante e fundamental, também precisaria de um Cefet, por ser uma cidade portuária, por todas as técnicas que utilizou na questão da cerâmica e por todos aqueles jovens que tanto precisam.

Quem sabe possamos conseguir um Cefet para Imbituba, que tem bastantes alunos, hoje, no Cefet da capital.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - É uma boa luta para o futuro.

Mas eu queria convidar, em nome da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano e do deputado Reno Caramori, que é o presidente, para uma audiência pública que nós vamos realizar amanhã e que versará sobre a Via Rápida, a via expressa lá de Criciúma. Ela será realizada no centro comunitário da Segunda Linha, em Içara, às 19h30min e convidamos todos os deputados e toda a região para que possamos ajudar o governo do estado a encontrar a melhor fórmula para essa questão que envolve Criciúma e Içara.

Quero lamentar que o governo estadual, quando ocupa esta tribuna, venha com algumas contradições. O deputado Serafim Venzon disse que quando houver problemas em escolas, temos que falar mesmo, mas quando nós falamos, ele diz que não é verdade. Então, nós não sabemos o que eles querem, mas se continuar conforme o depoimento do professor Elói nesta Casa, eu tenho muito a lamentar. Acho que não adianta o governador ir a Nova Lorque porque se eles souberem como é tratada a educação em Santa Catarina, infelizmente perderão o interesse pelo nosso estado.

Queria registrar aqui - e o deputado Manoel Mota até já o fez - a marcha que os vereadores fizeram na BR, a comissão e a audiência pública em Içara, onde eu tive a oportunidade de representar a deputada Ana Paula Lima, que estava no exercício da Presidência da AleSC, e o deputado Reno Caramori, presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano. Gostaria de parabenizar os vereadores pela iniciativa porque é isso que o presidente Lula quer, ou seja, que o ajudem a cumprir as promessas, que o ajudem a viabilizar as obras que ele considera importantes para o desenvolvimento do sul de Santa Catarina, para o Brasil, para o Mercosul, como é o caso da duplicação da BR-101, que está, inclusive, no PAC, que não tem contingenciamento de recursos e é uma obra que está sendo tocado em ritmo intenso.

Com a coragem do presidente, com a sua objetividade, deputado Manoel Mota, as coisas acontecem. Nós estivemos lá, deitados no chão, paralisando a BR, fazendo todo aquele movimento; depois fomos a Brasília no Ibama, na Funai; havia alguns problemas, alguns gargalos. O presidente Lula perguntou quais eram gargalos. Morro dos Cavalos? Laguna? Ponte? Morro do Formigão? Pois, então, é possível fazer o resto da obra, que significa 95%, e dar um tempo para resolver esses gargalos. É possível. E a obra vem sendo tocada, tem prazo até 2008 para terminar e vai ser concluída. E nós sabemos que os projetos dos gargalos estão em andamento e no ano que vem começam as obras.

Também foram levantadas algumas questões, como medidas compensatórias, o convênio do plano diretor que a Codesc gerencia, algumas indenizações que precisam de acertos judiciais, a questão do lote 29 que já está contratado, alguns viadutos que precisam ser implementados e principalmente as vias paralelas, porque também há um ajuste normal em cada cidade que a rodovia passa.

Só que esses ajustes custam recursos que não estão previstos no orçamento da obra. Então, é preciso manter essa equipe, essa comissão, esse grupo, para poder dialogar com a bancada federal e incluir emendas que possam atender esses novos pleitos da BR-101.

Então, eu queria parabenizar a comissão de vereadores e dizer que nós estamos juntos nessa luta para que a BR-101 saia do jeitinho e com a qualidade que todos queremos.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Pois não!

O Sr. Deputado Manoel Mota - Eu quero cumprimentar v.exa., deputado Décio Góes, e dizer que há 14 anos eu presido uma comissão permanente que tem um compromisso com a BR-101. A nossa luta é pela qualidade.

Mas eu não quero aqui deixar de registrar - eu sou assim e vou continuar sendo assim ao longo da minha vida - que ocupo a tribuna às vezes para criticar a Oposição, quando ela sai do eixo. Mas quando as pessoas merecem, eu estou aqui para elogiar. E quero elogiar o presidente Lula, que empenhou a palavra em Navegantes. Nós lhe entregamos uma carta pesada, dizendo que iríamos fechar a BR-101 por tempo indeterminado e que somente o Exército reabriria, porque nós teríamos o apoio do Poder Judiciário, do Ministério Público, etc. Resultado, o presidente disse que não seria necessário porque iria entregar a ordem de serviço. E entregou a ordem de serviço! Há alguns gargalos? Há! Mas a obra está andando e está andando muito bem. E eu me sinto na obrigação de dizer que um homem de palavra tem que ser respeitado.

É por isso que eu quero fazer este registro para mostrar que eu sei fazer as críticas, mas também sei elogiar as pessoas que fazem o bem para Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO DÉCIO GÓES - Muito obrigado, deputado!

Eu queria agradecer, deste plenário, ao presidente Lula, que está transformando a conhecida estrada da morte na estrada da vida. Muito obrigado, presidente Lula!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Inscrito para falar o deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, público que nos assiste, eu quero aproveitar estes cinco minutos que nos restam para chamar a atenção de todos os catarinenses com relação à telefonia. É uma luta que nós estamos tendo e eu gostaria de chamar a atenção de todos vocês.

A partir do final do mês de julho, os nossos telefones fixos, sr. presidente, serão cobrados por minutos e não mais por pulsos. Cada pulso equivale a quatro minutos e agora, a partir do final de julho, nós pagaremos as chamadas por minutos. Então, cada minuto falado vai ser cobrado.

Qual é a parte boa disso? Bom, se eu pegava o telefone e dizia: "Alô, o deputado Elizeu Mattos está? Não está? Muito obrigado!" Esses dez ou 15 segundos valiam um pulso, ou seja, eu pagava quatro minutos por essa ligação que não tinha mais do que 15 segundos. Agora nós vamos ter a cobrança por minuto. Eu vou pagar aquilo que eu gastar. Até aí está todo mundo dizendo: "Show de bola! Pois eu não vou pagar quatro minutos para cada ligação, eu vou pagar por minuto."

Mas, srs. deputados e telespectadores da TVAL, nós temos que ficar atentos aos planos que as empresas de telefonia estão empurrando para os consumidores goela abaixo. Elas estão numa grande campanha de massa, ligando para a casa das pessoas dizendo: "Olha, agora você terá que optar por um plano de minutos. Nós temos aqui um plano básico de 400, 600 ou 800 minutos e assim sucessivamente." Aí a pessoa pensa: bom, eu não falo 400 minutos por mês. No entanto, deputado Décio Góes, se fizermos um plano de 400 minutos, que é o mínimo, só

poderemos fazer duas ligações por dia. Somente duas ligações por dia! Se fizermos o plano de 600 minutos, poderemos fazer até três ligações por dia. Agora, quando ultrapassarmos esses 400 minutos que contratamos para fazer duas ligações por dia, eles começam a cobrar adicionalmente o minuto! A Brasil Telecom, por exemplo, cobrará R\$ 0,07 o minuto adicional! Isto somado ao que nós já pagamos hoje pelo pulso de quatro minutos dará um acréscimo de 70% nas nossas contas telefônicas, ou seja, mudaram para minuto e vão cobrar mais caro do consumidor! Prova disso é que a Anatel proibiu a Brasil Telecom de continuar com essa propaganda de massa, fazendo com que as pessoas se obriguem a fazer o plano mínimo.

Em Joinville, por exemplo, um cidadão nos procurou para contar que, desavisadamente, fez o plano de 400 minutos. Quando veio a conta, estava mais cara do que ele pagava antes. Foi à Brasil Telecom reclamar e disseram-lhe que não poderia mudar de plano. Quando ameaçou procurar o Procon, ofereceram um plano de 200 minutos. Vejam bem, quando falou em Procon, ofereceram um plano pela metade do preço! Mas o cidadão disse que também não gastava 200 minutos.

Sabe qual é o problema? Quando o consumidor excede o número de minutos do plano, para fazer uma ligação interurbana, por exemplo, tem que sair, comprar um cartão, voltar para casa e telefonar com o cartão do próprio telefone residencial!

Mas voltando à história do cidadão de Joinville, quando eles ofereceram, deputado Manoel Mota, o plano de 200 minutos, ele disse: "Não, porque eu não gasto tudo isso e a conta ainda será mais cara do que eu pagava antes." O que fez a Brasil Telecom? Disse que tinha um plano de 100 minutos. Ou seja, as empresas de telefonia no Brasil estão dando um calote em todos nós, consumidores.

Quando mudarmos os nossos contratos dos telefones fixos, veremos o aumento que vai ocorrer. E por quê? Porque está muito obscuro, ninguém está sabendo nada.

Imagine que v.ex.a. faça um plano de 400 minutos, com direito, basicamente, a duas ligações por dia, deputado Elizeu Mattos. Mas todo mundo faz mais de duas ligações por dia! Mas esse é o plano mínimo que eles oferecem. Se v.ex.a. fizer o plano de 400 minutos, só poderá fazer duas ligações por dia e aquilo que exceder, se a ligação for local,

v.ex.a. pagará R\$ 0,07 por minuto; se quiser ligar para Lages ou de Lages para cá, terá que ir numa quitanda comprar um cartãozinho, digitar a senha e telefonar. Isso é uma barbaridade!

Por isso venho aqui, sr. presidente, pedir que todos nós, deputados estaduais, discutamos seriamente esse problema, porque estará refletindo na vida de todos os catarinenses. E conversando com o deputado Elizeu Mattos, ele me disse que está sendo preparada para o dia 28 de junho uma audiência pública, quando aqui virá o pessoal da Anatel e das empresas de telefonia. Tomará que não seja tarde demais!

De qualquer forma, deixo aqui o meu alerta aos catarinenses: cuidado, abram o olho, isso é golpe!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 034ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA REALIZADA EM 03 DE MAIO DE 2007 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada De Luca - Ana Paula Lima - Clésio Salvaro - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Edson Piriquito - Elizeu Mattos - Genésio Goulart - Jailson Lima - Jandir Bellini - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - José Natal - Kennedy Nunes - Manoel Mota - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Nilson Gonçalves - Odete de Jesus - Pedro Baldissera - Professor Grandó - Renato Hinnig - Reno Caramori - Rogério Mendonça - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** - Reporta-se ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa; elogia o 25º Encontro de Missões dos Gideões Missionários da Última Hora, em Camboriú.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (aparte) - Congratula-se com o deputado Kennedy Nunes pelo trabalho realizado pelos gideões missionários.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** - Discorre sobre preconceito e discriminação racial e religiosa.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (aparte) - Saliencia que a forma de ascensão social dos afrodescendentes é o acesso à universidade pública e gratuita.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Comunica que a Polícia Federal realiza, em Florianópolis, a Operação Moeda Verde, com a prisão de diversos empresários e políticos.

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Reporta-se ao Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e ao Dia do Parlamento; anuncia a presença dos presidentes do Poder Legislativo do Paraná e do Rio Grande do Sul.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Presta homenagem a dois comunicadores da Grande Florianópolis, Hélio Costa e Honabi Khalil.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Aborda a audiência pública que discutiu a criação do Jardim Botânico do Itacorubi; lança chamado aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros para se inscreverem nos cursos de aperfeiçoamento de sargentos, de sargentos e de cabos, cujos editais foram adiados; pede uma solução negociada que ponha fim ao impasse no IEE.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Registra a presença do vice-prefeito José Bráulio Inácio e do presidente da Câmara Municipal, vereador Mário da Silva, de Chapadão do Lageado.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ** - Agradece ao presidente do Deinfra a intenção de atender indicação de sua autoria referente à identificação de rios e bacias hidrográficas do estado; coloca a posição favorável do PPS à criação do Jardim Botânico do Itacorubi; lavra seu protesto contra as medidas tomadas pela secretaria da Educação contra professores do IEE e pede a retomada do diálogo.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Tece comentários sobre fidelidade partidária, Dia Mundial da Imprensa Livre e Dia do Parlamento e sobre a questão do Instituto Estadual de Educação.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Reporta-se à decisão do TCE que susta o Processo n. ECO - 06/00568601, referente ao edital de concorrência cujo responsável é secretário de Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (aparte) - Informa que os responsáveis pelo fato do governador haver cancelado o Decreto n. 76 foram o procurador-geral do estado e o procurador-geral de Justiça.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Tece elogios ao deputado Nilson Gonçalves; analisa o papel da imprensa; registra o encontro dos gideões realizado em Camboriú.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** (aparte) - Elogia o companheiro Darci de Matos; comenta a audiência pública que tratou da criação do jardim botânico em Florianópolis.

**DEPUTADA ODETE DE JESUS** (aparte) - Cumprimenta as taquigrafas pela competência e presteza no trabalho.

**DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA** - Saúda o vice-prefeito e o presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado; relata as ações do Fórum Italo-Brasileiro; pronuncia-se sobre a audiência pública que discutiu a criação do jardim Botânico do Itacorubi; coloca sua posição ao julgamento do TJ que considerou inconstitucional o artigo da reforma administrativa que permitiu a ascensão de consultores ao cargo de procurador da Alesc; registrar o comparecimento do secretário Gilmar Knaesel à comissão de Educação.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (aparte) - Manifesta satisfação por saber que o governador vetará a emenda que permite a alienação da área da Epagri que poderá ser destinada à criação de um jardim botânico.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Afirma que o jardim botânico de Florianópolis poderá ter características diferenciadas devido à especificidade da área de mangue.

**DEPUTADO JOSÉ NATAL** (aparte) - Afirma que votou a favor da emenda que permitia a alienação da área do Itacorubi por ser deputado novo na Casa e desconhecer o assunto.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Manifesta satisfação porque o governador vetará a emenda que permite a venda da área que pode ser destinada à criação de jardim botânico na capital.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** (aparte) - Defende a posição do governo de indicar os diretores de escolas estaduais.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** (aparte) - Discorda da condução do Sinte à questão da escolha da direção do IEE.



## Explicação Pessoal

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** - Cumprimenta os estudantes de Direito da Facvest, de Lages, e o prefeito Firmino Aderbal Chaves Branco, de Campo Belo do Sul; discorre sobre as licitações nas secretarias de Desenvolvimento Regional; registra que equipou com computadores mais de 60% das escolas da Regional de Lages; posiciona-se contra a eleição direta para diretores de escola.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (aparte) - Explicita sua inconformidade pelo fato do IEE não ter um laboratório de informática; manifesta-se favorável à eleição direta para diretores de escola.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** - Discorre sobre o problema das obras paralisadas em Timbó Grande e Caçador.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (aparte) - Informa que a estrada de Timbó Grande está paralisada porque a empresa abandonou a obra.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Faz um relato dos recursos a serem destinados ao Sistema Acafe e às universidades particulares, decorrentes do art. 170 da Constituição do Estado; informa o número de vagas ociosas no sistema universitário catarinense.

**DEPUTADO EDSON PIRIQUITO** - Aborda o problema das videoloterias.

**DEPUTADO SARRGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Homenageia a Polícia Militar pelos 172 anos de história; registra a promoção de 160 praças da PM e do Corpo de Bombeiros Militar.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Cumprimenta os alunos da Facvest e a vereadora de Capão Alto, que visitam a AleSc; convida para audiência pública na Coxilha Rica, em Lages.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Inscrito para falar o sr. deputado Kennedy Nunes, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, público que nos acompanha, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio AleSc Digital e colegas de imprensa, quero falar, hoje, sobre dois assuntos.

O primeiro está relacionado com a minha profissão de jornalista, juntamente com outros nobres colegas que estão aqui.

Hoje é o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa - a nossa liberdade, a liberdade da imprensa. E há um questionamento, na verdade, até onde nós temos liberdade no exercício das nossas funções. Na batalha de interesses, nós, repórteres, temos sempre que brigar: ou com a parte comercial ou com a direção dos veículos, porque, muitas vezes, as matérias que porventura poderão ser publicadas não vão ao encontro e sim de encontro aos interesses de certos donos dos veículos de comunicação.

O jornal *Diário Catarinense* de hoje traz uma matéria com a manifestação de alguns jornalistas, que colocaram espadrapos na boca para dizer que nós, jornalistas, temos as nossas dificuldades em publicar aquilo que realmente interessa à população.

Como jornalista que sou, formado pelo Instituto Luterano de Santa Catarina e atuando na área desde os meus 15 anos - estou com 37 anos e, portanto, já faz uma boa caminhada que estou nesta lida de rádio, de jornal e de televisão -, eu quero deixar aqui o meu respeito a todos os colegas que fazem da imprensa o seu dia-a-dia. E não falamos só das pessoas que estão escrevendo, redigindo ou fazendo as matérias, pois quando falamos em imprensa é todo um conjunto, desde os cinegrafistas, os repórteres fotográficos, até os editores e redatores.

Então, sintam-se homenageados, hoje, no nosso dia, no dia em que nós pedimos a liberdade de expressão. E essa liberdade de expressão eu só encontrei no Parlamento, seja municipal ou estadual. Aqui neste microfone eu tenho a verdadeira liberdade. O meu mandato me dá isso, o que muitas vezes não acontece no exercício da minha função. Deputado José Natal, nós gostaríamos de poder denunciar muitos fatos e, às vezes, há uma matéria bonita, recheada, completa, e o redator manda colocá-la na gaveta e esperar para ver se vamos publicar ou não.

Eu não estou dizendo algo aqui que é novidade. Isso é uma constante do nosso dia-a-dia, pois pode não dar certo porque é um patrocinador que ajuda a pagar a nossa folha de pagamento; porque tem que cortar um pouco a matéria, pois entrou rapidamente uma publicação de uma morte ou de um dinheiro público. E toda essa briga, no bom sentido, entre a redação e a parte comercial ou a direção dos veículos de comunicação, existe no cotidiano.

Ainda na semana passada, um jornalista de Santa Catarina me dizia que a cabeça dele ficou a prêmio por uma nota que ele colocou em um veículo de comunicação no qual trabalhava.

Ainda temos isto: há pouco tempo, nós tivemos a notícia de jornalistas que foram demitidos de determinado veículo de comunicação porque havia uma interferência do governo estadual em cima disso. Isso é repugnante e não pode acontecer porque é uma mordada que, muitas vezes, colocam na boca dos profissionais de rádio, televisão e jornal. E ao invés de estarem denunciando, têm que estar ligados aos interesses dos meios de comunicação.

É por isso que deixo aqui registrado, como membro, como ainda na ativa como jornalista, no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa.

Não vamos longe, como à questão dos países que estão em guerra. Vamos ficar aqui no nosso curralzinho mesmo, onde temos também os mesmos problemas, não evidenciados nessa questão que falamos de guerra.

O segundo assunto, sra. presidente, que gostaria de falar aqui é que no final de semana passado aconteceu o 25º Encontro de Missões dos Gideões Missionários da Última Hora, em Camboriú, que reuniu pessoas do mundo inteiro. Camboriú tem, em média, 35 mil habitantes, deputada Odete de Jesus, e nesses dias de festa chega a receber 180 mil pessoas. Ou seja, seis vezes o número de habitantes da cidade.

Há só uma informação importante que observei: eles transmitiram, via internet, o encontro dos gideões missionários, e até segunda-feira à noite o setor responsável pela hospedagem desse *site* registrou 60 países que tiveram acesso ao *site* dos gideões missionários. Foram 320 mil acessos. Só no Brasil, 280 mil pessoas, deputado Reno Caramori, acompanharam, via internet, o Encontro de Missões dos Gideões Missionários da Última Hora, de Camboriú, que é liderado pelos pastores Cesino Bernardino e Reuel Bernardino.

Eles mantêm - e isso acontece em diversos países - aqui no Brasil, na Amazônia, por exemplo, 600 famílias que têm as suas vidas em prol de missões. Lá em Manaus, na região do Amazonas, existem dois ou três barcos hospitalares, clínicas, que andam pelos rios atendendo os vilarejos e também a população ribeirinha da Amazônia. Portanto, são dois ou três barcos, que são verdadeiras clínicas não só odontológicas, mas também hospitalares!

Esse é o trabalho fantástico que os gideões missionários realizam. E como é que eles realizam? O pastor Cesino Bernardino teve um projeto de reunir as pessoas no Brasil para evangelizar o mundo. Fazemos parte disso e o nosso grupo musical Dedos de David participa desde o primeiro Congresso - e são 25 edições agora.

A cada ano, sábado ou domingo vão lá os governadores para prestigiar. E daí eles prometem que vão aumentar o ginásio, assinam o documento na presença de milhares de pessoas, e fazem e brincam com o povo. Quando chega novamente a época de mais um encontro dos gideões, o ginásio continua do tamanho que ele estava no ano passado. Daí estendem, deputado Jandir Bellini - e v.exa. conhece, que é da sua região -, lonas por toda a cidade para conseguir dar um pouco mais de comodidade para o povo.

No ano passado, houve assinaturas dizendo que amanhã começariam as obras. E passou um ano e esse amanhã não chegou.

O vice-governador e governador em exercício, Leonel Pavan, foi lá no sábado e disse que quinta-feira começariam as obras, que é hoje. Eu não sei, depois vou passar por lá para ver se, na verdade, elas começaram.

Agora, vou dizer uma coisa ao governo do estado: se até agora não havia um deputado missionário que iria brigar pelos gideões aqui nesta Casa, agora vai ter! Vou ficar todos os dias aqui cobrando, porque os gideões missionários não podem mais ficar naquele tamanho. É uma vergonha o que o governo está fazendo com uma entidade tão respeitada, séria, que ajuda tantas pessoas e que traz divisas para o estado nesses dias do congresso dos gideões. E o governo fica protelando, protelando. Aqui vai haver cobrança, sim!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Pois não!

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Deputado, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento.

Estive naquela região, no domingo pela manhã, e pude presenciar o verdadeiro formigueiro humano, formado por pessoas que vinham de vários lugares para participar das reuniões.

Então, v.exa. está de parabéns. Sei do trabalho sério da Assembléia de Deus, feito com muita dedicação, tirando pessoas das drogas, da marginalidade e colocando-as na presença de Deus. Conheço o trabalho e parabenizo v.exa., pois sei que é um lutador, um deputado idealista, que tem lutado muito pelas causas de todo o povo cristão.

Portanto, eu o cumprimento, pois pude presenciar. E a cada ano que passa, os gideões aumentam, pois sempre há mais adeptos.

Parabéns, deputado!

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Muito obrigado, deputada.

Eu faço aqui um apelo para que o governo não minta mais para os gideões. E quando eu falo nos gideões, não falo só na direção, falo para os gideões de todo o Brasil. Governo, não minta mais! Comece a obra! O ginásio tem que estar aumentado em 2008 e se isso acontecer, virei a esta tribuna para dizer que dessa vez foi verdade. Até lá coloco em dúvida e vou cobrar aqui.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Odete de Jesus, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, demais integrantes da mesa, sra. deputada, srs. deputados, amigos que nos acompanham, imprensa falada, escrita, televisada, volto a falar e quero complementar o pronunciamento do brilhante deputado Kennedy Nunes, meu vice-presidente na comissão de Ética e Decoro Parlamentar desta Casa.

Quero parabenizar a imprensa porque hoje, dia 3 de maio, é o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, ocasião em que serão homenageados, na Associação Catarinense de Imprensa, os jornalistas Carlos Fehlberg, Cyro Barreto, Fernando Linhares da Silva, Gilberto Nahas, entre outros.

Esses jornalistas são pessoas corajosas. Eu admiro muito as pessoas de coragem, porque não podemos acovardar-nos diante das verdades, temos que ser corajosos. O mandamento da Bíblia diz que temos que ser fortes e corajosos. Não podemos intimidar-nos. Mas esses jornalistas agüentaram firmes os piores momentos, por isso merecem ser homenageados.

A imprensa escrita, falada e televisada tem ajudado muito a população, tem mostrado, através da TV, o que a população não conhece, não sabe e tem mudado muito o comportamento das pessoas, que passaram a prestar mais atenção nos fatos, principalmente com relação às eleições, pois acabou o voto de cabresto, em que os coronéis levavam o povo no cabresto. Isso está acabando graças à imprensa, que faz a divulgação.

Há poucos instantes, pudemos acompanhar os últimos informes sobre a grande máfia do desvio de dinheiro público e saber que juizes e advogados estavam envolvidos nisso, pessoas essas em quem nós confiávamos, que deveriam dar o exemplo para a população, mas que estavam cometendo todos aqueles delitos que foram denunciados. E muitos, hoje, estão livres.

Houve um deputado desta Casa, eu não lembro bem quem disse isso, mas acho que foi o deputado Jailson Lima, de São Bento do Sul, que falou aqui que cadeia foi feita só para pobre.

Prestem atenção no que eu vou dizer agora: mulheres, a discriminação ainda continua. Vocês podem observar que depois de muita luta, muita briga, muita discussão, nós hoje temos uma presidente participando da Mesa Diretora. Mas olhem que foi suado, foi gemido! As policiais desta Casa ficavam escondidas nos fundos, ficavam todas socadas lá. Mas esta deputada abriu a boca e trouxe-as aqui para frente e agora elas estão ocupando lugar de destaque nesta Casa.

Então, há ainda discriminação contra a mulher, contra a pessoa pobre, humilde e contra o negro. Ainda há essa discriminação, por isso que um deputado desta Casa disse que somente quem é pobre é que vai para a cadeia.

A deputada Ana Paula Lima também, numa audiência pública de que participou, brilhou ao fazer o seu pronunciamento, pois ela fala mesmo! Graças a Deus que nós temos liberdade de expressão para falar, segundo o que o deputado Kennedy Nunes salientou há pouco.

Srs. deputados, quero aproveitar para dizer, já que estamos falando a respeito da discriminação racial, que assumiu a prefeitura de Araquari uma pessoa negra, que foi destaque hoje, pessoal! Verifiquem isso na página 8 do *Diário Catarinense*. Por que será que ele foi destaque? Porque a discriminação impera ainda! Deveria ser uma notícia comum, mas está no jornal a sua foto ao lado do prefeito Marco Tebaldi, de Joinville. Sendo assim, essa reportagem foi destaque porque ainda existe discriminação racial.

Há também ainda discriminação religiosa. Se a pessoa confessa uma fé, ela é discriminada; a mulher continua a ser discriminada, como também o pobre e o negro. O negro, para estudar, é uma luta! Tem que gemer muito! Por quê? Porque é uma sociedade discriminatória, que ainda olha o negro de forma maldosa. Mas aos poucos vamos quebrar essas barreiras.

Mas eu não poderia deixar de parabenizar essa pessoa que hoje está em destaque, pois lutou muito para chegar aonde chegou, que é o pioneiro vice-presidente de Araquari, sr. Paulino Sérgio Travasso. Mas por que ele entrou para a história? Devido à discriminação. Poderia ser uma notícia até comum, mas porque é um negro, foi colocado em destaque.

Ainda existe essa maldita discriminação, mas um dia ela vai cair por terra! Nós, com certeza, vamos derrubar isso, porque o negro é um ser humano igual a todos nós, sente as mesmas necessidades, as mesmas dores, tem os mesmos sentimentos e assim por diante. É uma pessoa normal, apenas a cor da pele é diferente! Às vezes, há negros que têm mais valor do que os brancos, mas essa discriminação ainda impera.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Eu vou ouvir, com muito prazer, o futuro prefeito de Joinville.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Com a anuência da nobre deputada Odete de Jesus, eu também não poderia deixar de fazer coro às suas colocações a respeito da posse de Paulino Sérgio Travasso, vice-prefeito de Araquari, que assumirá a prefeitura por alguns dias.

A ascensão de Paulino Sérgio Travasso, nobre deputada, demonstra que os afrodescendentes estão, ao longo dos anos, apesar da discriminação, ocupando um espaço mais significativo em nossa sociedade. Precisamos respeitar os afrodescendentes porque eles deram uma contribuição significativa à nossa sociedade, seja no campo, na cultura, na culinária, na dança e na construção do nosso país.

Infelizmente, ainda enfrentamos a discriminação, mas a forma, o caminho de ascensão aos afrodescendentes é, sem dúvida alguma, o acesso gratuito às universidades.

Muito obrigado!

A SRA. DEPUTADA ODETE DE JESUS - Muito obrigada, deputado.

Mas eu quero dizer aos srs. deputados que na próxima terça-feira farei uma explanação também, pois não deu tempo para falar hoje sobre este assunto devido à forma de eu falar mais lentamente e o tempo passa muito rápido, sobre o planejamento de trabalho da nossa comissão de Ética e Decoro Parlamentar.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sra. deputada Odete de Jesus.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Peça a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sra. presidente, só quero dizer aos nobres colegas que nos estão acompanhando neste plenário que neste momento a Polícia Federal está fazendo uma operação em Florianópolis, chamada Operação Moeda Verde, tendo sido presos, até o presente momento, na Superintendência da Polícia Federal, os empresários Fernando Marcondes de Mattos e Paulo Cezar Maciel da Silva, o vereador Juarez Silveira, o chefe-de-gabinete do vereador, o secretário de Obras do município de Florianópolis, o presidente da Floram, entre outros.

Eu acho que esta é uma informação muito importante para esta Casa por se tratar de crimes ambientais, quando foram feitas emissões de alvarás para o Costão Golf, se não me engano.

Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Kennedy Nunes, por esta informação. Graças a Deus que a justiça está sendo feita.

Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Professor Grando, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados.

(Passa a ler.)

"Hoje, dia 3 de maio, o mundo celebra o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e também o Dia do Parlamento. Imprensa livre e Parlamento soberano constituem expressões da democracia. São duas faces de uma mesma moeda.

No Brasil sabemos bem o que isso significa. Sob o governo do marechal Costa e Silva, o regime de exceção instituiu a censura com a edição das Leis de Imprensa e de Segurança Nacional, cerceando o direito de reunião das entidades classistas e o livre debate de idéias.

O AI-5, baixado em 1986, tornou-se o instrumento maior de coerção à atividade jornalística e intelectual no país, posteriormente, às manifestações públicas de protesto, à censura prévia e às prisões arbitrárias desencadeadas em território brasileiro.

Esses mesmos instrumentos do autoritarismo de estado serviram para amordaçar os representantes do povo. Companheiros deputados, senadores e vereadores de norte a sul, inclusive aqui em Santa Catarina, perderam seus mandatos pela força.

Mas não são apenas os regimes de exceção os responsáveis por atentar contra a liberdade de imprensa. Muitas vezes, é o poder econômico, o poder político, interesses individuais ou de classes e cada vez mais a falta de segurança por conta das guerras, do narcotráfico, das violências no campo e nas cidades.

Neste ano, as entidades internacionais que representam a categoria dos jornalistas chamam a atenção para a crescente falta de segurança para o livre exercício da profissão. Segundo a Unesco, foram mais de 150 profissionais mortos violentamente no ano passado. Essa entidade qualificou o ano passado como o mais brutal e selvagem da história moderna da imprensa.

Ortega y Gasset, em seu memorável *A Rebelião das Massas*, ilumina a relação existente entre a ausência de opinião pública e o surgimento da força bruta. Por outro lado, a formação da chamada opinião pública se deve em grande parte à imprensa livre.

Então, sras. e srs. deputados, a luta em defesa da imprensa livre está intimamente ligada à luta pelo fortalecimento da democracia. E o nosso partido, o PPS, entende a democracia como um valor universal e não há dúvidas, neste contexto histórico, sobre o relevante papel do Parlamento.

Assim cumprimos o nosso papel, na tribuna desta Casa democrática, ao homenagearmos os profissionais de imprensa. Aproveitamos para externar nossos cumprimentos à Associação Catarinense de Imprensa, ao Sindicato dos Jornalistas e a todos os profissionais de imprensa que prestam inestimável serviço à causa democrática, cobrindo a atividade parlamentar nesta Casa Legislativa e em todas as demais Casas Legislativas de Santa Catarina e do Brasil.

Saudamos também os colegas deputados e em especial todos os servidores e colaboradores da Assembléia Legislativa pela luta diária, pela dignificante tarefa de legislar para toda Santa Catarina."

Portanto, esta é a nossa mensagem de agradecimento a todos os parlamentares, assessores, aos funcionários de gabinete, da imprensa, de um modo geral, pelo grande trabalho realizado.

Nós gostaríamos de anunciar a presença, nesta Casa, do sr. deputado Pedro Ivo, do PT, presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, e do sr. deputado Alexandre Postal, do PMDB, presidente da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Sejam bem-vindos, pois com certeza serão muito bem recebidos pela direção desta Casa.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, deputado Sérgio Grandó, por me conceder um aparte.

Através de v.exa., eu quero homenagear dois homens de imprensa daqui da região da Grande Florianópolis, no dia de hoje: o apresentador de rádio-televisão Hélio Costa e o sr. Nader Khalil, que há muito tempo, como tantos outros, abrem os canais das rádios onde têm os seus programas para a população fazer aquilo que v.exa. acabou de colocar nesta tribuna.

Então, a estes dois radialistas e apresentadores, os nossos parabéns por este dia, e através deles, os nossos parabéns também aos demais. Eles exercem um papel fundamental há muito tempo na região da Grande Florianópolis, onde a população tem um espaço nobre para reivindicar tudo que é viável, tudo que é possível.

Em cima disso eu quero agradecer e parabenizar v.exa., porque eu não sabia que hoje era, também, o Dia do Parlamento. Eu não sabia! Confesso e tenho que dizer que fico muito feliz com isso como vereador que fui por bastante tempo.

Mas em muitas e muitas oportunidades, como colocou o deputado Kennedy Nunes, queremos expressar-nos, mas ficamos tolhidos ou temos até medo de ser reprimidos por parte de alguns amigos, companheiros, quando são maioria, com aquela famosa frase do decoro parlamentar que inventam, em muitas Câmaras Municipais, para poder frear o trabalho de muitos vereadores.

Então, parabéns a v.exa. e a todos os comunicadores deste país.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDO - Nós somos felizes porque nesta Casa, no Dia do Parlamento e no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, temos vários parlamentares que trabalham na imprensa: Nilson Gonçalves, Kennedy Nunes e Cesar Souza Júnior. Eles são ligados à defesa da liberdade e à atuação do Parlamento.

Portanto, sra. presidente, a nossa homenagem neste Dia Mundial da Liberdade de Imprensa e do Parlamento.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, servidores do Poder Legislativo, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, demais pessoas que nos acompanham nesta sessão, em especial os professores e os pais de alunos do Instituto Estadual de Educação, que voltaram a esta Casa porque a situação naquele grande colégio, ao invés de melhorar, está piorando.

Quero falar de muitos assuntos e fá-lo-ei apenas na medida do possível, em virtude das urgências e das emergências que nos abalaram. Quero citar a audiência pública que tivemos ontem, neste Poder Legislativo, às 19h, quando se discutiu a criação do Jardim Botânico do Itacorubi, um jardim botânico para Santa Catarina, justamente naquele terreno, naquela área que a reforma administrativa, através do art. 205, autorizou a alienação, a venda.

Por iniciativa do deputado Cesar Souza Júnior - e já o cumprimentei por isso durante a audiência pública - houve uma grande mobilização da cidade, a começar pela Epagri, que é a atual proprietária do terreno, e envolveu um conjunto de segmentos da comunidade que é contra a alienação daquele espaço, que poderia ser objeto da construção de outros *shoppings*, de outros edifícios sobre o mangue. O que a comunidade deseja é que seja construído um jardim botânico não de Florianópolis apenas, mas de Santa Catarina, que é um dos estados mais desenvolvidos do Brasil e que ainda não tem um equipamento dessa natureza.

Gostaria de registrar a importância dessa audiência pública, parabenizar todos os setores da sociedade que se mobilizaram em função dessa questão. Nós sabemos que aquela emenda foi aprovada nesta Casa por uma diferença de apenas dois votos e que nós, os 19 deputados que votamos contra, estávamos com a razão porque a sociedade de Santa Catarina não está de acordo com a alienação, com a venda, com a privatização de nenhum espaço público, particularmente aquele.

Quero aproveitar a oportunidade para dizer que foi pela iniciativa de alguns parlamentares, em especial o deputado Cesar Souza Júnior, que ocorreu essa grande mobilização de associações de moradores, da Ufeco, inclusive de entidades empresariais, das universidades que ficam no entorno do Itacorubi, a UFSC e a Udesc, além da sociedade como um todo.

Em virtude de toda essa manifestação, de todo esse movimento é que houve uma mudança de posição do governo com relação àquele espaço público. Se isso é verdade - e sempre é verdade porque nós sabemos que são as forças sociais vivas que constroem a história da sociedade -, é preciso também que se ressalte, e eu o fiz ontem e faço-o novamente desta tribuna, elogiar o governador do Luiz Henrique da Silveira pela sensibilidade que teve de ouvir o clamor da população, da sociedade e já ter afirmado publicamente que vai vetar o art. 205 da reforma administrativa, impedindo dessa forma a venda daquele terreno e propiciando a construção de um jardim botânico em nosso estado, na cidade de Florianópolis, que abrangerá inclusive, todo o complexo do mangue do Itacorubi, todo o complexo da bacia do Itacorubi, que é um projeto muito mais amplo do que simplesmente fazer um jardim botânico. Ou seja, fazer um jardim botânico é um projeto muito mais amplo do que cercar uma área de terra e dizer que é de preservação. Fazer um jardim botânico é discutir todo um ecossistema, é apoiar a ciência e a pesquisa científica voltada para a agropecuária, para a agricultura, para o meio ambiente, é pensar no turismo e no lazer, é pensar no desenvolvimento da nossa cidade, da nossa sociedade.

Sra. presidente e srs. deputados, queria mais uma vez lançar um chamado para todos os nossos companheiros, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que atentem para o fato de que foram emendados os editais dos cursos de aperfeiçoamento de sargentos, do curso de sargentos e do curso de cabos, que foram reabertas as inscrições até o dia de amanhã, até o dia 4 de maio. E que, portanto, procurem as unidades, as companhias, o setor de pessoal para ver como ficou, para que possam, efetivamente, fazer jus a esse direito. São 279 vagas nesses cursos que devem começar no dia 29 de maio.

Por último, srs. deputados, em especial os deputados da base do governo, eu penso que não é possível que nós admitamos que deputados deste Parlamento - e eu sou um deles, assim como o líder do governo, o deputado João Henrique Blasi, assim como o líder do PSDB, o deputado Marcos Vieira, assim como o deputado Professor Grandó, líder do PPS - que estiveram, na semana passada, com o secretário Paulo Bauer na secretaria da Educação, juntamente com a comissão de pais, professores e estudantes do Instituto Estadual de Educação, para discutir uma saída negociada, aceitável para todas as partes, e que ficaram de ter um retorno em menos de 48 horas, que estão aguardando há uma semana ou mais, recebam essa resposta pela imprensa, através de nota do secretário. Nota essa que tenta inviabilizar, por exemplo, a organização dos trabalhadores da educação, quando diz que a partir deste mês não vai haver o repasse da contribuição sindical, se o sindicato não recadastrar todos os filiados com firma reconhecida em cartório. Ora, o secretário sabe e todos nós sabemos que isso é impossível de ser feito e que não é cobrado de nenhuma entidade sindical em nosso estado e em nosso país!

Mas qual o nosso espanto, srs. deputados, ao abrir os jornais de hoje e saber que ontem mesmo, depois que os professores estiveram aqui, depois que o professor Elói falou, através da imprensa o secretário anunciou que está suspendendo 14 professores do IEE por 30 dias, sendo que nenhum deles foi informado oficialmente dessa decisão. Essa é uma atitude de respeito do estado para com o servidor público? Divulgar através da imprensa aquilo que não é capaz de oficializar ou pelo menos não o fez até agora?

E nós estamos no dia 3 de maio! Comemoramos anteontem o Dia Internacional do Trabalho! É preciso dizer que os trabalhadores de Santa Catarina, em especial os da educação, estão sendo achincalhados. Não é possível que nós permitamos, não é possível que nós continuemos impassíveis diante desse fato.

O secretário disse que uma sindicância foi instaurada, apurou e decidiu suspender 14 professores. Nenhum deles foi ouvido nessa sindicância! Nem lá no quartel de onde eu venho faz-se mais as coisas dessa forma. E eu fui um sujeito muito perseguido dentro da instituição e os senhores sabem. Mas dentro da instituição não se age dessa forma: suspender, achincalhar, colocar nas páginas da imprensa.

É preciso dizer mais e quero dizer! Estão tratando os estudantes de 15, 16, 17 e 18 anos como imbecis. A minha filha esteve aqui ontem à tarde, nessa galeria; ela tem 17 anos. Eu queria que o Ministério Público atentasse para o fato de que a secretaria da Educação, através das páginas da imprensa, está chamando a minha filha, assim como as filhas de vários outros pais, de incompetente, de incapaz de decidir o que quer. Isso para mim é ofensivo, porque viva a nossa juventude! que tem o compromisso de construir uma sociedade justa!

Não é possível que no Dia Mundial da Liberdade de Imprensa não tenhamos a possibilidade de divulgar a versão desses professores que estão aqui e que não são bandidos, são servidores públicos responsáveis e respeitados!

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Jailson Lima - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sra. presidente, eu queria registrar a presença aqui na Assembleia do vice-prefeito de Chapadão do Lageado, sr. José Bráulio Inácio, e do presidente da Câmara Municipal, vereador Mário da Silva.

Sejam bem-vindos a esta Casa.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Agradecemos a presença do presidente da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado, vereador Mário da Silva, e do vice-prefeito, sr. José Bráulio Inácio. Sejam muito bem-vindos ao Parlamento catarinense.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Professor Grandó, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO PROFESSOR GRANDÓ - Sra. presidente, companheiros deputados, companheiras deputadas, primeiramente, eu quero agradecer ao Deinfra, através do seu presidente, dr. Romualdo de França Júnior, que diz que vai atender uma indicação nossa e encaminhar para licitação de materiais, visando identificar o rio com a respectiva bacia hidrográfica e com frase de estímulo de educação ambiental nas cabeceiras das pontes localizadas em rodovias estaduais.

Isso é muito importante! Quer dizer, nós vamos começar a adquirir uma consciência sabendo que aquele rio pertence a uma bacia hidrográfica, pois existem mais de 932 comitês de bacias hidrográficas, de microbacias, dos quais 80% são formados por jovens. Isso serve para fixar o nosso agricultor no interior do nosso estado, a fim de que não venha para o litoral.

E nós, que vamos viajando por esta Santa Catarina, vamos poder aprender um pouco. Muitas vezes atravessamos o mesmo rio e não sabemos disso. Com essa medida vão ser identificadas as principais bacias e os rios, dentro de um processo que entendemos ser muito positivo.

Outra questão que gostaria de colocar em nome do meu partido, a fim de que o nosso posicionamento fique bastante claro, é com relação ao Jardim Botânico do Itacorubi, a ser implantado numa área pertencente à Epagri. Somos favorável a que essa área seja ocupada por um jardim botânico, a própria Epagri também é favorável. Praticamente, ontem foi anunciado que será vetado pelo governador o artigo da reforma administrativa que permite a alienação daquela área.

Então, estamos apresentando uma indicação para que o governador mande esse projeto o mais rápido possível. A Epagri, inclusive, mostrou o seu projeto e já há um esboço concreto da sua importância, com todo o histórico daquela área. Florianópolis poderá, assim, ter um equipamento a mais relacionado à questão da preservação do meio ambiente. Mais de 50% do território da capital de todos os catarinenses é área de preservação permanente. Com isso vamos aumentar essa área de preservação permanente e vamos dar uma qualidade de vida melhor, uma educação melhor aos nossos jovens e a toda a nossa população.

Para finalizar, não poderíamos deixar de nos manifestar, até pela luta que sempre travamos em prol dos professores e da educação, como dirigente sindical que fomos, acerca dos episódios ligados ao Instituto Estadual de Educação.

Nunca é bom que haja uma sindicância quando se está estabelecendo negociação. Um dos primeiros itens quando se senta para negociar é que não haja punição justamente por parte daquele que detém o poder, porque a tolerância, a magnitude e a grandeza competem à autoridade maior.

Então, nós queremos deixar bem claro, tanto este deputado quanto os deputados João Henrique Blasi, Sargento Amauri Soares e Marcos Vieira, que estiveram presentes na reunião com o secretário da Educação na quinta-feira passada, que saímos de lá contentes porque, como mediadores, havíamos cumprimos a nossa tarefa, já que haveria uma reunião entre as partes: a secretaria da Educação, os professores e o comando de pais e alunos. Mas, para nossa surpresa, saiu no Diário Oficial - e não posso deixar de colocar isso publicamente - a publicação da punição contra 14 professores. Nós temos que reverter isso, restabelecer o diálogo, porque esse foi o compromisso com os srs. parlamentares presentes à reunião como mediadores.

Nesse sentido, lavro aqui o meu protesto, registro a minha indignação, para que realmente a secretaria da Educação retome o diálogo. Externo ainda a minha solidariedade aos professores, aos pais e aos alunos, no sentido de seja restabelecido o diálogo. Esta é a nossa preocupação, retomar o diálogo, evitar as punições, porque com punição não há diálogo. Não é possível ter diálogo com punições sendo publicadas no Diário Oficial.

Sra. presidente, este deputado coloca o seu posicionamento hoje, no seu horário partidário, agradecendo ao Deinfra pela sinalização dos rios, posicionando-se quanto ao parque da Epagri e quanto à questão dos professores do IEE.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sra. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, o que me traz à tribuna são quatro assuntos: fidelidade partidária, maioridade penal, Dia Mundial da Imprensa Livre e Dia do Parlamento.

Gostaria de me congratular com os colegas comunicadores desta Casa: deputados Kennedy Nunes e Cesar Souza Júnior. E a deputada Odete de Jesus, segundo informação que acabo de receber, também tem o seu programa na televisão.

O Dia Mundial da Imprensa Livre tem, para mim, um significado muito importante, porque quando comecei a fazer rádio, em 1982 - e não sei se estávamos ainda com os resquícios da ditadura -, havia uma dificuldade muito grande para se fazer rádio e televisão.

Lembro-me que eu fazia o programa *Na Boca do Povo*, no município de São Francisco do Sul. E entendendo ser um profissional livre para as críticas construtivas, entendendo ser um profissional livre para me manifestar, acabei tendo problemas sérios com o prefeito de então, José Schmidt, meu bom amigo de hoje, que mandou recolher uma fita do meu programa de rádio. Eu me neguei a entregá-la e disse que só faria mediante uma decisão judicial. E para minha surpresa, parou na frente da emissora uma viatura da Polícia com uma ordem expressa de prisão - isso em 1983. Daí perguntei: "Onde está o mandato? Responderam-me que o prefeito havia mandado me prender. Imediatamente perguntei: "Mas como o prefeito? Onde está a autoridade do homem para mandar prender-me"? O delegado, na época - e vou omitir o seu nome, até para não criar problemas -, olhou para mim e disse: "Nilson, vamos comigo lá, não me arranja problemas porque você sabe que, se eu não te levar, o prefeito vai acabar transferindo-me para outro lugar. Eu estou tão bem aqui, eu gosto de São Francisco do Sul. Vamos lá, você fica na minha sala, eu ligo para ele e digo que você está preso". Eu respondi: "Eu não vou!"

E ficou um impasse danado, eu tive que ligar para o proprietário da emissora - eu era o gerente - e mandaram um advogado. Fui no carro do advogado até à delegacia e fiquei na sala do delegado. Não rolou a cabeça do delegado porque ele ligou para o prefeito e disse: "Ele está preso aqui, eu o prendi"! Mas, na verdade, eu estava tomando um cafezinho com ele na sua sala. Hoje o Schmidt é um grande amigo meu. As vezes, ele lembra do ocorrido e diz: "Como é que eu fui fazer aquilo, Nilson"? Respondo dizendo que são coisas da vida, são águas passadas. Ninguém vive olhando para o retrovisor, esta é a grande verdade!

O Dia Mundial da Imprensa Livre acabou remetendo-me a esse passado não muito recente, mas que marcou a minha vida.

Quero também me congratular com os meus pares, amigos deputados e deputadas, pelo Dia do Parlamento. Acho que, por mais desgraçado que seja o regime, se ele for democrático, ainda há uma forma de se expressar livremente, principalmente se for um parlamentar. Aliás, em outros regimes o parlamentar dificilmente se expressaria com liberdade. E nós temos essa possibilidade de, aqui desta tribuna, poder expressar as nossas opiniões sem sermos admoestados.

A opinião, por exemplo, que eu tenho é divergente da dos deputados que me antecederam nesta tribuna, pelo menos os dois últimos, relacionada ao Instituto Estadual de Educação. É uma opinião divergente e eu tenho a liberdade de vir aqui expressá-la.

Eu estou acompanhando tudo isso que está acontecendo no Instituto Estadual de Educação. Conheço muito bem o secretário da Educação Paulo Bauer, sei que se trata de um político de primeira grandeza, um homem sério, correto, que está tentando colocar ordem na casa. Mas os professores, diretores e alunos entenderam que deveriam fazer eleição direta.

Eu até acho interessante porque é extremamente democrática a eleição para diretor de escola, mas não é uma regra que está sendo seguida no estado inteiro. Então, se lá no IEE resolverem fazer uma eleição e elegerem um diretor, e o secretário aceitar isso como regra, naturalmente que essa regra vai valer para as demais escolas do estado inteiro. É evidente! De repente, uma autarquia resolve, internamente, eleger também o seu presidente.

Eles fizeram uma eleição democrática, interna, e elegeram o diretor, mas o governo não quer aceitar. E aí vão fazer greve, vão parar, não vão mais trabalhar. Eu acho e entendo o seguinte: regras foram feitas para ser respeitadas. Hoje, a regra que temos no âmbito do estado é de que o governo é que indica os diretores de escola. Esta é a regra para ser cumprida. Se não se quer cumprir essa regra, então o deputado pode entrar aqui com um projeto de lei instituindo eleição direta para diretores de escolas, ou ele pode, por outros meios, entrar num consenso para que se tenha o diretor de escola por eleição direta. A partir daí, faz-se eleição direta e não há problema nenhum porque a regra foi estabelecida. Mas, neste momento, não é uma regra estabelecida.

Eu estou assistindo a tudo e estou dando a minha opinião. Nesta tribuna, eu tenho a liberdade de dar a minha opinião, e é o que estou fazendo. Se não é a regra geral, por que se vai abrir uma exceção? Abrindo-se uma exceção, abre-se um precedente! Abrindo-se um precedente, faz-se disso uma regra geral. É aí que está o nó do problema!

O secretário Paulo Bauer tem procurado dialogar e entender-se com as pessoas, mas não está havendo entendimento. Por quê? Porque a escola entendeu que, democraticamente, elegeu o seu diretor e tem que lhe dar posse, porque ela entendeu que tem autonomia para isso e tem que fazer. E o governo, através de seu secretário, entende que a regra não é essa. E aí está o impasse e está, na verdade, a radicalização das posições.

Eu estou vendo assim e acho que o bom senso e o diálogo ainda vão sobressair, prevalecer, e haveremos de ver o IEE funcionando normalmente, nos próximos dias, se Deus quiser.

Eu teria outros assuntos. Na verdade, eu tenho um assunto que gostaria muito de tratar aqui, que é a questão da fidelidade partidária, mas vou deixar para comentar isso num outro dia. Mas se eu quiser ser prefeito de Joinville, por exemplo, eu terei que mudar de partido. E aí eu posso ser cassado e podem impedir o meu mandato, que é do partido, porque o meu partido, por exemplo, já está fechado com o meu colega Darci de Matos. Como vou fazer? Se eu quiser ser candidato a prefeito, em Joinville, eu tenho que mudar de partido, porque o meu prefeito e querido amigo Tebaldi e os seus companheiros lá estão todos fechados com o deputado Darci de Matos. E aí?

Só se eu me abraçar com o deputado Kennedy Nunes. Mas de que jeito? Tenho que mudar de partido! É complicado!

Mas eu quero tratar disso de uma maneira mais tranqüila e gostaria de usar esta tribuna numa outra oportunidade porque, graças a Deus, tenho a liberdade de me expressar aqui e de tratar deste assunto com mais profundidade.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PP.

Com a palavra o deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente, sra. deputada e srs. deputados, como presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, temos também a obrigação de informar o plenário sobre o que está ocorrendo na área dos transportes, de rodovias e sobre aquilo que diz respeito à referida comissão.

Para minha surpresa, eu li no jornal *A Notícia* de hoje o seguinte:

(Passa a ler.)

"SINTONIA

'Descentralização Administrativa'. Esse é o tema da palestra do governador aos servidores do Tribunal de Contas, no plano de atividades de capacitação interna e externa de agentes públicos" [...]. [sic]

Vejam bem, o governador continua batendo na descentralização, dizendo que vai dar a palestra no Tribunal de Contas. Talvez seja em consequência dessa decisão do Tribunal Pleno, da sessão do dia 11/4, que susta o Processo n. ECO - 06/00568601, no Tribunal de Contas - edital de concorrência. O responsável é o sr. Humberto Luis Brighenti, secretário de estado da secretaria de Desenvolvimento Regional de São Joaquim, das Unidades Técnicas do Tribunal de Contas do DCE e DCO (DLC). Eu vou ler aqui todos os dados para que não parem dúvidas.

(Continua lendo.)

"[...]

O TRIBUNAL PLENO, diante das razões apresentadas pelo Relator e com fulcro nos art. 59 da Constituição Estadual e 1º da Lei Complementar n. 202/2000, decide:

6.1. Conhecer do Edital de Concorrência n. 0024/2006, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim, cujo objeto é a execução dos trabalhos

rodoviários de terraplanagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de arte correntes e sinalização na rodovia SC-439, trecho Urupema - Rio Rufino, numa extensão de 19,200km, com valor máxima previsto de R\$ 14.000.296,00 (quatorze milhões e duzentos e noventa e seis reais), arguindo as seguintes ilegalidades" (essa é a descentralização, srs. deputados) "apontadas pelo Órgão Instrutivo no Relatório de Instrução DCE/ECO n. 29/2007:

6.1.1. Licitar obra de competência do Departamento Estadual de Infra-Estrutura - DEINFRA, conforme o art. 87, I, VI e XII, da Lei Complementar n. 284, de 28 de fevereiro de 2005, sem o instrumento de delegação de competência para a SDR - São Joaquim (item 2.1 do Relatório DCE);

6.1.2. Licitar obra sem a dotação orçamentária prévia, contrariando os arts. 167, I, da Constituição Federal, 123, I, da Constituição Estadual e 7º, § 2º, III, da Lei Federal n. 8.666/93 (item 2.2 do Relatório DCE);

6.1.3. Licitar obra com Licença Ambiental Prévia vencida" (essa é a descentralização, é a desconexão), "contrariando os arts. 6º, IX e 12, inciso VII, ambos da Lei Federal n. 8.666/93 (item 2.3. do Relatório DCE).

6.2 Recomendar à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim que, quando da execução do Projeto Executivo, faça ser revisado o Projeto de Sinalização, adequando-o às boas técnicas de engenharia.

6.3 Determinar, cautelarmente, com fulcro no art. 6º, inciso III, da Instrução Normativa n. TC-01/2002, ao Sr. Humberto Luis Brighenti - Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim, que promova a sustação do procedimento licitatório até pronunciamento definitivo desta Corte de Contas.

6.4 Assinar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da comunicação desta Decisão, com fundamento no art. 6º, inciso III, da Instrução Normativa n. TC-01/2002, para que o Sr. Humberto Luis Brighenti - qualificado anteriormente, apresente justificativas ou adote as medidas corretivas necessárias ao exato cumprimento da lei ou proceda à anulação da licitação, se for o caso, bem como comprove o atendimento da determinação constante do item 6.2 desta deliberação.

6.5 Dar ciência desta Decisão, do Relatório e Voto do Relator que a fundamentam, bem como dos Relatórios DCO n. 020/07 e de Instrução DCE/ECO n. 29/2007 e do Parecer MPJTC n. 0944/2007, ao Sr. Humberto Luis Brighenti - Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional de São Joaquim.

Término da decisão na linha superior

7.

Ata n. 18/07

8. Data da Sessão: 11/04/2007 - Ordinária

9. Especificação do quórum:

9.1. Conselheiros presentes: José Carlos Pacheco (Presidente), Wilson Rogério Wan-Dall, Luiz Roberto Herbst, Moacir Bertoli, Otávio Gilson do Santos, César Filomeno Fontes e Cleber Muniz Gavi (art. 86, caput, da LC n. 202/2000).

10. Representante do Ministério Público junto ao TC: Mauro André Flores Pedrozo.

11. Auditores presentes: Gerson dos Santos Sicca (Relator) e Sabrina Nunes locken.[...] [sic]

Meu amigo líder, deputado Kennedy Nunes, é complicado. Assim, nós vemos, mais uma vez, outra obra parada há tanto tempo. E eu vou voltar depois para falar a respeito.

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Deputado, é muito interessante a sua colocação porque vemos novamente que está ocorrendo um calote eleitoral, ou seja, parece que o Centro Administrativo não sabe que existem procedimentos em PPA, em toda licitação; parece que fazem a obra lá só para mandar fazer.

Mas eu quero tomar somente mais 30 segundos da sua fala, deputado, para colocar a importância das sentinelas deste Parlamento. Estamos falando, há pelo menos três ou quatro semanas, sobre o famigerado Decreto n. 76, que legalizou as máquinas caçaniquéis. Fomos ao Ministério Público, à Polícia Federal e agora ficamos sabendo que isso fez com que o governador voltasse atrás. É claro que ele não ouviu o recado que eu mandei. Parece que foi o procurador-geral Adriano Zanotto e o procurador-geral de Justiça Gercino Gerson Gomes Neto que lhe disseram que estava errado, que o tinham enganado.

Agora eu sei quem fez o governador voltar atrás, mas a bancada governista está devendo uma resposta para a sociedade catarinense. Eu vou cobrar todos os dias, deputado. Quem levou o decreto para o governador assinar? É preciso saber quem fez esse decreto e levou-o para o governador!

(O deputado Edson Piriquito se manifesta fora do microfone.)

Foi v.exa, deputado Edson Piriquito? Posso dizer que foi v.exa? Eu quero saber a verdade.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Mentir não pode. Tem que dizer a verdade, deputado!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Aqui não é lugar de mentira, é lugar de verdade, deputado Edson Piriquito! Queremos saber quem levou o decreto para o governador assinar. Se foi v.exa., vou começar a desconfiar que v.exa. tem alguma coisa ligada aos jogos, mas creio que não tenha nenhum envolvimento nisso.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido Democrata.

Com a palavra o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sra. presidenta, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, senhores e senhoras, assomo à tribuna, hoje, para fazer, a exemplo do que foi feito pelo deputado Nilson Gonçalves, algumas reflexões que julgo pertinentes neste momento.

Primeiramente, quero dizer que o deputado Nilson Gonçalves, com a sua forma irreverente, com a sua forma diferente de se pronunciar, leva-nos a reflexões e, às vezes, faz-nos pensar um pouco mais sobre o contexto político de Santa Catarina, mas talvez poucos saibam que na primeira eleição do deputado Nilson Gonçalves tive o prazer de ajudá-lo votando nele com muita honra.

O deputado Nilson Gonçalves tem uma história muito bonita. Não sei se os deputados conhecem a sua história. É uma pessoa humilde, simples, que lutou muito na vida, morou em São Francisco do Sul, vindo do Paraná, e sempre bateu todos os recordes políticos nas eleições de Joinville. Foi vereador e deputado pela terceira vez e digo a v.exas. que ele não será prefeito somente se não quiser. V.Exa. sabe disso, deputado. Nas pesquisas, ele aparece disparado na primeira colocação. As vezes, ele diz que não quer candidatar-se a prefeito, mas o povo fala muito, provoca, chama e pede. Às vezes, ele se anima, mas tenho certeza de que irá escolher o melhor caminho para a sua carreira política e para Joinville.



O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Nilson Gonçalves - Primeiramente, quero dizer que estou extremamente agradecido pelas suas palavras. Isso só me dá certeza absoluta da nossa grande amizade. Muitos companheiros vão pensar que vou começar a rasgar seda aqui, mas o deputado Darci de Matos é um grande amigo meu de longa data. Eu o conheço desde o tempo em que era assessor do deputado José Carlos Vieira, pessoa humilde, que veio também do interior do Paraná, magrinho, assustadinho, mas firme e muito bom de bola. Com ele, acabei caminhando durante todos esses anos, acompanhando os passos do deputado Darci de Matos, e o mesmo aconteceu com ele em relação a mim.

Quero só deixar registrado o meu apreço, o meu respeito e a minha consideração por v.exa. Mas se por acaso - e que fique também registrado, para v.exas. serem testemunhas, o que vou dizer agora - algum dia nos encontrarmos em um embate político para disputar a prefeitura de Joinville, se o companheiro estiver no lado oposto, pode ter certeza absoluta de que da minha parte o debate será no campo das idéias, respeitando profundamente a sua pessoa. Pode ter certeza disso.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves, pelas suas colocações. Eu também desejo, sra. presidente, utilizar este espaço para fazer menção ao Dia da Liberdade de Imprensa, que nós comemoramos hoje.

A imprensa tem cumprido um papel fundamental hoje e nas últimas décadas. Ela teve um papel preponderante na redemocratização do nosso país, na constituição do estado de direito que nós conquistamos, que o povo brasileiro conquistou. A imprensa, de forma inteligente, corajosa, isenta, tem tomado posições fundamentais, seja no campo da formação, da informação e, sobretudo, no que diz respeito às denúncias importantes com relação à realidade do nosso país, de maneira transparente, clara, aberta, informando os eleitores e a população.

Portanto, nós temos que fazer uma reflexão, mas também temos de enaltecer este momento de extrema liberdade da imprensa em Santa Catarina, no Brasil e também no mundo.

Sra. presidente, não poderia deixar de fazer menção à audiência pública proposta pelo deputado Cesar Souza Júnior, dirigida pelo deputado Décio Góes, realizada ontem à noite na comissão de Turismo e Meio Ambiente. Foi uma audiência pública que tratou de um assunto de extrema importância, que diz respeito à criação do jardim botânico no terreno da Epagri, no bairro Itacorubi, no município de Florianópolis.

Essa audiência contou com a presença maciça das lideranças ecológicas, comunitárias, das autoridades e dos deputados, como do deputado Jailson Lima, que se pronunciou. Foi uma demonstração de que nós, homens públicos, e a comunidade, temos o dever, a tarefa de programar ações no sentido de buscarmos a garantia de mais espaços públicos para o lazer, para a pesquisa, para a extensão, para a contemplação e para a educação ecológica, a exemplo dessa brilhante idéia do deputado Cesar Souza Júnior, que está propondo a criação do jardim botânico no município de Florianópolis.

Portanto, a audiência pública, ontem, foi um marco histórico, deputado Sargento Amauri Soares, porque nós, através dela audiência, conseguimos evitar que aquele espaço nobre, um terreno público, fosse utilizado para a especulação imobiliária. Mas certamente vamos transformar aquele espaço num lugar de pesquisa, de lazer, de contemplação para a população de Florianópolis, melhorando a qualidade de vida deste povo e de Santa Catarina.

Para encerrar, sra. presidente, não poderia também deixar de fazer menção às colocações da nobre deputada Odete de Jesus e do deputado Kennedy Nunes, que são representantes legítimos dos evangélicos nesta Casa. Refiro-me a este movimento nacional, a este movimento relevante dos gideões, que concentram todos os anos, em Camboriú, mais de 30 mil evangélicos. Este movimento tem um viés espiritual, fundamental, necessário, mas, mais do que isso, sra. presidente, tem um viés importantíssimo, social. Eles cuidam, tratam das pessoas carentes, das famílias carentes de toda Santa Catarina e do nosso país.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Ouço, com muita honra, v.exa., deputada Odete de Jesus.

A Sra. Deputada Odete de Jesus - Muito obrigada, deputado.

Quero parabenizar v.exa. pelo magnífico pronunciamento e, se v.exa. me permitir, parabenizar todas as taquígrafas desta Casa, que estão sempre prontas para registrar todos os nossos posicionamentos neste plenário. Elas são brilhantes e dou nota dez às nossas taquígrafas, deputado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Para concluir, também não poderia deixar de parabenizar e de agradecer à imprensa, que divulga todos os nossos trabalhos e que nos critica corrigindo, pertinentemente, muitas vezes, o rumo das nossas ações.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Rogério Mendonça, por até 17 minutos.

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Sra. presidente, deputada Ana Paula Lima, sras. deputadas, srs. deputados, inicialmente, gostaria de fazer uma saudação também ao vice-prefeito de Chapadão do Lageado José Bráulio Inácio, o Zezé, e ao presidente da Câmara Municipal, vereador Mário da Silva, que se fazem presentes aqui para visitar a Assembléia Legislativa.

Srs. deputados, no horário destinado ao meu partido, o PMDB, quero fazer referência ao nosso Fórum Parlamentar Italo-Brasileiro, que foi criado no ano de 2003, nesta Casa. Na semana passada, numa reunião que tivemos com diversos deputados que representam o segmento da italianidade, escolhemos para presidir este fórum, nesta Casa, o deputado Décio Góes, do município de Criciúma.

O Fórum Parlamentar Ítalo-Brasileiro foi criado, como já disse, no ano de 2003, e eu fui o primeiro presidente, o primeiro coordenador. No ano passado, foi presidente desse fórum o ex-deputado Celestino Secco. Como temos um acordo para se fazer uma alternância em relação à coordenação, foi agora escolhido o deputado Décio Góes, que é do sul do estado, é descendente de italianos, e tenho certeza de que também fará um grande trabalho na presidência do mesmo.

Este fórum foi criado nesta Casa por minha iniciativa, na época, e por sugestão do então cônsul da Itália Mário Trampetti, no estado do Paraná e de Santa Catarina. O objetivo desse fórum é, realmente, desenvolver ações que possibilitem a aproximação da Itália com Santa Catarina em todos os setores e estimular acordos com entidades similares na elaboração de projetos, programas, técnicos na área da Economia, da Educação, com todas as nossas universidades.

Durante esse período nós já fizemos duas missões para a Itália e desenvolvemos diversas ações em benefício da sociedade catarinense. Vou citar rapidamente algumas delas: o consórcio de exportação de produtos orgânicos; o programa italiano do desenvolvimento, com a idéia de construir uma ponte entre empresas italianas e brasileiras, ou seja, pequenas e médias empresas; o curso de cerâmica, que já desenvolvemos no meio-oeste e no sul do estado, nos municípios de Joaçaba e de Morro da Fumaça; a criação da Câmara de Comércio e Indústria de Santa Catarina; o filme *Garibaldi in America*, em que nós nos envolvemos também para que pudesse ser realizado com a atriz Ana Paula Arósio e com o ator Daniel Nunes Braga, tendo como diretor Alberto Rondalli, uma produção italo-brasileira.

O consulado da Itália hoje é no Paraná, em Curitiba, e estamos justamente nessa luta para que Santa Catarina tenha o seu consulado em Florianópolis. O Brasil tem, aproximadamente, de 25 a 30 milhões de pessoas descendentes de italianos, é a segunda Itália fora da Itália, deputado Serafim Venzon, lá de Botuverá, um município com grande descendência italiana. Santa Catarina tem a maior população trentina fora da Itália, com mais de 300 mil trentinos, e uma população com aproximadamente 40% de descendentes italianos.

Estivemos, também, na Itália e recebemos - eu tive o privilégio de receber - uma medalha que me foi colocada no peito pelo ministro Mirko Tremaglia, ministro para os italianos do mundo, e participamos da eleição do senador Eduardo Pollastri, do partido Unioni Prodi, para o Congresso italiano, na qual os italianos fora da Itália puderam votar. Ele foi eleito, com uma diferença de, aproximadamente, 70 votos, sendo que mais de 500 votos foram daqui de Santa Catarina.

Então, meus parabéns ao deputado Décio Góes que, com certeza, contará com o apoio dos deputados Reno Caramori, Serafim Venzon e com o meu apoio.

Eu tenho cidadania italiana, o meu sobrenome é Mendonça, mas nasci na cidade de Nova Trento e tenho descendência italiana, a minha família é Tridapalli. Moro na cidade de Ituporanga há mais de 30 anos, com muito orgulho, mas também tenho cidadania italiana com muito orgulho!

Mas eu quero fazer referência a uma audiência pública que foi realizada, ontem, na Assembléia - o deputado Professor Grando, inclusive, já fez referência -, que contou com a presença de mais de dez deputados, vereadores de Florianópolis, Ministério Público, presidentes de associação, onde se discutiu a criação do jardim botânico no bairro Itacorubi, numa área de 32 hectares. Eu não pude participar porque tinha uma reunião já marcada com antecedência no município da Gaspar. Mas gostaria de fazer algumas colocações sobre esse jardim botânico.

Quando foi apresentada a emenda, na Assembléia, pelo deputado Marcos Vieira, eu votei contra porque autorizava a venda de seis hectares dessa área em Itacorubi. Eu fui contra e digo por que: caso essa área viesse a ser vendida, esses recursos poderiam ser destinados somente para a pesquisa agropecuária, para a extensão agropecuária e não para a finalidade, para o propósito do deputado Marcos Vieira, com todo o respeito que tenho por s.exa.

Felizmente, o governador já disse que vai vetar essa emenda. Portanto, essa emenda, que foi aprovada por esta Casa, na qual eu votei contra, insisto, será vetada pelo governador Luiz Henrique.

Quando eu fui presidente da Epagri, entre 1995 a 1998, nós criamos o Ciram. Eu tive o privilégio de, quando presidente, criar o Ciram, ou seja, o Centro de Informações de Recursos Naturais e de Hidrometrologia de Santa Catarina, que é um órgão que desenvolve, hoje, muitos trabalhos na área ambiental do estado. E já naquela época, na condição de presidente, eu designei um grupo de técnicos visando transformar aquela área da Epagri em uma área de reserva natural, com vegetação nativa da nossa região. O estudo, na verdade, que eu determinei, visava proteger aquela área contra a especulação imobiliária, que é fruto do objeto da emenda do deputado Marcos Vieira. Por isso eu votei - e não poderia ser diferente - contra aquela emenda. Mas a minha idéia era proporcionar lazer e programas também de educação ambiental.

Portanto, a Assembléia Legislativa, deputado Cesar Souza Júnior, que teve a iniciativa de fazer essa audiência, o governo do estado, a Epagri e todas essas entidades envolvidas nessa questão estão de parabéns por apoiar este projeto da criação do primeiro jardim botânico de Santa Catarina, vinculado à temática de mangues, coisa inédita no mundo.

Enfim, é uma grande iniciativa e eu posso dizer, com muito orgulho, que já tinha dado os primeiros passos neste sentido, na época, na condição de presidente da Epagri.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Muito obrigado, deputado Peninha, gostaria de registrar que tivemos a oportunidade e a felicidade de participar dessa audiência pública de ontem e, inclusive, já nos manifestamos a respeito.

Quero parabenizar v.exa. também pelo trabalho à frente da Epagri, parabenizar a atual direção da empresa, através do dr. Murilo Flores, que tem um projeto para a criação de um jardim botânico naquela área, abrangendo todo o manguê da bacia do Itacorubi, da Trindade. A partir disso, que o governador Luiz Henrique da Silveira vete, como v.exa. já anunciou e como foi anunciado na audiência pública, o art. 205 do projeto da reforma administrativa.

Nós estamos aliados à sociedade, ao Ministério Público, à Epagri, às associações comunitárias, a todo esse grande movimento, à prefeitura municipal, à Floram e ao governo do estado para que possamos, efetivamente, envidar esforços para alocar recursos orçamentários e construir um jardim botânico em Santa Catarina.

Muito obrigado pelo aparte!

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares, parabéns pelo seu posicionamento que está, com certeza, contribuindo e muito para a preservação ambiental da Ilha de Santa Catarina, através da implantação de um jardim botânico.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Deputado Peninha, quero abordar aqui com v.exas. justamente a importância de se implantar aqui em Florianópolis um jardim botânico, que poderá ser diferente de todos aqueles que estamos acostumados a ver, pelo menos aqueles que eu conheço. Poderia ser um espaço onde houvesse uma interação entre a questão ambiental da cidade e da ilha e onde pudéssemos aproveitar o manguê natural para mostrar aos turistas algo diferenciado.

Eu queria ainda, aproveitando o espaço que v.exa. me dá, dizer que ontem estava nessa tribuna onde v.exa. se encontra agora, no meu entender, alguém rebelde, um rebelde ao trabalho que o governo do estado vem fazendo e que o deputado Paulo Bauer tanto tem se empenhado para fazer na Educação, com muita responsabilidade, ao indicar os diretores das 1.324 escolas do estado. Hoje, praticamente todas as escolas de Santa Catarina estão funcionando normalmente com responsabilidade; os diretores têm indicação política, sim, mas uma indicação responsável.

Por isso, queria, em nome do deputado Paulo Bauer, do governador Luiz Henrique da Silveira, dizer que todas as escolas estão funcionando, com exceção do Instituto Estadual de Educação por uma questão de rebeldia contra o governo.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Deputado José Natal, antes de lhe conceder um aparte, se me permite, gostaria de abordar o meu próximo tema, caso contrário terei dificuldades de concluir o meu pronunciamento.

Obrigado, deputado Serafim Venzon, pelo aparte, e são muito corretas as suas colocações.

Gostaria de falar também, neste meu espaço, sobre um assunto que esta Casa tem evitado falar porque é fácil jogar pedra no Parlamento, falar do deputado, da classe política; a imprensa fala e todo mundo gosta porque é bonito falar mal da classe política e desta Casa.

Por isso, não vou abster-me de falar sobre o julgamento que tivemos ontem, na casa ao lado, no Tribunal de Justiça, quando, por 28 votos contra dois, foi julgado inconstitucional o artigo da reforma administrativa desta Casa, que nós aprovamos, que eu aprovei, que a deputada Ana Paula Lima aprovou, que permitiu a ascensão de 15 consultores, ou seja, de 15 advogados ao cargo de procurador.

Evidentemente, nós respeitamos a decisão judicial; decisão da Justiça se cumpre. Mas eu acho que esta Casa - e como membro da Mesa Diretora vou sugerir isto - deve recorrer ao Supremo Tribunal Federal da decisão do Pleno Tribunal de Justiça por alguns motivos. Primeiro, eu não acho que a Assembléia Legislativa vai ter economia pelo fato de fazer concursos para ocupar as vagas de procuradores. Ao contrário, novos procuradores vão entrar e receber salários já no topo da carreira. Os consultores que aí estão hoje, na condição de procuradores, não vão ser demitidos! Eles vão continuar nas suas funções, com os salários, eu diria, até relativamente altos, independentemente serem ou não procuradores. Porque eles estão no topo da carreira, com 20 ou mesmo 30 anos de trabalhos prestados ao Poder Legislativo e merecidamente, como advogados inscritos na OAB, num bom patamar salarial.

Quero dizer também que todos esses 15 procuradores conhecem bem a Casa, defendem a Casa com conhecimento de causa, com dedicação e são pessoas que têm vivência parlamentar, pois desenvolveram sua carreira funcional dentro da Assembléia Legislativa e são advogados inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

Eu acho que deveríamos ter concurso, sim, na Assembléia Legislativa, mas deveríamos ter concurso para consultor jurídico, que poderia ascender e chegar ao cargo de procurador, que é o final da carreira na Casa. Assim como não existe concurso para desembargador, assim como não existe concurso para procurador, assim como não vi concurso para coronel, os procuradores da Casa também não deveriam precisar de concurso. Eles têm que começar lá em baixo da carreira; o juiz começa como juiz substituto, vai subindo, vai subindo até chegar a desembargador. Da mesma maneira, o coronel, que passa por todas as patentes. Aqui na Assembléia também. Talvez o que nós tenhamos que mudar seja a nomenclatura, mas eles estão ascendendo na carreira e são funcionários da Casa! Erroreiramente, a imprensa julga que foram gastos R\$ 21 mil por mês com cada procurador. Ao contrário, a Casa tem que ter 15 procuradores, deputado José Natal! Se não puderem ser esses funcionários de carreira que ascenderam, outros ocuparão esses postos e a Casa gastará muito mais do que está gastando agora.

Portanto, eu acho que imprensa está tendo um juízo equivocado dessa situação. Eu votei favorável naquela ocasião e reafirmo que continuaria votando, porque acho justa a forma com que a Assembléia Legislativa procedeu à ascensão dos seus funcionários a procuradores dentro da carreira.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ROGÉRIO MENDONÇA - Antes de conceder um aparte a v.exa., gostaria de registrar a presença ontem, nesta Casa, do deputado Gilmar Knaesel, secretário de estado da Cultura, Turismo e Esporte, que se pronunciou na comissão de Educação, Cultura e Desporto por quase duas horas.

Deputado Edson Piriquito, eu cheguei quase ao final da reunião, mas pude perceber que, com muita propriedade, o secretário falou sobre uma ação integrada das três secretarias de Desenvolvimento Regional com a secretaria de estado da Cultura, Turismo e Esporte em torno de um projeto de ecoturismo que está sendo desenvolvido na região do Alto Vale. Inclusive, o Badesc está estudando linhas de crédito para as propriedades rurais voltadas à gastronomia, à hospedagem e tudo o mais. Santa Catarina tem belíssimas pequenas propriedades, que devem, sim, ser estimuladas e incentivadas para o turismo rural, a fim de que os agricultores tenham mais uma alternativa de renda.

Permito um aparte ao deputado José Natal, que tem 70 segundos para se pronunciar.

O Sr. Deputado José Natal - Muito obrigado, nobre deputado.

Sou membro da comissão de Turismo e Meio Ambiente e certamente o secretário Gilmar Knaesel demonstrou que é conhecedor da área e que está no lugar certo. Por isso este governo vai de vento em popa, apesar da Oposição não querer. Mas esse é o trabalho normal da Oposição, dentro do processo democrático de um país.

Comungo da sua linha de pensamento de que decisão judicial é para ser cumprida, mas acho injusto, realmente, a questão dos procuradores desta Casa, assim como injustas são outras tantas situações de funcionários públicos competentes, de vários níveis, que após 1988 estagnaram na carreira e que para poderem melhorar sua condição salarial têm que fazer um concurso público, concorrendo em igualdade de condições com todos os demais.

Então, deputado, é uma pena, pois são pessoas detentoras de grande conhecimento, que contribuem em todos os níveis. Lamento que tenha sido essa a decisão tomada.

Quero colocar a v.exa. que votei a favor da emenda referente à venda da área do jardim botânico, uma vez que não era conhecedor do problema, pois havia chegado à Casa recentemente. Mas hoje, ouvindo v.exa. e os demais deputados, comungo...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados aos Partidos dos Trabalhadores.

Com a palavra o deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Quero cumprimentar a presidente da Mesa, os parlamentares presentes, os telespectadores da TVAL e os ouvintes da Rádio AleSC Digital.

Deputado Jandir Bellini, chorar sobre o leite derramado é fácil, deputado José Natal. Foi muito bem pautada a questão do jardim botânico pelo colonista Cacau Menezes, em matéria no jornal de hoje, na qual questiona a proposta de venda daquele terreno. Ontem, participando da audiência pública, fiquei sabendo que a proposta de implantação do jardim botânico existe desde 2005, já com o esboço pronto. E na reforma administrativa, de última hora - ontem muito bem lembrado pelo deputado Sargento Amauri Soares -, apresentaram um último artigo. E agora vem a Operação Moeda Verde, desencadeada pela Polícia Federal, sobre a questão da especulação imobiliária, que o Cacau Menezes levanta na sua matéria.

Este último artigo da reforma do governo e que propunha a venda do terreno da Epagri, apareceu do dia para a noite. Só faltou vir naquele artigo uma coisa: o nome do comprador do imóvel. Porque pela velocidade que veio, deputado Jandir Bellini, da forma que veio, só faltou o nome do comprador.

Por isso, tenho que parabenizar o governador, que está vetando o artigo 205, pois entendo que não podemos discutir infra-estrutura sem ter a visão do meio ambiente como viés do desenvolvimento sustentável. Quero parabenizar também o deputado Cesar Souza Júnior, que foi buscar esse projeto que estava em andamento e fez a defesa do veto ao artigo.

Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores, vamos estar embuidos na construção desse jardim botânico, que não será patrimônio do Florianopolitano, será patrimônio dos catarinenses, dos brasileiros, pelo que, pedagogicamente, representará na consciência do coletivo de manter a defesa do meio ambiente como uma forma sustentável de vida.

O Sr. Deputado José Natal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado José Natal - Eu só queria dizer a v.exa., deputado Jailson Lima, em primeiro lugar, que essa questão não fazia parte do projeto; foi uma emenda apresentada como destaque pelo deputado Marcos Vieira à reforma administrativa.

Em segundo lugar, o governador do estado de Santa Catarina mostrou o quanto é competente e coerente, pois ao saber do problema, segundo o nosso deputado Rogério Mendonça e o líder do governo nesta Casa, vai vetar a emenda. Dessa forma v.exa. pode ver como existe coerência por parte do governador Luiz Henrique da Silveira nessa questão.

Mas volto a frisar que foi uma emenda apresentada em destaque no plenário; não fazia parte do projeto.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Por um deputado que foi secretário de estado no governo passado, isso tem que ser ressaltado!

Segundo, nem sei por que nós, da Oposição, estamos debatendo aqui, porque a venda não é de interesse público, muito pelo contrário. Cabe uma reflexão do que isso representa.

Terceiro, quando vemos a posição do secretário da Educação deste estado com as manifestações adotadas em relação ao Instituto Estadual de Educação - e ontem eu tive o privilégio de conhecer o professor Elói Girardi, que me pareceu ser uma figura muito ponderada -, perguntamos o seguinte: Santa Catarina tem um secretário ou tem um general de plantão, que não debate democraticamente com os professores? Que papel ele representa na transformação social deste país, dando consciência crítica ao aluno e fazendo com que se conceba um novo projeto pedagógico para este estado?

E aí verificamos na matéria do jornalista Moacir Pereira, deputado Edson Piriquito, que o Instituto Estadual de Educação, um dos principais e maiores colégios públicos da América Latina, não tem sequer uma salinha de informática e um computador. Quando se fala tanto em telemedicina, em comunicação virtual, vemos que o IEE, localizado quase ao lado da secretaria estadual da Educação, não tem um laboratório de informática! Isso é um absurdo! Acho que nós, deputados da Oposição, vamos fazer vaquinha e cada um dar um computador para colocar naquele colégio.

Sra. presidente e srs. deputados, o secretário tem uma postura contundente contra os professores que, democraticamente, assumem um papel e vêm pedir espaço nesta tribuna para se manifestar porque não estão tendo espaço nem debate democrático com quem representa este governo.

Eu, que vi o nosso governador fazer inúmeros pronunciamentos contra a ditadura militar, ressaltando a figura honorável de Ulysses Guimarães, tenho certeza de que este governo tomará uma posição para fazer com que o secretário da Educação reveja a sua posição e, principalmente, retome o diálogo porque entendo que não dá para fazer educação sem diálogo.

O Sr. Deputado Serafim Venzon - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Serafim Venzon - Quero cumprimentar v.exa., mas, na verdade, no que se refere a essa questão do Instituto Estadual de Educação que v.exa. aborda, o Sinte estimulou essa eleição em 44 escolas, à revelia do que está instituído pelo governo.

Deputado, não é plano do governo usar a indicação meramente política. O que ocorre com quem tem a responsabilidade de indicar os diretores de escola, que são os líderes de cada Regional, os secretários, os vereadores, os deputados, os prefeitos, é que eles o fazem de maneira essencialmente técnica, escolhem pessoas tecnicamente habilitadas.

É por isso que quero não fazer uma defesa do governo, mas colocar a forma como o governador escolheu. V.Exa. já foi prefeito de uma cidade grande, Rio do Sul, que tem uma importância regional. Como chefe do Poder Executivo municipal, tudo aquilo que fazia era com muita responsabilidade, especialmente na área da saúde, da educação e da segurança. O governo de Luiz Henrique da Silveira não é diferente, também o faz com responsabilidade.

Então, na questão dessas 44 escolas - e dentre elas está o Instituto Estadual de Educação -, o governo vai agir com responsabilidade, como o fez nas 1.324 escolas do estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado, não estou nem questionando o mérito da decisão executiva, não vou entrar nesse mérito. Estou questionando o mérito do relacionamento democrático entre a secretaria da Educação e esse conjunto de professores. Por isso faço essa intervenção, porque sou um democrata.

Segundo, o professor que veio aqui ontem para fazer o seu manifesto - e eu não o conhecia - pareceu-me extremamente ponderado. Tratou-se de uma intervenção muito pertinente diante daquilo que ele apresentou e esboçou neste plenário.

O Sr. Deputado Edson Piriquito - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Pois não!

O Sr. Deputado Edson Piriquito - Agradeço a oportunidade, nobre deputado, mas não poderia deixar de falar e até externo a v.exa. que respeito a opinião do professor Elói Girardi, que aqui ontem esteve.

Mas lamento a forma como eles induzem, como jogam para a sociedade o entendimento de que a eleição direta para diretor de escola resolve o problema da educação. Não resolve, muito pelo contrário, traz mais conflitos, mais disputas, mais problemas.

Quando ele fala que as crianças estão sem aula, não é o estado que quer deixar as crianças sem aula, o estado não está impedindo nenhum professor de trabalhar, muito pelo contrário, está incentivando e trabalhando para aumentar a qualificação do professor.

Então, existe um equívoco, ou seja, querer na marra aquilo que não tem previsão legal. Nós somos cumpridores da lei e não podemos permitir que aquilo que não esteja contemplado na lei seja realizado. Não há possibilidade disso. É aquela diferença do homem público para o homem privado. O homem da iniciativa privada faz tudo o que a lei não proíbe e o homem público só faz o que a lei permite.

Portanto, é uma questão de bom senso. O professor deve retornar à sala de aula, deve voltar aos seus afazeres, ao seu compromisso com o Instituto Estadual de Educação para que a educação e as nossas crianças ganhem com isso. Muitas crianças que estavam aqui, ontem, nem sabiam o que estavam fazendo.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - E estava a filha do deputado Sargento Amauri Soares.

Srs. deputados, quero comunicar que hoje estará aqui na Assembléia o ministro Orlando Silva, dos Esportes, para assinar o convênio do lançamento do programa Segundo Tempo em Santa Catarina, juntamente com a Eletrosul e o Besc, que são parceiros, e o Instituto Contato, que será a instituição que fará a coordenação desse projeto. São 20 mil famílias incluídas no esporte no estado de Santa Catarina, com o nosso governo Lula.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Srs. deputados, a Presidência gostaria de homenagear aquelas e aqueles que têm a tarefa de registrar, para a história, a vida do Parlamento catarinense. Falo das taquígrafas. Hoje é o Dia do Taquígrafo e, portanto, parabéns a estas mulheres e a estes homens que têm a missão de registrar a história do Parlamento do estado de Santa Catarina. Meus parabéns!

Passaremos à Ordem do Dia.

Sobre a mesa requerimento de autoria do deputado Jandir Bellini, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de Correia Pinto, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Antônio Aguiar, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de São Francisco do Sul, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao prefeito e ao presidente da Câmara Municipal de São Joaquim, cumprimentando-os pelo aniversário do município.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do deputado Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro das Comunicações, ao presidente dos Correios e ao diretor regional dos Correios em Santa Catarina, pedindo a instalação de uma agência dos Correios no município de Braço do Trombudo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

A Presidência agradece a presença dos alunos e professores do curso de Direito das Faculdades Integradas - Facvest -, de Lages. Encontram-se aqui 56 alunos acompanhados pela professora Fabiany Ventorini.

Sejam bem-vindos ao Parlamento catarinense e à capital do estado de Santa Catarina.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Inscrito para falar o sr. deputado Elizeu Mattos, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente e srs. deputados, quero também dar as boas-vindas aos formandos do curso de Direito da Facvest, de Lages: ao prefeito Firmino Aderbal Chaves Branco, de Campo Belo do Sul, um município em grande crescimento, que está sendo o celeiro da serra catarinense.

Hoje eu trataria de outros assuntos, mas alguns temas que foram levantados na sessão desta manhã, eu também tenho conhecimento. Um deles foi o assunto levantado pelo deputado Reno Caramori, referente à rodovia SC-439, que liga o município de Urupema ao município do Rio Rufino.

Deputado Reno Caramori, eu conheço a estrada, conheço a reivindicação e conheço o compromisso assumido. Com a descentralização, alguns lapsos de conhecimento acontecem. Eu mesmo, quando secretário, cometi alguns erros que não feriram o erário, que não oneraram o erário, que não superfaturaram obras. Quando eu achei que estava errado, e assim fui comunicado, não fiquei no erro; eu tentei acertar. E às vezes, deputado, é preferível errar tentando fazer, do que, com medo de errar, não fazer. Porque se há erros, com certeza, serão cancelados.

O que houve? O que houve está sendo respondido pela secretaria de Desenvolvimento Regional e pelo Deinfra. Na época do processo licitatório, há um termo de cooperação em que se faz a descentralização orçamentária para as secretarias de Desenvolvimento Regional; foi assim que várias obras foram feitas pela secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages. E houve um lapso que se acertou o termo de cooperação e não se fez o termo de cooperação para a licitação dessa obra. E a licitação da obra foi feita.

Mas nós poderíamos estar aqui discutindo se a licitação foi superfaturada ou não. É uma obra de 19 quilômetros e foi concluída uma licitação que está sendo explicada no Tribunal de Contas, que está orçada em R\$ 14 milhões pelo Deinfra, deputado Reno Caramori. E na licitação lá na ponta, na secretaria de Desenvolvimento Regional, a obra não passou de R\$ 9.9 milhões, mostrando que com a descentralização, lá na ponta, a obra se torna mais barata.

Não tiro o mérito do seu pronunciamento, mas também tenho o mérito de mostrar que a licitação lá na ponta torna a obra mais barata. A obra foi orçada em R\$ 14 milhões, e a empresa ganhadora venceu com R\$ 9.9 milhões, o que representa um pouco mais de R\$ 500 mil o quilômetro de asfalto, no padrão do Deinfra, ligando Rio Rufino a Urupema.

Este era um assunto que queria deixar esclarecido, com o maior respeito a v.ex.a., deputado. Mas o compromisso continua: se não der aquela licitação, outro... Porque dotação orçamentária existe no Deinfra, que seria a descentralização orçamentária.

Outra questão que eu quero tratar é sobre educação. Hoje, ouvi o deputado Jailson Lima falando sobre a falta de laboratórios de informática nas escolas públicas. Pois bem, quando assumi, deputado, a secretaria de Desenvolvimento Regional de Lages não havia, entre os 46 colégios, meia dúzia com laboratório de informática! O problema da falta de computadores nos colégios não é de hoje. E atualmente, na Regional de Lages, mais de 60% dos colégios, em quatro anos, têm laboratório de informática.

Eu acho que, para uma boa educação, todos os colégios têm que ter laboratório de informática. Mas não é de hoje que o IEE não tem computadores. Não era de agora que 90% das escolas públicas da nossa região não tinham computadores. E hoje 60% delas têm computadores.

Nós podemos ocupar a tribuna e falar quando as coisas não estão acontecendo, quando ninguém está fazendo nada, quando ninguém está arrumando computadores para os colégios, quando ninguém está reformando os colégios, quando ninguém está fazendo nada pela educação!

Eu acho que deve haver computadores em todas as escolas. No mundo moderno, hoje, elas têm que ter computadores, mas não se criam recursos do dia para a noite para, de uma vez só, reformar tudo o que estava caindo, recuperar o que estava abandonado e colocar computadores em todas as escolas, porque isso custa dinheiro!

Mas tenho que ressaltar o que já foi feito na área de informática nos colégios. Para os senhores terem uma idéia, na nossa região, todas as escolas que têm laboratório de informática estão ligadas com banda larga e internet. Todos os colégios! E isso nós temos que falar!

Agora, se o IEE, que é um assunto que quero tocar... E vou deixar bem claro aqui que sou contra a eleição de diretor de escola! E vou debater este assunto em um outro dia, mas nós temos que ter uma posição, e eu tenho: sou contra!

Ontem, eu queria ter falado, mas não deu para me inscrever e, como as galerias estavam lotadas, com certeza eu iria receber muitas vaias. Mas eu iria colocar a minha posição clara contra a eleição de diretores de escolas.

O Sr. Deputado Jailson Lima - V.Ex.a. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Pois não!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Deputado, nós sabemos, com certeza, do seu papel como secretário, da visão que teve no planalto serrano. E, logicamente, eu fui prefeito e sei que ninguém faz tudo e sempre haverá algo mais para fazer, porque quando implantarem um laboratório de informática ali, daqui a cinco, seis ou dez anos esse laboratório já estará ultrapassado. Nós sabemos disso.

Agora, mesmo que tenham sido feitos laboratórios em diversas escolas e mesmo que tenham sido colocados computadores com banda larga ou com banda curta, o Instituto Estadual de Educação não possui um laboratório de informática, estando ao lado da secretaria da Educação, sendo a principal escola pública do estado de Santa Catarina, tendo o maior volume de alunos das escolas públicas da América Latina - pelo menos foi a informação dada aqui ontem, coisa que eu não sabia -, é injustificável, independentemente dos secretários e dos governos que passaram!

Reconheço o que tem sido feito em diversos lugares, onde em escolas pequenas foram colocados computadores; mas, como diz o jornalista Moacir Pereira na sua matéria de hoje, é um crime não ter sido visto isto ao lado da sua casa, no seu vizinho, que é a secretaria de Educação.

Mas quero parabenizá-lo pela postura arrojada de defender publicamente que é contra a eleição de diretores de escolas. Essa é uma posição decisiva e eu o parabeno por isso, porque eu defendo a eleição. Como prefeito, não consegui realizar eleições em todas as escolas do Rio do Sul, confesso, mas iniciei um processo que foi interrompido. E não questiono o governo por ter essa posição, apesar de, em campanha, ter defendido outra coisa. Depois da eleição, sua posição está sendo outra.

Mas faço uma sugestão também: eu li nos jornais, hoje, que há 45 computadores encaixotados na secretaria da Segurança desde 2005. Quem sabe eles possam ser emprestados para a secretaria da Educação para montar no IEE o primeiro laboratório. E vejamos: comprados com o dinheiro do ministério da Justiça, diga-se de passagem!

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Deputado Jailson Lima, eu não represento aqui a vontade do governo; eu expresso aqui o meu pensamento sobre a eleição de diretor. E quero, na semana que vem, explicar os motivos, o porquê. Eu até poderia, antes de ser secretário, pensar que a eleição de diretor fosse o melhor caminho; depois que fui secretário, eu acho que não é mais o melhor caminho. E essa é uma posição minha! Não estou falando em nome de governo e de ninguém, é uma posição minha dizer que sou contra a eleição de diretor de colégio.

Ontem eu ouvi o professor Elói Girardi, que ocupou esta tribuna. E ele falou claro: nós queremos independência. Como é que vai haver gestão para as escolas, se cada diretor vai fazer a sua política? E a política do estado acabou? Não existe mais política educacional? E ele falou aqui que o IEE quer independência. Então, o Instituto vai fazer a sua gestão e o estado irá fazer outra gestão. Portanto, ontem foi mais uma justificativa para eu ser contra a eleição para diretor de escola.

Muito obrigado!  
(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, sr. deputado!

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Reno Caramori, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sra. presidente e srs. deputados, quero anunciar, com muito orgulho, a presença, em nosso plenário, do prefeito Firmino Aderbal Chaves Branco, do município de Campo Belo do Sul. Ele, juntamente com sua comitiva, veio a Florianópolis buscar os devidos, e parcos, recursos para o seu município, porque me parece que as secretarias de Desenvolvimento Regional de lá não dão conta. Então, o prefeito continua deslocando-se até Florianópolis para resolver isso.

Fique à vontade! Depois nós o receberemos em nosso gabinete para trocarmos idéias, prefeito Firmino!

É duro defender o indefensável. O nobre deputado Elizeu Mattos, do planalto serrano, tem, é óbvio, o direito e a obrigação de sair em defesa da secretaria, em defesa do governo. E nós não viemos aqui, em momento algum, criticar o governo. Não é do nosso feito criticar quem quer que seja. Agora, temos a responsabilidade, deputado, de mostrar ao povo de Santa Catarina os erros elementares cometidos por este governo.

Quem do governo não sabe que tem que haver dotação orçamentária para lançar qualquer edital de concorrência pública?! Quem não sabe?! Talvez porque em 2006 era promessa eleitoral e tinha que ser lançado! Não interessava se não havia dotação orçamentária! Não interessava se a licença ambiental estava vencida! Não interessava se era competência da secretaria, se lhe fora repassada a competência pelo Deinfra! Interessava que o povo tinha que acreditar que a obra do Rio Rufino ia sair!

Não é por aí! Nós temos que ter, pelo menos, respeito com o povo. E por isso que eu faço este registro não como o deputado Reno Caramori, mas como presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano da Assembléia Legislativa. É obrigação minha.

Não venho aqui, sob hipótese alguma, criticar, até porque eu quero cumprimentar o governo que, após um longo e tenebroso inverno, verão, outono e primavera, mais uma vez vai a Timbó Grande para o reinício das obras paralisadas logo depois da eleição. Logo depois da eleição parou tudo! Até a eleição havia uma patrulhinha, uma caçamba, uma carregadeira e meia dúzia de servidores da empreiteira tocando a obra. Terminou a eleição, parou a estrada!

Elu está intransitável! Quem conhece a estrada da BR-116 a Timbó Grande pensa que lá é o caminho para o inferno. É claro que chegando lá, todos vêem que Timbó Grande não é o inferno, mas o caminho é para o inferno porque não há quem transite por ele. A ambulância, para chegar em Florianópolis, deputado Elizeu Mattos, faz a volta por Caçador. Então, percorre quase 100 quilômetros a mais porque está intransitável aquela estrada, ainda mais transportando doentes.

Então, parece-me que no próximo sábado serão retomadas as obras da SC-478 de Timbó Grande. Essa obra teve seu início, deputado Elizeu Mattos - v.ex.a. é um guri e talvez não saiba disso -, no governo do falecido saudoso Wilson Kleinübing; quando se afastou para concorrer ao Senado e assumiu como governador Antônio Carlos Konder Reis, que era o seu vice, nós fomos a Timbó Grande entregar a ordem de serviço. Quando o governador Paulo Afonso assumiu, cancelou a obra e ficou tudo parado. Aí voltou o grande tocador de obras, Esperidião Amin, que teve que refazer todo o projeto, inclusive o projeto ambiental, e buscar, junto ao BID-III, a quitação das contas do ex-governador Paulo Afonso, para que o presidente daquele banco autorizasse a retomada das negociações com Santa Catarina, que não tinha mais crédito nem para comprar um prego.

Após dois anos, regularizada a situação do estado com o BID, pela conta deixada pelo então governador Paulo Afonso, o ex-governador Esperidião Amin conseguiu assinar um novo convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento, no qual essa obra foi incluída. Um prova disso tem o deputado Romildo Titon, que foi o único deputado da Oposição à época, que permaneceu no plenário para que pudéssemos votar o requerimento que permitia a discussão e a votação do projeto que dava condições ao governo de efetuar um convênio com o BID. O único deputado que permaneceu naquela cadeira foi o deputado Romildo Titon, para que houvesse quórum para a votação desse projeto, porque os demais se retiraram do plenário.

Essa obra foi licitada, foram refeitos os dois projetos, tanto o técnico, de engenharia, quanto o ambiental. Licitada a obra no final do governo de Esperidião Amin, início do governo atual, na sua primeira administração, deu-se início à obra. Já faz quatro anos. Ele parou várias vezes a obra, dando sempre uma desculpa para isso, e o povo de Timbó Grande continuava a sofrer, pois morria muita gente no caminho quando não dava a volta por Caçador para chegar a Florianópolis e assim por diante. E as empresas de Timbó Grande, celeiro de Santa Catarina na produção de madeira, as várias indústrias que lá plantam os seus pinhais, as suas florestas, transformaram também, a exemplo do Hermes Bonetti... Eu tenho pena desse empresário, que acreditou muito no governador Luiz Henrique da Silveira, ou seja, que ele iria fazer a obra no primeiro ano de mandato. Mas faz quatro anos e quatro meses que estão aguardando para que a obra seja concluída. Mas eu lhe disse: "Sr. Hermes, tenha mais um pouquinho de paciência, talvez um dia essa obra seja concluída. Espero que isso aconteça."

Mas não é só isso, muitas outras obras da descentralização não funcionaram. Vou dar-lhes mais um exemplo. Lá na minha terra há mato nas cabeceiras das pontes sobre o rio Caçador, no acesso norte que liga à rodovia SC-303, sentido Porto União/Lebon Régis. A ponte está pronta, condição *sine qua non* do governo do estado, mas as bracingas estão crescendo nas cabeceiras. Espero que não estejam indo lá agora para roçar. Até vou mandar fotografar hoje, antes que o deputado Elizeu Mattos ligue para lá pedindo para roçarem, que vai aparecer o mato roçado na fotografia. Mas mesmo assim nós vamos mostrar a roçada, porque não é corte, é uma roçada, pois o mato já está tomando conta das duas cabeceiras, aliás, não existe cabeceira, é ponte.

Deputado Elizeu Mattos, eu não vim aqui criticar o governo, são constatações, e quando se constata alguma coisa, o parlamentar tem a obrigação de trazer a público a questão, sob pena de ser taxado de conivente ou omissivo. Não desejamos fazer isso, queremos fazer o nosso trabalho como parlamentar.

O edital dessa obra de Rio Rufino e de Urupema, a que eu me referi antes, foi publicado no expediente do dia 11 de dezembro de 2006. Só quero registrar isso. Então, não justifica. Talvez no afogadilho de fim de ano, por causa das festas de Natal, esqueceram das obrigações ou dos procedimentos legais que deveriam ser observados, quando se trata da aplicação do dinheiro público. Dinheiro público é dinheiro sagrado, é dinheiro do povo! Esse povo que está aqui é que trabalha, pois tudo que tem é fruto do seu trabalho; esse povo luta para arrecadar os tributos para que o estado, a União e os municípios apliquem legal e devidamente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Pois não!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Eu agradeço a v.exa. pelo aparte.

Deputado, talvez eu não consiga responder a v.exa. como gostaria, mas uma coisa tem de ficar clara: o problema da estrada de Timbó Grande é questão de abandono da empresa. A empresa abandonou a obra na BR-101, em Capinzal, e não quer mais tocá-la. O que o governador vai fazer agora? Então, tem que ficar bem claro que não foi por falta de recursos, não foi pelo fato do governo não querer dar continuidade à obra, foi a empresa que abandonou a obra.

Eu quero dizer, ainda, para concluir, que achava que obra dava voto, dava muito voto, e v.exa. acabou de dizer que o seu governador foi um grande tocador de obras, mas não ganhou a eleição. E eu pensava que obra dava voto.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Talvez só obra não faça a pessoa ganhar a eleição. Existem outras atitudes, como essa das promessas, que talvez sejam mais bem-vindas.

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Nilson Gonçalves, por até dez minutos.

(Pausa)

Na ausência do deputado Nilson Gonçalves, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente e srs. deputados, eu trouxe, hoje, aos nossos telespectadores a relação das universidades de Santa Catarina que participam do art. 170 e que assinaram convênio, através do secretário de estado da Educação Paulo Bauer, para receber as verbas destinadas à educação. Então, a partir do final do mês de maio, por oito meses consecutivos, elas receberão a parcela dessa verba durante o ano de 2007.

(Passa a ler.)

"A Univali, por exemplo, de Itajaí, com 24.000 alunos, através desse convênio, receberá R\$ 5.737.311,00; a Unisul, de Tubarão, com 23.111 alunos, receberá, por convênio, R\$ 5.466.933,00; a Furb, de Blumenau, com 11.547 alunos, receberá R\$ 2.731.456,00; a Unesc, de Criciúma, com 8.903 alunos, receberá R\$ 2.106.015,00; a Univille, de Joinville, com 8.226 universitários matriculados, receberá R\$ 1.945.870,00; a UnoChapécó, de Chapécó, com 7.657 universitários, receberá R\$1.811.272,00; a Unoesc, de Joaçaba, e todos os seus demais *campi*, com 13.706 universitários, receberá R\$ 3.242.170,00; a Uniplac, de Lages, com 4.264 universitários, receberá R\$ 1.008.654,00; a Unerj, de Jaraguá do Sul, com 3.473 alunos, receberá R\$ 821.542,00; a Unidavi, de Rio do Sul, com 3.274 universitários, receberá R\$ 774.468,00; a UnC, de Caçador (todos os *campi*), com 11.913 alunos, receberá R\$ 2.818.033,00; a Unifebe, de Brusque, com 2.415 alunos, receberá R\$ 571.271,00; a Febave, de Orleans, com 701 universitários, receberá R\$ 165.822,00."

Essa é a relação das faculdades do Sistema Acafe que, totalizando, têm 123.444 alunos e o total de repasses corresponde a mais de R\$ 29.200.817,00. Além dessa relação do Sistema Acafe, através do art. 170, temos uma outra listagem maior em nominata, porém menor em valores, até porque os alunos estão mais diluídos nas instituições particulares.

As instituições particulares oferecem vagas para 48.049 alunos universitários. O sistema particular participa com uma proporção menor, conforme a regulamentação do art. 170, e elas vão receber R\$ 3.244.535.

Quero aqui fazer rapidamente a leitura das faculdades do sistema particular que também são extremamente importantes, porque, como já dissemos desta tribuna, se somarmos as instituições particulares com as instituições do Sistema Acafe, teremos à disposição mais de 100 mil vagas ditas ociosas nesses dois sistemas, que poderiam ser utilizadas tanto pelo governo do estado quanto pelo governo federal, para abrir um grande número de vagas a muitos universitários que hoje estão fora da faculdade porque não têm como pagar. Santa Catarina tem muitas vagas, mais de 120 mil vagas ociosas, que não estão sendo preenchidas não por falta de alunos, mas por falta de dinheiro ou de aluno que tenham condição de bancar essa faculdade.

O art. 170, como li aqui, atende ao Sistema Acafe e também às universidades particulares, porém não atende ainda, naturalmente, a real necessidade de muitos alunos que precisam estudar. Só para v.exas. terem uma idéia, eu vou citar a relação de vagas ociosas nas nossas universidades, nas instituições de ensino superior.

A Furb, de Gaspar, tem 116 vagas ociosas; a Furb, de Blumenau, tem 4.691 vagas ociosas; a UnC, de Caçador, tem 1.429 vagas ociosas. Na universidade de Fraiburgo há 202 vagas ociosas. Na universidade de Porto União há 483 vagas ociosas e na universidade de Canoinhas há 2.015 vagas ociosas. Somando todos os *campi* da UnC, em Santa Catarina, há 8.873 vagas ociosas. A Unerj, de Jaraguá do Sul, tem 1.258 vagas ociosas; a Unesc, de Criciúma, tem 2.108 vagas ociosas; a Unidavi, de Orleans, tem 309 vagas ociosas; a Unidavi, de Rio do Sul, somando Ituporanga, Taió e Presidente Getúlio, tem 1.118 vagas ociosas; a Unifebe, de Brusque, somando Brusque e Nova Trento, tem 1.399 vagas ociosas; a Uniplac de Campo Belo do Sul, somando Lages, São Joaquim e Urubici, tem 1.715 vagas ociosas; a Unisul, considerando Araranguá, Içara, Grande Florianópolis, Braço do Norte, Imbituba e Tubarão, tem 13.077 vagas ociosas; a Univali, considerando Balneário Camboriú, Itajaí, Tijucas, São José e Balneário, tem 10.408 vagas ociosas; a Univille, considerando Joinville, São Bento do Sul e São Francisco do Sul, tem 2.804 vagas ociosas também; a UnoChapécó, considerando Chapécó, Xaxim e São Lourenço do Oeste, tem 1.853 vagas ociosas.

Para encerrar, sra. presidente, só o Sistema Acafe tem mais de 53.000 vagas ociosas, vagas essas que não são ocupadas por falta de condições financeiras dos nossos universitários.

Santa Catarina está relativamente bem em número de universitários nas universidades, mas ainda está longe de atingir o seu ideal.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Edson Piriquito, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Sra. deputada, srs. deputados, pessoas que aqui estão nas galerias da Assembleia Legislativa, pessoas que nos assistem através da TVAL, que nos ouvem pela Rádio Alesc Digital, a minha saudação.

Quero cumprimentar, especialmente, os acadêmicos do curso de Direito de Lages. Eu sou acadêmico também, desde 1989, da Univali, mas ainda não tive o privilégio de me formar, como v.exas. Acabei iniciando uma faculdade, um novo curso de Administração Pública há pouco tempo e o curso de Direito acabou ficando um pouco para trás. Mas tenho ainda um sonho de me formar bacharel em Direito e, quem sabe um dia, poder militar nas searas da Justiça.

Eu creio, deputado Elizeu Mattos, que terminamos a semana legislativa muito bem. A Oposição, como sempre, fazendo o seu combate sistemático, às vezes redundante, sobre assuntos já tão discutidos nesta Casa. Eu conversava, inclusive, com v.exa. e nós identificávamos a forma de atuação da Oposição. Em alguns assuntos, deputada Ana Paula Lima, quando o governo concede algum direito, ela nos combate porque concedemos aquele direito. Quando nós percebemos que aquilo que estávamos concedendo ou que aquela ação deveria ser revista e temos a grandeza de revê-la, ela nos combate porque estamos revendo as ações e agindo para corrigi-las.

Mas esse é o jogo da Casa Legislativa, isso faz parte do processo e nós entendemos isso com muita naturalidade.

Mas há um assunto que eu quero deixar bem claro aqui para a sociedade catarinense, que é a questão da videoloteria, que tem sido aqui bandeira, tem dado planaque principalmente ao deputado Kennedy Nunes, não sei se pelo fato de s.exa. ser líder evangélico e ser totalmente contrário aos jogos ou pelo fato dele atuar sistematicamente orientado pelo seu guru, o ex-governador Esperidião Amin, que deve dizer-lhe: vá lá para a Casa Legislativa e faça o seu papel, mas bata, não deixe correr frouxo por lá, porque senão eles vão trabalhar muito mais e daí mesmo é que nós não conseguiremos mais voltar. É como disse o deputado Elizeu Mattos: "Por duas vezes já tentaram voltar e não conseguiram".

Tenho aqui hoje a missão de esclarecer esse assunto de uma vez por todas. Não quero entrar no mérito da matéria e dizer que sou a favor do caça-níquel. Não estou aqui dizendo que o governo acerta quando tenta regulamentar o jogo no estado, mas também não quero deixar aqui o governo como criminoso, principalmente porque ainda não foi julgado. Quer dizer, o governo recuou de um ato, está revendo o decreto e vai representá-lo ou não com uma nova formulação. Mas aqui no plenário já foi condenado. Existe uma interferência de poderes, o Legislativo virou Judiciário e acabou condenando o governador Luiz Henrique da Silveira como criminoso.

Quero voltar aos idos do ano 2000 e citar a Lei n. 11.348, de 17 de janeiro de 2000. Sobre o que versa essa lei? Pasmem os senhores.

(Passa a ler.)

"Dispõe sobre o serviço de loterias e jogos e diversões eletrônicas do Estado de Santa Catarina e adota outras providências."

E a lei tem diversos artigos, mas vou reportar-me a apenas um. Precisamente ao art. 6º, que no seu inciso III diz:

(Continua lendo.)

"III - Videoloteria - equipamentos de apostas eletrônicas e eletromecânicas que operam com fichas, moedas, cédulas, cartões magnéticos e sistemas de créditos ou qualquer outra forma de identificação e quantificação das apostas." [sic]

Vejam só os senhores, em 2000, quem era o governador do momento? Quem é o guru do deputado Kennedy Nunes? Quem é o orientador da linha de atuação do deputado Kennedy Nunes?

Chego lá no final da lei e vejo que era Esperidião Amin Helou Filho. Ele era o governador do estado e foi ele quem sancionou e regulamentou a lei. Então, mesmo ao arrepio do governo federal, fez a lei, oficializou o jogo em Santa Catarina, oficializou o caça-níquel e não continuou porque houve uma adin, uma ação direta de inconstitucionalidade, que acabou derrubando a força dessa lei.

Srs. deputados, quando estão no governo, comportam-se de uma maneira, quando estão fora do governo, comportam-se de outra maneira e ficam olhando para a câmera, gesticulando, porque eles têm uma eloquência muito forte, preparam-se, fazem cursos de oratória e vêm a esta tribuna, deputado Elizeu Mattos, fazer de conta que são puritanos, que são paladinos da justiça, que estão acima do bem e do mal, comportam-se como deuses. E o pior é o seguinte: eles próprios acreditam nisso. Eles não são seres normais como nós, passíveis de erros e acertos. Eles estão acima de tudo.

Eu até falei aqui que o partido deles não deveria ser PP, deveria ser RP - Raça Pura. Num passado muito distante, nós tivemos a infelicidade de conviver com uma pessoa que também achou que iria criar a raça ariana (não tenho nada contra ninguém, nem contra nenhuma raça, nem contra credo) e acabou disseminando o mal pelo mundo e muitas pessoas morreram. A suástica era o seu símbolo. Ele achava que era o representante da raça pura e vocês sabem o resultado desse comportamento.

Então, uma vez mais eu digo que nós temos defeitos, gente do céu! Nós temos defeitos, sabiam disso? Nós somos seres humanos iguais a vocês. Nós não somos detentores de todas as idéias acertadas. Não somos, não! Mas querer incriminar um governo que tem trabalhado seriamente, querer incriminar um governador que não cometeu crime nenhum, querer interferir num poder e querer mexer com a cabeça daquela pessoa que está lá distante, lá na ponta, é demais! Imaginem uma pessoa simples, uma pessoa humilde que está lá na sua casa, que nos assiste através da TVAL, o que é que ela pensa?! Que governo bandido! Eu já disse isso diversas vezes e pensei que iria acabar!

Mas está aqui a prova do que eles fizeram quando foram governo. E quero falar com você, que é evangélico, que mora lá em Joinville, principalmente: peça para o deputado Kennedy Nunes, líder espiritual e religioso de Joinville, dizer quem foi que orientou o então governador Esperidião Amin a liberar o caça-níquel em Santa Catarina, meu Deus do céu? Será que foi o deputado Joares Ponticelli? Ou será que foi o próprio Kennedy Nunes, querendo ascender a deputado estadual? Não se sabe. Ou será que foi idéia do próprio Amin?

Então, querer fazer discurso pelo discurso, com licença, vocês tiveram diversos erros. Nem vou falar da questão das obras paradas porque nós pegamos o estado, em 2003, endividado, quebrado. Mas isso é motivo para outro dia de discurso, deputado Elizeu Mattos, v.exa. foi secretário de Desenvolvimento Regional e sabe disso. O estado estava no cartório e até arrumar a casa demora.

Na rede educacional, vocês que são estudantes têm que saber disto, das 1.324 escolas estaduais, praticamente 80% estavam sucateadas. As que foram construídas, foram no com material de quinta categoria e hoje estão sendo interditadas, sim, pois estão vendo nos noticiários. Mas uma escola não se corrói em quatro anos, não. Demora mais, construíram com material sem qualidade e é claro que uma hora vai estourar.

Mas nós estamos aqui nos dedicando seriamente, dia a dia, para fazer com que o nosso estado seja cada vez mais um estado melhor, para que as pessoas tenham mais oportunidades. Não queremos criar só o primeiro emprego, queremos dar a oportunidade do primeiro negócio, queremos dar oportunidade ao profissional liberal, queremos dar oportunidade a todos os catarinenses, desde o mais humilde agricultor ao policial militar, que nos defende bravamente, aqui muito bem representado pelo deputado Sargento Amauri Soares.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO EDSON PIRIQUITO - Não sei se é possível ainda conceder esse aparte, mas concedo e v.exa. tem todo o direito de finalizar.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Deputado Edson Piriquito, eu gostaria que v. exa. trouxesse esse assunto em uma outra sessão, porque, na verdade, o bom de debater é com a presença de mais deputados. As pessoas que nos visitam vêm aqui três, quatro deputados e nós hoje não temos nem com quem debater, porque aqueles que contam uma mentira, fogem do plenário e nós não conseguimos nem debater os assuntos que são inventados, às vezes, dessa tribuna.

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, sra. presidente, por essa oportunidade de homenagear todos os policiais militares de nosso estado, pois no dia 5 de maio, depois de amanhã, a nossa gloriosa Polícia Militar completará 172 anos de história. Então, quero fazer o registro, parabenizar todos os policiais militares e também os bombeiros militares do nosso estado, que até recentemente faziam parte da mesma instituição.

Gostaria ainda, com a permissão de v.exa., de dizer que no dia de amanhã vamos ter uma formatura no centro de ensino da Polícia Militar e ocorrerão outras no estado inteiro, ocasião em que haverá a promoção de mais de 160 praças tanto da Polícia Militar, quanto do Corpo de Bombeiro, totalizando mais de 2.000 promoções nos últimos dois anos.

Gostaria de agradecer ao governo do estado, não há como não citar isso, a todas as autoridades do governo, por essa mobilização que houve e que está havendo dentro das nossas corporações. E nós vamos continuar essa batalha, vamos continuar essa luta.

Quero parabenizar, por fim, os mais de 160 praças que serão promovidos no dia de amanhã e parabenizar todos os policiais e os bombeiros militares pelos 172 anos da nossa Polícia Militar.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sra. presidente, além de cumprimentar os alunos da Facvest, quero aqui registrar a presença da vereadora do município de Capão Alto, que visita este Parlamento.

Também gostaria, sra. presidente, de comunicar que amanhã nós estaremos fazendo a primeira audiência pública no interior da Coxilha Rica, um dos lugares mais bonitos deste estado, onde se localiza a primeira área de preservação ambiental de iniciativa privada. Será amanhã, a partir das 10h, na localidade de São Jorge, na Coxilha Rica, e convidamos todos aqueles que se interessarem pelo assunto a lá comparecerem. Essa questão será, inclusive, na semana que vem, matéria de pronunciamento nosso nesta Casa, ocasião em que abordaremos o que é uma área de preservação ambiental e diremos o motivo pelo qual a iniciativa privada está criando essa APA, que nasce não de cima para baixo, mas através dos proprietários, dos agentes da Coxilha Rica.

Gostaria de fazer este registro e de convidar todos os parlamentares, aqueles que nos ouvem e os que nos visitam para fazerem parte desse momento ímpar para a história da nossa Coxilha Rica.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, aos srs. deputados.

Feito os devidos registros, de acordo com o art. 108 do Regimento Interno, a Presidência comunica que são as seguintes as matérias destinadas à Ordem do Dia da 35ª Sessão Ordinária, de 8 de maio de 2007:

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0079/2007;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei Complementar n. 0003/2007;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0118/2007;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0080/2007.

Srs. parlamentares, sras. deputadas, não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.



## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### MENSAGEM GOVERNAMENTAL

#### ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 098

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me é outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que sancionei o autógrafo do projeto de lei complementar que "Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado", vetando, contudo, o art. 13 e o inciso VI do parágrafo único do art. 15, por serem inconstitucionais.

O parecer da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, o qual acato e permito-me incluir como parte integrante desta Mensagem, fornece os elementos justificadores do veto.

Florianópolis, 03 de maio de 2007

**LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA**  
Governador do Estado

*Lido no Expediente*

*Sessão de 09/05/07*

#### SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO

##### GABINETE DO SECRETÁRIO

##### CONSULTORIA JURÍDICA

Processo Nº 038/2007

Processo ISSP 2938/073

Interessado: Diretor-Geral da SSP

Assunto: Autógrafo de projeto de Lei Complementar chie "dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado".

Senhor Diretor-Geral,

O Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação solicitou emissão de parecer técnico por esta Pasta acerca do Autógrafo do Projeto de Lei Complementar nº 018/07, que "dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado".

Como bem ressaltou a autoridade supracitada, nos termos do artigo 54. § 1º, da Constituição do Estado, a matéria deve ser apreciada sob duas vertentes: A constitucionalidade e o interesse público.

Quanto ao aspecto específico da constitucionalidade, esta COJUR entende que algumas emendas apresentadas pela Casa Legislativa modificadoras do aludido projeto ofendem os preceitos do art. 50, § 2º, II e IV da Constituição do Estado, *in verbis*:

*"Art. 50 - A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, no forma e nos casos previstos nesta constituição.*

*§ 2º - São de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:*

*II - a criação de cargos e funções públicas na administração direta autárquica e fundacional ou o aumento de sua remuneração;*

*IV - os servidores públicos do Estado, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade, aposentadoria de civis, reforma e transigência de militares para a inatividade;*

Assim, não poderia a Casa Legislativa aplicar alterações rio projeto em comento, sob pena de incidir em vícios formais, portanto, implicando em inconstitucionalidade.

Respeitante à vertente material, verifica-se que uma das alterações promovidas deve ser considerada incongruente e atentatória ao interesse público. Trata-se da modificação realizada com relação à idade máxima permitida para integrar o CTISP. Foi alterado o padrão proposto pelo Poder Executivo, que era de 70 anos para todos os servidores, idade de aposentadoria compulsória, conforme CF. exceto para os militares:

Ao invés de 70 anos, a Assembléia Legislativa substituiu pelas idades máximas de permanência na reserva remunerada dos militares catarinenses, consoante prevê o art. 109 do seu estatuto (Lei nº 6.218. de 10 de fevereiro de 1983). conforme redação abaixo:

*art. 109. O policial-militar será reformado quando:*

*1 - atingir as seguintes idades limites de permanência na reserva remunerada:*

*para oficial superior: 64 anos;*

*para capitão e oficial subalterno: 60 anos;*

*para praças: 56 anos.*

*II - For julgado incapaz definitivamente para o serviço ativo da Polícia Militar.*

*III - estiver agregado por mais de 02 (dois) anos consecutivos ou não, por ter sido julgado incapaz temporariamente, mediante homologação da Junta de Saúde, ainda que se trate de moléstia curável;*

*IV -for condenado a pena de reforma previsto no Código Penal Militar. por sentença transitada e julgado;*

*V - sendo oficial e tiver delerrinado o Tribunal de Justiça do Estado em julgamento por ele efetuado em consequência da decisão do Conselho de Justificação;*

*VI - sendo aspirante-a-oficial ou praça com estabilidade assegurada. e tiver determinado o Comandante-Geral da Polícia Militar. após o julgamento por ele efetuado, em consequência da decisão do Conselho de Disciplina;*

*Parágrafo único. O policial-militar reformado na formados itens V e VI só poderá readquirir a sim situação anterior respectivamente, por outra sentença de órgãos Judiciário competente ou por decisão do Cmt Geral da Polícia Militar.*

(Observação: embora o texto mencione apenas policiais militares. também é aplicável aos bombeiros militares. por força da Emenda Constitucional nº 33/2003).

Essa alteração implantada criou diversas inconsistências ao texto como um todo. Senão vejamos:

a) a alteração cita todo o art. 109. quando bastaria o inciso I, b) no art. 1º, § 1º. I do Autógrafo, informa que os militares reformados por idade podem participar do Corpo Temporário e o art. 13 c/c inciso VI do parágrafo único do art. 15 vedara essa possibilidade: e.

c) a mais grave inconsistência, no entanto, é que a remessa ao Estatuto que ampara apenas os militares estaduais não possibilita a aplicação da regra aos demais servidores da Segurança Pública, ficando aliás. essas outras categorias. sem referencial de idade máxima;

Cite-se ainda que os militares têm um padrão especial ele aposentadoria, havendo idades máximas de permanência na ativa e idades máximas de permanência na reserva remunerada.

Deve ser indigitada, também. a informalidade acrescentada pela Casa Legislativa no art. 16, *in fine*, cuja regra de proporcionalidade atinge somente aos militares estaduais, esquecendo-se dos demais integrantes do CTISP.

Muito embora seja apontado tal equívoco. o veto parcial é inexecutável e não pode ser proposto para somente atingir a parte final do art. 16, por força do que preceitua o § 2º do art. 66 da Carta da Republica. Sugere-se. assim. apresentação posterior de proposta de Lei Complementar para adequar o texto legal publicado ao interesse da Administração Pública.

Esclareça-se, por oportuno. que houve mais urna emenda transformando o texto original que diz respeito às atividades que os militares estaduais inativos do Corpo ele Bombeiros Militar, pertencentes ao CTISP, podem realizar. O projeto redigido pelo poder Executivo dispunha que ao mencionados integrantes seria reservado, cm casos excepcionais, a guarda e os serviços internos na Corporação.

Contudo, verifica-se que emenda parlamentar acrescentou ao rol de atribuições dos militares estaduais inativos do Corpo de Bombeiros Militar grande parte das atribuições destinadas aos militares estaduais inativos da Polícia Militar.

A respeitante modificação deverá ser avaliada sob os aspectos da oportunidade e conveniência, medida adstrita ao juízo do Administrador e que está afastada da incumbência deste setor jurídico.

Sem maiores delongas, cabe aduzir que os vícios de iniciativa legislativa indigitados levam, de pronto, à pecha de inconstitucionalidade de alguns dispositivos examinados, em face da quebra do Princípio fundamental da Autonomia dos Poderes do Estado (art. 32, da Constituição do Estado), segundo o qual um Poder não pode imiscuir-se. de direito e de fato, nas atribuições constitucionais e legais de outro Poder, como ocorreu no presente caso, conforme demonstrado.

Pelo exposto, no tocante à competência desta Pasta para analisar a presente matéria, sugere-se o veto parcial do P.L.C. examinado, referente aos seguintes dispositivos:

- art. 13; e,

- inciso VI, do parágrafo único do art. 15.

É o parecer, S.M.J., que encaminho a Vossa Excelência para sua judicious apreciação e posterior deliberação.

Florianópolis, 23 de abril de 2007.

Hercilio Emerich Lentz  
Consultor Jurídico

**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO**  
**GABINETE DO SECRETÁRIO**

**DESPACHO**

Acolho o Parecer nº 038/2007 da COJUR desta Pasta.

Oficie-se ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Coordenação e Articulação encaminhando-lhe a respeitante manifestação.

**Ronaldo José Benedet**

Secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão  
 AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N. 018/07

Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituído o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública - CTISP.

§ 1º O Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública será constituído por:

I - militares estaduais da reserva remunerada ou reformados por idade;

II - policiais civis aposentados por tempo de serviço;

III - integrantes do Instituto Geral de Perícias, aposentados por tempo de serviço; e

IV - agentes prisionais e monitores aposentados por tempo de serviço.

§ 2º Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública atuarão dentro das seguintes atividades:

I - para os militares estaduais inativos da Polícia Militar:

a) assessoria militar e guarda nas sedes dos Poderes Estaduais;

b) assessoria militar e guarda na sede do Tribunal de Contas do Estado;

c) assessoria militar e guarda na sede do Ministério Público Estadual;

d) guarda nos edifícios-sede do Poder Judiciário e do Ministério Público nas Comarcas;

e) assessoria militar e guarda nas Secretarias de Estado;

f) assessoria militar e guarda na Procuradoria Geral do Estado;

g) excepcionalmente, guarda e serviços internos na Polícia Militar;

h) excepcionalmente, guarda em estabelecimentos escolares;

i) excepcionalmente, para o atendimento de casos específicos, serviço de segurança pessoal de:

1. membros do Poder Legislativo Estadual e dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

2. membros do Poder Judiciário Estadual;

3. membros do Ministério Público Estadual;

4. Secretários de Estado; e

5. Procurador-Geral do Estado;

II - para os militares estaduais inativos do Corpo de Bombeiros Militar:

a) assessoria militar e guarda nas sedes dos Poderes Estaduais;

b) assessoria militar e guarda na sede do Tribunal de Contas do Estado;

c) assessoria militar e guarda na sede do Ministério Público Estadual;

d) guarda nos edifícios-sede do Poder Judiciário e do Ministério Público nas Comarcas;

e) assessoria militar e guarda nas Secretarias de Estado;

f) assessoria militar e guarda na Procuradoria Geral do Estado;

g) excepcionalmente, guarda e serviços internos no Corpo de Bombeiros Militar;

III - para os policiais civis aposentados:

a) excepcionalmente, serviços internos na Polícia Civil;

b) excepcionalmente, para o atendimento de casos específicos, serviço de segurança pessoal de:

1. membros do Poder Legislativo Estadual e dos Conselheiros do Tribunal de Contas;

2. membros do Poder Judiciário Estadual;

3. membros do Ministério Público Estadual;

4. Secretários de Estado; e

5. Procurador-Geral do Estado;

IV - para os aposentados do Instituto Geral de Perícias, excepcionalmente, serviços internos na sede do órgão e suas descentralizações;

V - para os servidores aposentados do Sistema Prisional, excepcionalmente, serviços internos nos órgãos do Sistema; e

VI - para os servidores aposentados do Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator, excepcionalmente, serviços internos nos órgãos do Sistema.

§ 3º Em relação aos serviços internos desenvolvidos na sede da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, poderão ser designados integrantes inativos de quaisquer dos grupos de servidores que a compõe.

§ 4º Caso algum Grupo não possua servidor inativo interessado na designação, excepcionalmente poderão ser designados integrantes de outro Grupo.

Art. 2º O Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública ficará administrativamente vinculado:

I - ao órgão de pessoal da Polícia Militar, em relação aos policiais militares;

II - ao órgão de pessoal do Corpo de Bombeiros, em relação aos bombeiros militares; e

III - ao órgão de gestão de recursos humanos da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, em relação aos servidores da Polícia Civil, Instituto Geral de Perícias, Sistema Prisional e Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator.

Parágrafo único. As Corporações e órgãos citados neste artigo manterão cadastro atualizado dos inativos interessados em ingressar no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

Art. 3º O planejamento e a supervisão do emprego do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública far-se-á de acordo com o regulamento desta Lei, a ser estabelecido por meio de decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O regulamento previsto no *caput* deste artigo especificará, em especial, o seguinte:

I - critérios para inscrição e formação dos cadastros;

II - padrões de treinamento;

III - normas de divulgação aos inativos;

IV - critérios para uso de farda, no caso específico dos militares estaduais;

V - critérios para uso de armamento; e

VI - forma dos atos de designação e dispensa dos inativos que aderirem ao Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

Art. 4º Havendo interesse na designação, o Chefe dos Poderes Legislativo e Judiciário, o Procurador-Geral de Justiça ou o Presidente do Tribunal de Contas do Estado apresentarão proposta fundamentada, que será submetida ao Chefe do Poder Executivo para autorizar a liberação dos inativos.

Art. 5º Observadas as disposições do artigo anterior, é da competência do órgão beneficiado pela prestação de serviço a designação do inativo, que será de livre escolha da respectiva autoridade dentre aqueles cadastrados em cada Corporação ou órgão de segurança pública para atuar no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública.

Parágrafo único. A dispensa do inativo designado poderá ocorrer a qualquer tempo por meio de ato administrativo próprio editado pela mesma autoridade competente para proceder à designação.

Art. 6º A situação funcional do inativo designado para compor o Corpo Temporário da Segurança Pública reveste-se das mesmas características do emprego ou função de confiança de livre designação e dispensa, na forma prevista no art. 21, inciso I, parte final, da Constituição do Estado.

Art. 7º O servidor ou militar estadual inativo, designado nos termos da presente Lei, não sofrerá alteração em sua situação jurídico-funcional, e durante a designação fará jus a:

I - retribuição financeira;

II - uniforme e equipamentos, quando for o caso;

III - alimentação;

IV - diárias e transporte, quando em deslocamento em face da realização de tarefas fora da sede; e

V - férias.

Art. 8º Os inativos integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública designados terão assegurada, enquanto permanecerem nesta situação, retribuição financeira paga mensalmente, correspondente a um terço do valor dos respectivos proventos, isenta do desconto previdenciário, sujeita aos impostos gerais na forma da legislação em vigor.

§ 1º A percepção do valor estabelecido no *caput* deste artigo corresponderá ao exercício das atividades em regime de quarenta horas semanais, que poderá ser exercido em escala de revezamento.

§ 2º A retribuição financeira de que trata o *caput* deste artigo não será base de cálculo para quaisquer vantagens, inclusive as decorrentes de tempo de serviço, e não será passível de incorporação.

Art. 9º O uniforme e o equipamento, no caso dos militares estaduais, serão de uso regulamentar, segundo os padrões da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar.

Art. 10. Os integrantes do Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública designados terão direito à alimentação, quando for o caso, e à percepção do auxílio-alimentação, nos mesmos padrões pagos aos integrantes ativos do órgão beneficiário do serviço.

Art. 11. As diárias e o transporte serão proporcionados nas condições e valores estabelecidos na legislação para a mesma situação hierárquica em atividade.

Art. 12. A designação será por prazo certo, em período que não exceda a dois anos, podendo ser renovada por igual período.

Parágrafo único. Concluída a tarefa antes do prazo previsto no ato de designação, o servidor designado será dispensado ou a ele será atribuído outro encargo de interesse público, respeitando o prazo estabelecido no *caput* deste artigo.

Art. 13. A idade máxima permitida para a designação e permanência no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública será de acordo com o previsto no art. 109 da Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983.

Parágrafo único. A inscrição do candidato no Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública não gera por si só qualquer direito à designação.

Art. 14. Os designados ficam sujeitos:

I - ao cumprimento das normas disciplinares em vigor nas suas Corporações e órgãos, nos moldes do serviço ativo; e

II - às normas administrativas e de serviço em vigor nos órgãos onde tiverem atuação.

Art. 15. Os servidores designados podem ser dispensados:

I - a pedido; e

II - *ex officio*.

Parágrafo único. A dispensa *ex officio* ocorrerá nas seguintes situações:

I - por conclusão do prazo de designação;

II - por ter cessado o motivo da designação;

III - por interesse ou conveniência da Administração;

IV - por ter obtido dispensa de saúde por mais de sessenta dias no período de um ano;

V - por ter sido julgado fisicamente incapaz para o desempenho da designação, em inspeção realizada por junta médica, a qualquer tempo; e

VI - por ter completado a idade limite prevista no art. 109 da Lei nº 6.218, de 1983.

Art. 16. O número máximo de inativos designados não poderá ultrapassar a 10% (dez por cento) do efetivo previsto em cada Corporação ou órgão, observada a proporcionalidade do número de oficiais e praças correspondente ao efetivo.

Art. 17. As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias de cada Poder, entidade ou órgão beneficiado pela prestação do serviço.

Parágrafo único. Nas despesas de que trata o *caput* deste artigo, incluem-se:

I - retribuição financeira;

II - diárias e transporte;

III - alimentação e auxílio à alimentação;

IV - fardamento;

V - equipamento;

VI - viaturas;

VII - treinamento; e

VIII - armamento.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Ficam revogadas a Lei nº 9.903, de 3 de agosto de 1995, a Lei nº 12.384, de 16 de agosto de 2002 e a Lei nº 13.718, de 2 de março de 2006.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 10 de abril de 2007

Deputado Julio Garcia - Presidente

Deputado Valmir Comin - 2º Secretário

Deputado Antônio Aguiar - 4º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## OFÍCIOS

### OFÍCIO Nº 048/07

#### COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE

Joinville-SC, 20 de abril de 2.007

Exmo. Sr.

Julio Garcia

Presidente da ALESC

Florianópolis - Santa Catarina

A COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE, sediada à rua Princesa Isabel nº 508, nesta cidade, vem encaminhar a esta Secretaria a documentação abaixo, relativo ao exercício de 2.005, em cumprimento das exigências decorrentes da concessão, a esta Entidade, do Rítulo de Utilidade Pública Municipal, através da Lei nº 975 de 09.10.1968, Estadual, Lei nº 4.369 de 22.09.1969 e Federal, Decreto-Lei nº 91.108 de 12.03.1985, a saber:

1. Relatório do Conselho Eclesiástico do exercício de 2.006;
2. Balanço Patrimonial e Contas de Resultado, do exercício social encerrado em 31.12.2006;
3. Publicação, pelo jornal A Notícia, do Balanço e Contas de Resultado, de 31/12 de 2.005, em 22/03/2006, a folha b 7;
4. Relatório do Departamento de Assistência Social, e Serviço de Prevenção e Tratamento de Alcoolismo, do exercício de 2.006;
5. Relação de Famílias Atendidas no ano de 2.006;
6. Declaração que os membros da Diretoria não são remunerados;
7. Certidão Negativa de Crimes da atual Diretoria;
8. Certidão de Funcionamento, expedido pelo Diretor Geral da Câmara de Vereadores;

A signatária vale-se do ensejo para apresentar a V.Sas. os protestos de estima e consideração.

Atenciosamente.

#### COMUNIDADE EVANGÉLICA DE JOINVILLE

Valdir Speckhann

CPF 293.815.259-00

Presidente

Ruth Berg Prüsse

CPF 418.369.019-68

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

#### OFÍCIO Nº 049/07

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA

Joinville, 25 de abril de 2007.

Ilmo. Sr.

Júlio Garcia

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Prezado Senhor;

Estamos encaminhando a V. Sa. o **Relatório de Atividades/2006**, bem

como o **Balanço Patrimonial e Demonstrativo de resultados** da AMA -

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO AUTISTA, referente ao ano de 2006.

Sendo só o tínhamos para o momento, subscrevemo-nos com apreço e consideração,

Atenciosamente,

Euclesio Escher

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

ESTADO DE SANTA CATARINA

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

OF. TC/GAP Nº -5627/2007

Florianópolis, 07 de maio de 2007

Exmo. Sr.

Deputado Estadual JÚLIO CÉSAR GARCIA

DD. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Nesta

Senhor Presidente,

Com os meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para informá-lo que a Sessão Extraordinária do Tribunal Pleno, para a apreciação do processo nº PCG-07/0113037, que trata das Contas prestadas pelo Governador do Estado, relativas ao exercício de 2006, será realizada no dia 28 de maio do corrente ano, às 14 horas.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência minhas expressões de consideração e apreço.

Conselheiro WILSON ROGÉRIO WAN-DALL

Presidente, em exercício

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/07

\*\*\* X X X \*\*\*

## PROJETO DE LEI

### PROJETO DE LEI Nº 145/07

#### Declara de Utilidade Pública a Associação Coral de Cantar.

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

**Art. 1º** Fica declarada de utilidade pública a **Associação Coral Alegria de Cantar**, com sede e foro no Município e Comarca de Chapecó.

**Art. 2º** À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em

**Reno Caramori**

Deputado Estadual/PP

Lido no Expediente

Sessão de 09/05/07

#### JUSTIFICATIVA

O Projeto de Lei ora submetido à consideração de Vossas Excelências tem como objetivo assegurar a entidade beneficiada todos os direitos previstos na legislação vigente.

A Associação Coral Alegria de Cantar é uma sociedade civil, de natureza filantrópica, de personalidade jurídica, direito privado e sem fins econômicos, com finalidade principal de promover a arte e a cultura através do cultivo do canto orfeônico, popular, religioso e comunitário.

Foi fundada no dia 03 de fevereiro de 2003 e reconhecida de Utilidade Pública Municipal através Lei nº 4.607 de 19/09/2003.

Por tratar-se de uma entidade de comprovado funcionamento, servindo o interesse da coletividade através da prestação de serviços de natureza relevante e notório caráter comunitário e social, solicito aos nobres pares, aprovarem à matéria.

\*\*\* X X X \*\*\*